



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO

Curso de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**“DEFESA DE PORTUGAL DURANTE A 2.^a INVASÃO FRANCESA –
ESTUDO DA ACÇÃO RETARDADORA”**

ALUNO: Aspirante Tirocinante Artur Pepe Clara Meireles da Fonseca

ORIENTADOR: Coronel António Sequeira da Teodora

CO-ORIENTADOR: Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Lisboa, Agosto de 2009



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO

Curso de Infantaria

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**“DEFESA DE PORTUGAL DURANTE A 2.^a INVASÃO FRANCESA –
ESTUDO DA ACÇÃO RETARDADORA”**

ALUNO: Aspirante Tirocinante Artur Pepe Clara Meireles da Fonseca

ORIENTADOR: Coronel António Sequeira da Teodora

CO-ORIENTADOR: Professor Doutor Eurico Gomes Dias

Lisboa, Agosto de 2009

Dedicatória

Aos meus Pais pela educação e valores transmitidos.

À minha irmã Inês pelo carinho e apoio.

Ao Coronel António Teodora e ao Doutor Eurico Dias pelos seus empenhamentos.

Um bem-haja a quem me auxiliou.

Agradecimentos

Devo o primeiro e mais importante agradecimento ao Sr. Coronel António Teodora, cuja sabedoria, perspicácia e amizade são objecto da minha profunda estima. À sua pessoa se deve o primeiro impulso e o estímulo necessário para a escolha do tema em destaque e a realização deste trabalho.

Também endereço um especial agradecimento ao Sr. Professor Doutor Eurico Gomes Dias pela ajuda prestada na elaboração desta dissertação, assim como a disponibilidade para as orientações académicas que me concedeu.

Aos meus camaradas do Curso de Infantaria, pela amizade e camaradagem, consagro-lhes o meu profundo agradecimento.

Neste sentido, devo também especiais palavras de apreço e consideração aos camaradas do Comando de Instrução e Doutrina pela excelente recepção naquela unidade, bem como pelo apoio e disponibilidade demonstrados.

Cumpre-me agradecer, com elevada estima e atenção, ao Sr. Coronel Américo Henriques e ao Sr. Tenente-Coronel Abílio Lousada pela sua total disponibilidade, simpatia, orientações e preciosos contributos prestados nas entrevistas.

Outros nomes urge indicar nestas breves linhas e que foram de extrema importância na minha formação académica e pessoal, mas que a exiguidade de espaço não permite aqui apontar. Para todas essas pessoas, os meus sinceros agradecimentos.

Índice Geral

Índice Geral	III
Índice de Anexos	IV
Índice de Figuras	V
Índice de Tabelas	VIII
Apêndices	IX
Resumo	X
Abstract	XI
Introdução	1
Capítulo I. Os antecedentes da Segunda Invasão Francesa	6
1.1. Situação política, social, económica nacional.....	6
1.2. Várias perspectivas	13
Capítulo II. Organização Militar de Portugal em 1808	15
Capítulo III. A Manobra Militar dos Franceses	22
Capítulo IV. A Defesa Portuguesa	28
Capítulo V. A recuperação do Porto e a retirada dos franceses	33
Considerações Finais.....	39
Bibliografia.....	45
Anexos	48
Apêndices	116

Índice de Anexos

ANEXO A – Índice Geral de Periódicos Portugueses de 1808-1811	48
ANEXO B – Corpo de figuras	56
ANEXO C – Vantagens e desvantagens dos métodos de retardamento.....	115

Índice de Figuras

Figura 1 – Alegoria ao Marquês de Pombal	56
Figura 2 – Tenente-General John Forbes	57
Figura 3 – D. João VI, príncipe regente de Portugal	58
Figura 5 – Manuel Godoy, o «Príncipe da Paz»	60
Figura 6 – Representação da divisão de Portugal, resultante do Tratado de Fontainebleau	61
Figura 7 – General Jean-Andoche Junot (1771-1813), duque de Abrantes	62
Figura 8 – Manobra franco-espanhola da Primeira Invasão Francesa	63
Figura 9 – Fuga da Família Real para o Brasil.....	64
Figura 10 – General Sepúlveda	65
Figura 11 – Marechal Francisco da Silveira, conde de Amarante	66
Figura 12 – Localização geral de Roliça	67
Figura 13 – Ataque à primeira posição defensiva francesa	68
Figura 14 – Ataque à segunda posição defensiva francesa.....	69
Figura 15 – Localização geral de Vimeiro	70
Figura 16 – Dispositivo defensivo inglês e dispositivo de ataque francês na Batalha do Vimeiro.....	71
Figura 17 – Ataque dos franceses à posição inglesa no Vimeiro.....	72
Figura 18 – Contra-ataque inglês e conseqüente retirada francesa na batalha do Vimeiro.....	73
Figura 19 – Caricatura da Convenção de Sintra, assinada a 30 de Agosto de 1808	74
Figura 20 – Conde Armando Frederico de Schönberg.....	75
Figura 21 – Conde Guilherme de Schaumburg-Lippe, responsável por uma profunda.....	76
Figura 22 – D. Miguel Pereira de Forjaz, conde da Feira	77
Figura 23 – Estrutura do comando do exército, segundo a reforma de 1806	78
Figura 24 – Organização do exército de linha, segundo a reforma de 1806	79
Figura 25 – Distribuição territorial dos regimentos de linha, segundo a reforma de 1806	80

Figura 26 – Distribuição territorial dos regimentos de milícias, segundo o alvará de 21 de Outubro de 1807	81
Figura 27 – Distribuição das brigadas de ordenanças pelas províncias militares, de acordo com o alvará de 21 de Outubro de 1807	82
Figura 28 – General Bernardim Freire de Andrade, comandante do Governo de Armas da Província de Alto Douro e Minho	83
Figura 29 – Tenente-General William Carr Beresford, conde de Trancoso	84
Figura 30 – Itinerários de deslocamento das colunas inglesas até à sua reunião em Salamanca	85
Figura 31 – General espanhol La Romana. Foi responsável por causar estorvos aos franceses	86
Figura 32 – Movimentação de John Moore para atacar Valladolid	87
Figura 33 – Retirada de John Moore para a Corunha	88
Figura 34 – O plano de Napoleão para a conquista de Portugal	89
Figura 35 – Dispositivo de Soutl na Galiza [3/8 de Fevereiro de 1809]	90
Figura 36 – Tentativa de travessia do rio Minho.....	91
Figura 37 – Dispositivo de Soutl na Galiza e de Bernardim Freire de Andrade no Alto Minho [10/16 de Fevereiro de 1809].....	92
Figura 38 – Disposição das forças francesas e das forças portuguesas de Silveira na fronteira de Chaves [6/7 de Março de 1809].....	93
Figura 39 – Tentativa Soutl de duplo envolvimento das posições de Silveira.....	94
Figura 40 – Marcha entre Chaves e Braga [13/20 a Março de 1809]	95
Figura 41 – Esquema do dispositivo francês e português em Carvalho d’Este.....	96
Figura 42 – Dispositivo de expectativa de Soutl em Braga [20/25 de Março de 1809].....	97
Figura 43 – Dispositivo francês para a passagem do rio Ave [26 de Março de 1809].....	98
Figura 44 – Organização defensiva da cidade do Porto em três sectores principais e disposição das forças francesas.....	99
Figura 45 – General Arthur Wellesley. Mais tarde foi condecorado com o título de duque de Wellington	100
Figura 46 – Acidente da Ponte das Barcas	101
Figura 47 – Dispositivo do exército francês [8/10 de Abril de 1809].....	102

Figura 48 – Dispositivo das tropas do general Silveira nas posições de Manhufe/Pidre [10 de Abril de 1809].....	103
Figura 49 – Dispositivo do general Silveira para a defesa do rio Tâmega [18 de Abril de 1809]	104
Figura 50 – Fotografia da ponte de Amarante e do Convento de São Gonçalo	105
Figura 52 – Construções defensivas executadas na ponte de Amarante	107
Figura 53 – Avanço de Loison para leste de Amarante [8 de Maio de 1809].....	108
Figura 54 – Manobra de Silveira a leste de Amarante [8/12 de Maio de 1809].....	109
Figura 55 – Retomada de Amarante por Silveira [12 de Maio de 1809]	110
Figura 56 – Passagem do rio Douro e a recuperação do Porto [12 de Maio de 1809].....	111
Figura 57 – Retirada de Soult [12/19 de Maio de 1809]	112
Figura 58 – Retardamento em posições sucessivas.....	113
Figura 59 – Retardamento em posições alternadas	114

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Vantagens e desvantagens das posições alternadas e sucessivas	115
---	-----

Apêndices

APÊNDICE 1 – Guião da Entrevista ao Tenente-Coronel Abílio Lousada.....	116
--	------------

Resumo

Fruto da acção imperiosa da defesa do território nacional aquando da Segunda Invasão Francesa, o Exército português e os seus aliados procuraram movimentar-se e encetar as múltiplas manobras militares conducentes à vitória de 1809. Não obstante as inúmeras obras e estudos de referência sobre este assunto, apresentamos agora uma outra óptica de cariz explicitamente militar sobre o assunto supracitado.

Além do que é focado ou interpretado pelos estudos historiográficos, a interpretação especificamente militar de um assunto, este também de natureza estritamente bélica, impõem-se como uma necessidade. Qual foi, em boa verdade, o conjunto de movimentações militares, tanto díspares como as entendidas numa única manobra geral, e que conhecemos como a «Segunda Invasão Francesa»? De todas as três Invasões Francesas, os movimentos militares em torno da conquista e manutenção da cidade do Porto, bem como o impreterível controlo de todo o norte do País e da Galiza, são dos acontecimentos militares da Guerra Peninsular menos conhecidos, mas não de somenos importância. Aqui tentamos delinear um esboço sintetizado do embate entre os contingentes nacionais e do auxílio inglês face ao crescendo poderio francês, sem esquecer o papel efectivo dos espanhóis, e que marcaram indelevelmente todo o decurso da guerra. Entendemos a denominada «acção retardadora», evocada em epígrafe, como a condição necessária para conseguir o tempo desejado e retomar as contra-ofensivas nacionais e aliadas na expulsão do inimigo do território nacional a partir de meados de 1809.

O âmago da Segunda Invasão Francesa está, efectivamente, na génese da implementação do Liberalismo em Portugal, pois não seria por acaso que da cidade do Porto, tão duramente fustigada pelos combates de 1809, se desenvolveu o gérmen das causas liberais e constitucionais entre nós, desembocando no processo político-militar da revolução de 24 de Agosto de 1820. Estávamos, portanto, no nascimento do *Portugal Novo* e o findar do *Portugal Velho*.

Palavras-chave:

GUERRA PENINSULAR; SEGUNDA INVASÃO FRANCESA; ACÇÃO RETARDADORA; MARECHAL SOULT; GENERAL BERNARDIM FREIRE DE ANDRADE; GENERAL FRANCISCO DA SILVEIRA

Abstract

As a result of the imperious action in protecting the national territory when the Second French Invasion occurred, the Portuguese Army and their allies sought to move and apply many military manoeuvres that would lead them to the victory in 1809. Despite the numberless reference books and studies regarding this matter, we now present a different point of view explicitly military about the subject aforesaid.

Beyond what is stressed or concluded by the historiographical studies, the specific military interpretation on a subject (with a unique warlike nature) is imposed as a necessity. What was the whole of the military movements, both unequal and comprised in a sole universal manoeuvre, which we know as the «Second French Invasion»? From all the three French Invasions, the military movements around the conquest and management of the city of Oporto, as well as the unavoidable control of all the north of the country and Galicia, are the less known military events of the Peninsular War but, nevertheless, the ones with the less importance. In this work we try to outline a short sketch of the confrontation between the national contingents and the english assistance when faced with the French raising power (without forgetting the role of the Spanish Force), which marked indelibly all the course of the War. We perceive the «delaying action» above-mentioned, as a necessary condition to obtain the time desired and resume the national and allied counter-attacks to banish the enemy from national territory since middle 1809.

The core of the Second French Invasion is effectively in the origin of the establishment of the Liberalism in Portugal. It was not a fortunate event that the city of Oporto, so hardly punished by the fighting's of 1809, developed the source of the liberal and constitutional causes among us, culminating in the politic-military process of the revolution of August 24th, 1820. At the time, we were assisting to the birth of the *New Portugal* and the end of the *Old Portugal*.

Keywords:

PENINSULAR WAR; SECOND FRENCH INVASION; DELAYING ACTION; MARSHAL SOULT; GENERAL BERNARDIM FREIRE DE ANDRADE; GENERAL FRANCISCO DA SILVEIRA

Introdução

“Entende-se hoje que a História se engrandece muitas vezes com o desmentido dos grandes factos cuja luz encadeadora adultera a confissão do próprio Homem. Esta é uma época em que toda a matéria que nos revela o passado está sujeita a revisão.”¹

Agustina Bessa-Luís - *Santo António*, 1993.

Servem estas palavras como notas introdutórias à nossa Dissertação de Mestrado em História Militar/Trabalho de Investigação Aplicada, cujo título “A Defesa de Portugal durante a 2.ª Invasão Francesa – Estudo da Acção Retardadora”, é parte integrante do Tirocínio para Oficial de Infantaria [TPOI] da Academia Militar. Apesar de possuímos uma primeira formação académica na área das Ciências Militares, mais concretamente vinculados à Arma de Infantaria, nutrimos, não obstante, uma grande apetência e interesse pelos estudos históricos, nomeadamente, ao nível da História Contemporânea, com especial enfoque para a temática das Invasões Francesas.

Por conseguinte, os nossos esforços analíticos pretendem ser tentativas de conciliar dois campos do Saber intimamente ligados: a História Militar e a Tática, salientando-se o intuito de apresentarmos outros caminhos da investigação histórica, sem esquecer a análise das práticas militares. Este exercício académico expõe-se, portanto, ao exame dos leitores como um trabalho de interpretação e síntese dos acontecimentos que englobaram as Invasões Francesas, nomeadamente no período destacado da Segunda Invasão Francesa [1809].

Deste modo, entendemos as «Invasões Francesas» como as campanhas militares das tropas napoleónicas decorrentes da Guerra Peninsular, após o bloqueio continental decretado por Napoleão [1806], ao qual Portugal não aderiu. A recusa portuguesa afectou gravemente os desígnios do imperador francês, tomando este a decisão de atravessar a Espanha, com o objectivo de ocupar o território português. Para facilitar a manobra, conseguiu a colaboração espanhola através do Tratado de Fontainebleau [1807], que estabelecia a partilha do território nacional em três zonas de intervenção: o reino do Algarve e Alentejo, atribuído a Manuel de Godoy [ministro de Carlos IV de Espanha, o célebre Príncipe da Paz]; a Lusitânia Setentrional para a ex-rainha de Etrúria; e a Lusitânia Central para o imperador, deixando este o seu governo à Casa de Bragança, ainda que sob a protecção do rei de Espanha. O tratado contemplava também a partilha de todos os territórios ultramarinos portugueses.

Em Novembro de 1807 deu-se início à primeira invasão francesa sob o comando do general Junot. Face a estes avanços militares, a Corte portuguesa apressou o seu embarque para o Brasil, facto que comprometeu a missão de Junot, cujo principal objectivo consistia em

¹ BESSA-LUÍS, Agustina – *Santo António*, Guimarães Editores, Guimarães, 1993

aprisionar o príncipe regente através da rápida conquista de Lisboa. Junot, por conseguinte, ordenou às suas tropas uma marcha acelerada que se tornou desgastante, dificultada pela dureza do percurso através do terreno acidentado da Beira Baixa, e pelas ameaças e maus tratos a que ficaram sujeitos pelas populações por onde passaram e fixaram acampamentos. Depois de chegar a Abrantes, a marcha veio a tornar-se ainda mais penosa até Santarém, devido aos caminhos alagados provocados pelo Inverno chuvoso, cidade alcançada a 29 de Novembro. Aqui, Junot tomou conhecimento da partida da Corte para o Brasil. A 30 de Novembro, o exército francês, muito reduzido em efectivos e em capacidade de combate (apenas cerca de 1500 homens cansados e descalços), alcançou finalmente Lisboa, falhando o aprisionamento dos navios que transportavam a Família Real com escolta da armada britânica. Bastou que o invasor hasteasse a bandeira francesa em Lisboa, no Castelo de S. Jorge, para que se enlevasse à rebelião da cidade e que, entretanto, se alastrou pelo país inteiro. Outro facto que conduziu à rebelião da população foi a troca da impressão do símbolo das Armas Portuguesas, constantes no rosto do periódico *A Gazeta de Lisboa*, pelas Águias Imperiais Francesas, acontecimento que despoletou uma propaganda anti-jacobina. Os periódicos que foram surgindo, em substituição do referido jornal, desenvolviam uma crítica acérrima aos franceses, através, sobretudo, da sua ridicularização que desdobravam perante os portugueses, quer internamente quer no âmbito europeu [ver Anexo A].

Junot ordenou a dissolução das milícias e das ordenanças [1808], enquanto no Porto se procedeu à constituição da Junta Governativa do Reino. Em missão de auxílio a Portugal, junto à foz do Mondego, desembarcou o contingente inglês comandado por Arthur Wellesley, futuro duque de Wellington, que, reforçado por tropas portuguesas, defrontou Junot nas batalhas da Roliça e do Vimeiro. Face à derrota, Junot foi obrigado a assinar a sua retirada na convenção de Sintra. A 15 de Setembro de 1808, deu-se o reembarque de Junot para França, sob o olhar atento do marechal do exército português Sir William Carr Beresford.

Seguiu-se uma nova invasão iniciada em Janeiro de 1809, sob as ordens do general Soult que, ao tentar ultrapassar a fronteira do Minho, deparou com grande resistência por parte das milícias portuguesas. Decidiu-se, então, pela conquista de Chaves, seguindo-se o Porto a 29 de Março após demorada oposição, mobilizada pelo Conselho Militar secretariado por D. Miguel Pereira Forjaz. Em antevisão ao movimento das tropas francesas, este publicou um decreto de mobilização no sentido de captar recursos humanos provenientes dos populares e militares dos regimentos dissolvidos por Junot à causa portuguesa, o que levou à organização, em todas as cidades e vilas, do plano previsto no decreto. Ficaram estabelecidos locais estratégicos de combate, em Amarante e a sua ponte sobre o rio Tâmega, o que facilitou o isolamento das tropas invasoras, situação face à qual Soult deu ordem de retirada nos primeiros dias de Maio para a Galiza, como analisaremos detalhadamente.

Em 1810, o exército francês, reorganizado sob o comando do general Massena, iniciou a terceira invasão a Portugal, atacando Almeida, que resistiu com firmeza. Em Setembro, Massena marchava sobre o vale do Mondego, sendo travado por Arthur Wellesley na batalha do Buçaco. Não obstante, Massena procedeu ao avanço sobre Coimbra, tomando a margem direita do Tejo rumo a Lisboa. Os seus objectivos foram logrados quando, ao chegar a Alhandra em 12 de Outubro de 1810, deparou com Wellesley entrincheirado atrás das Linhas de Torres Vedras. Face à impossibilidade de vitória, Massena decidiu-se pela retirada, mas foi acerrimamente perseguido pelas tropas anglo-lusas para lá da linha de fronteira. Os confrontos da Guerra Peninsular só acabariam com o armistício de Abril de 1814 e, mais tarde, com a paz do Congresso de Viena [1815].

Os trabalhos académicos dedicados às Invasões Francesas, desde a mera inspiração literária até à mais profunda análise histórica, publicados desde o início do século XIX, remetem-nos para uma certa ideia de conservação e de estaticidade documental. Urge socorreremo-nos de novas interpretações sobre o tema, o que se justifica pela quantidade de títulos especializados editados ultimamente sobre o assunto, não fosse o facto de estarmos a comemorar o Bicentenário das Invasões Francesas [1807-2010], onde o Exército português tem tido um papel de grande protagonismo. As heranças oriundas das Invasões Francesas revelam-se, deste modo, de um esmagador peso e influência na nossa História e na defesa da portugalidade. Legitimamente afirmamos, com a maior certeza, que os acontecimentos em torno das Invasões Francesas possuem um suporte valioso na tradição historiográfica militar, tanto portuguesa como ibérica ou até mesmo internacional.

Face à estagnação das estruturas sociais portuguesas vincadas pelo Absolutismo, as Invasões Francesas foram os primeiros móveis que permitiram uma evolução cognitiva de uma vasta camada da população, pois formaram e veicularam as novas ideias e as primeiras manifestações do Liberalismo em Portugal.

Grandes questões se colocaram ao investigador no que concerne ao conceito geral de “Invasões Francesas” – quais as fontes documentais utilizadas pelos historiadores e os homens de Letras desde o início do século XIX? Será esse testemunho verídico ou pouco credível? Quais as fronteiras entre a efabulação e a veracidade desses escritos? Quais os motivos porque tais dados apresentam deturpações ou marcas de manipulação? Que forças regeram esse esforço descritivo em épocas tão particularmente difíceis?

A metodologia de investigação científica utilizada para a elaboração do presente trabalho foi o método histórico, efectuando-se não só entrevistas não estruturadas de carácter exploratório, mas também entrevistas estruturadas a entidades reputadas no campo da História Militar. Porém, tal método apoia-se sobretudo numa pesquisa documental entre a vasta bibliografia

publicada sobre as invasões francesas em Portugal, artigos de revistas e manuais especializados em assuntos militares.

Procuramos, na metodologia posta em prática, pautar-nos pelos aspectos mais sucintos acerca da “acção retardadora”, aplicável ao contexto da Segunda Invasão Francesa, organizando e dispondo todos os dados disponíveis sobre tal assunto. Foi necessário conhecer a dinâmica dos movimentos militares das forças aliadas portuguesas face ao poderio militar do inimigo francês por todo o norte do país. Tentar perceber de que modo os avanços e recuos, as comunicações entre as hierarquias militares de ambos os lados da contenda, as verdadeiras razões das suas opções estratégicas/tácticas, o conhecimento, ainda hoje algo difícil nos teatros de operações em localidades pouco conhecidas, e vincular tais acções a princípios de orientação superiores, revelou-se um desafio.

A preocupação primeira deste esforço de investigação foi, em suma, abrir outros caminhos para a investigação histórico-militar, de modo a que possamos contribuir para este conhecimento conjunto. Baseamo-nos em múltiplas fontes de referência e de estudos especializados para desenvolvermos vários comentários críticos, os quais pecarão, porventura, pela sua relativa inexperiência. De qualquer modo, esta reflexão tentou entender qual a utilidade dos princípios da acção retardadora e em que medida poderão ser úteis à análise da Segunda Invasão Francesa. Terá sido a acção retardadora eficaz na sua aplicação? Existirão algumas semelhanças com a actual doutrina acerca da acção retardadora? A sua dimensão no espaço e no tempo permitirá considerá-la como uma operação táctica na doutrina actual? Quais poderão ter sido os pontos fortes e fracos dessa acção? Qual o papel das populações nessa acção?

Poder-se-á afirmar, sem dúvida, que esta sucinta reflexão se revelará algo multifacetada, dado que se apresenta ao leitor dividida em vários capítulos, sendo estes relativamente breves. Dada a brevidade de todas as partes desta dissertação, tentou-se manter uma relação algo incisiva entre todas as temáticas apresentadas. Será esta, talvez, a característica fundamental desta reflexão: pela sua globalidade e simplicidade, embora justificadamente pormenorizada, pretende-se que o leitor consiga reter um conhecimento útil acerca da referida acção retardadora na Segunda Invasão Francesa.

Assim, no primeiro capítulo procura-se fazer uma breve contextualização dos antecedentes da Segunda Invasão Francesa, focando a situação política, social e económica do país, e ainda alguns acontecimentos nacionais e internacionais que resultaram nas Invasões Francesas.

Seguidamente, no segundo capítulo, fez-se uma análise da organização militar de Portugal, a partir de 1640, quando ocorreu a restauração da monarquia e se tornou evidente a necessidade de se constituir um exército regular e organizado, até ao início da Segunda Invasão, após a desmobilização dos efectivos do exército português, feito por Junot.

A descrição das manobras militares inicia-se no terceiro capítulo, onde se procura explicar sucinta e rigorosamente as manobras efectuadas pelos franceses desde a concentração das forças inglesas em Salamanca até à conquista do Porto.

No capítulo seguinte, acompanhando a sequência das manobras francesas para entrar em Portugal, explicam-se as manobras conduzidas pelo exército luso-inglês para deter o invasor.

Para finalizar, no quinto capítulo, retratam-se as manobras luso-inglesas que levaram à recuperação do Porto e a consequente retirada dos franceses do país, assim como as manobras francesas para fazer face às forças luso-inglesas.

Capítulo I

Os antecedentes da Segunda Invasão Francesa

1.1. Situação política, social, económica nacional

A política externa nacional encetada desde a segunda metade do século XVIII foi importante para o evoluir da própria política interna e das relações internacionais até às invasões francesas. Assim, reveste-se de primeira importância o momento em que Sebastião José de Carvalho e Melo² [ver figura 1] foi nomeado Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros e da Guerra [1750], por quem o rei D. José “[...] depositava uma confiança cega e que era este quem governava como um déspota, ao sabor do seu capricho.”³

Sebastião José de Carvalho e Melo assumiu a direcção das pastas de outros ministros por incapacidade, doença ou morte dos seus titulares, tendo sido responsável pelo aparecimento de vários decretos favorecendo a alta burguesia, resultante da luta contra a alta nobreza e as forças que limitavam a plenitude do poder real, permitindo-lhe dirigir inteiramente a política nacional até à morte de D. José.

O marquês de Pombal foi responsável, a nível interno, pela aplicação de grandes reformas, utilizando, entre outras estratégias, uma forte propaganda, que tinha como principais objectivos “denegrir os adversários”⁴ e a restauração da autoridade do Estado⁵, melhorando os aspectos da administração, da economia e da cultura portuguesa, criando um “ministério do tipo moderno: Finanças; Exército; Marinha; Comércio Geral; Indústria (Manufacturas e Artes Mecânicas); Obras Públicas; Universidade”⁶, sendo todas as pastas dirigidas pelo próprio.

Tomou a iniciativa de relançar o comércio nacional, quer interno quer externo, criando a Junta do Comércio em 1755, formada por homens com grande poderio comercial e os grandes negociantes, que o deveriam informar das relações comerciais interiores e exteriores, bem como o desenvolvimento da indústria e da navegação. Pombal procurava, deste modo, combinar e fazer aplicar “o sistema de leis destes reinos com as máximas comuns a todas as nações da Europa.”⁷ A criação da Junta do Comércio revela também a preocupação em lançar a burguesia mercantil, em detrimento do controlo do comércio nacional e ultramarino pela nobreza.

²Mais tarde, será condecorado com o título de conde de Oeiras e posteriormente de Marquês de Pombal.

³SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal*, vol. V, Alfa, Lisboa, 1983, p. 86.

⁴*Idem*, p. 98.

⁵Porém, a propaganda régia procurava enunciar o mínimo que dissesse respeito ao Estado, embora fosse inteiramente controlado pelo próprio Marquês.

⁶SARAIVA, José Hermano – *ob. cit.*, p. 99.

⁷*Idem, ibidem.*

No entanto, e apesar do desenvolvimento económico introduzido, a partir de 1760, deu-se “um acontecimento de especial importância, e vem a ter uma enorme projecção na vida económica, social e política portuguesa: a crise do ouro do Brasil”⁸. Juntamente com o ouro, outros produtos entraram também em crise, tais como o açúcar, os diamantes e outras indústrias mineiras. Consequentemente, a crise dos diversos produtos levou a uma recessão na economia portuguesa, verificando-se um decréscimo progressivo das relações mercantis, sobretudo com a Inglaterra, a principal potência marítima mundial.

Pombal procurou combater a crise, enfrentando-a com “decisão e, dentro do espírito do século XVIII, procura limitar o seu alcance, criando privilégios novos e precavendo contra os seus efeitos os grupos sociais que considerava básicos (os grandes mercadores, o funcionalismo e a nobreza cortesã).”⁹

Na política externa, “os assuntos estrangeiros foram conduzidos com prudência e realismo.”¹⁰ Sebastião José de Carvalho e Melo, face ao conflito que se intensificava entre as duas potências europeias, a Inglaterra marítima e a França continental, procurou manter uma difícil neutralidade. É necessário, no entanto, lembrar que a fonte económica do país se encontrava do outro lado do Atlântico, sendo necessário preservar a aliança com a Inglaterra, uma vez que as consequências da oposição à potência marítima seriam desastrosas para Portugal. Por outro lado, ao mostrar o seu apoio à Inglaterra, o país corria o risco de ser invadido pela França, o que levaria a uma decadência do comércio inglês.

Assim, em 1756, a Inglaterra e a França entram em hostilidade, “mercê de um conflito iniciado pela posse do Canadá.”¹¹ Era o início da Guerra dos Sete Anos, em que os países peninsulares conseguem manter-se alheios até 1762, mas, porém, as alianças que começaram a formar-se impossibilitaram que a Península Ibérica continuasse neutra. Os espanhóis aliaram-se à França, efectuando um ultimato a Portugal com o objectivo do país fechar os seus portos aos navios ingleses, impedindo o comércio inglês com a Europa. Mantendo-se fiel à antiga aliança, Portugal negou o fecho dos seus portos aos navios ingleses, levando os aliados franco-espanhóis a iniciar uma campanha sobre o território nacional.

Antecipando a invasão franco-espanhola, Pombal nomeou o general prussiano Schaumbourg-Lippe para reorganizar e comandar o exército português, o que elaborou com sucesso, evitando que o exército invasor chegasse a Lisboa, conseguindo ainda expulsá-lo do território nacional. Este episódio ficou conhecido por “Guerra Fantástica” em virtude de terem ocorrido

⁸SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Livraria Figueirinhas, Porto, 1965, p.118.

⁹*Idem, ibidem.*

¹⁰SARAIVA, José Hermano – *ob. cit.*, p. 104.

¹¹SOARES, Coronel Alberto Ribeiro – *Os Generais do Exército Português. Da Restauração às Invasões Francesas*, vol. I, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003, p. 120.

poucos combates e pela completa ausência de batalha. Em 1763 é assinado o Tratado de Paris, pondo fim ao conflito, cessando as hostilidades entre os contendores.

Com todas as reformas introduzidas por Pombal, Portugal conseguiu estabilizar a sua situação económica e política, mas, com a morte de D. José I em 1777, o país entra num período designado por a “Viradeira”, em que se procurou “o regresso à monarquia dos nobres, esbatendo-se o dirigismo económico e o papel empresarial do Estado que se verificavam no tempo de Pombal.”¹²

A nível internacional, a “Viradeira” ficou marcada pela independência dos Estados Unidos da América, em 1776, apoiados pelos franceses e aos quais também a Espanha se associou. Os ideais daí surgidos, nomeadamente o da formação de uma Constituição, alimentaram a segunda situação, a Revolução Francesa em 1789, como se de um ensaio geral se tratasse.

A Revolução Francesa vai agitar e influenciar as políticas nacionais de alguns Estados europeus, pois, de facto, “entre as cinco potências que então determinavam os destinos europeus: Rússia, Prússia, Áustria, Inglaterra e França agigantaram-se as duas últimas para a conquista ou manutenção de uma liderança política e económica.”¹³ A Revolução vai agitar de tal forma a Europa que os países absolutistas vêm-se obrigados a tomar medidas para salvar os monarcas franceses e evitar que as ideias, tais como a liberdade política e civil, a superintendência do Estado nos bens da Igreja e a reforma civil e criminal, entre outras iniciativas, se propaguem pelas suas possessões.

Um exemplo disso, apesar dos seus efeitos desastrosos, foi o *Manifesto de Brünswick* [Agosto de 1792], proclamado pelo Duque de Brünswick, quando as suas tropas começaram a movimentar-se para Paris, ameaçando os parisienses sublevados a castigos severos se não obedecessem ao rei Luís XVI. Como resultado, os parisienses organizaram-se, invadiram as Tulherias e aprisionaram o rei, sendo acusado de traição, condenado à morte e, por fim, guilhotinado a 21 de Janeiro de 1793 em plena praça da Bastilha.

Este acontecimento veio aumentar os receios nas Cortes europeias de que a Revolução era um perigo para as suas coroas, pelo que se “apressou a ofensiva geral contra a França revolucionária. A Áustria, a Prússia, a Inglaterra, a Holanda, o Papa e o rei de Sardenha uniam-se na 1.^a Coligação.”¹⁴

Para Carlos IV de Espanha, que procurava manter-se neutro face à situação do seu primo francês, evitando tomar medidas hostis para com a França, para não provocar reacções idênticas às do *Manifesto de Brünswick*, a morte de Luís XVI colocaria um termo a essa

¹²SARAIVA, José Hermano – *ob. cit.*, p. 111.

¹³VICENTE, António Pedro – *Batalhas da História de Portugal. Guerra Peninsular 1801-1814*, vol. XIII, Quidnovi, Porto, 2004, p. 4.

¹⁴SARAIVA, José Hermano – *ob. cit.*, p. 119.

neutralidade. A 23 de Fevereiro de 1793 declarou guerra à França, associando-se à coligação anti-francesa, sendo essa declaração retribuída a 7 de Março de 1793.

Perante esta conjuntura europeia, Portugal, com o propósito de manter uma posição neutra, mas com receio de sofrer o mesmo destino que a Coroa francesa devido à importação dos ideais liberais, assina em Madrid um acordo de auxílio mútuo com Espanha [15 de Julho de 1793]; e em Londres um acordo de protecção e auxílio recíproco com a Inglaterra [26 de Setembro de 1793]. Com estes acordos, Portugal visava manter a estabilidade política e económica, bem como as suas possessões ultramarinas.

Com a união à 1.^a Coligação e com a declaração de guerra, a Espanha vai invadir a França pela província do Rossilhão, com a ajuda de forças portuguesas denominadas de Exército Auxiliar à Coroa de Espanha, comandada pelo tenente-general John Forbes Skellater [ver figura 2]. Inicialmente, a Campanha do Rossilhão, sob o comando do general espanhol Ricardos, corria como planeado, tendo sido conquistadas várias praças francesas. Mas, aproveitando a morte súbita de Ricardos e a designação do conde de La Unión para o comando das forças luso-espanholas, os franceses tomaram a iniciativa e avançaram sobre o exército luso-espanhol, fazendo-o regressar até à Catalunha. De invadido, a França passava a força invasora e só em 22 de Julho de 1795, quando a situação se tornou insustentável para Espanha, foi assinada a Paz de Basileia, a qual era executada secretamente e sem o conhecimento de Portugal, que nos “traiu vergonhosamente e nos deixou só em guerra com a França.”¹⁵

A Paz de Basileia e a conseqüente traição espanhola leva a que o relacionamento entre os países ibéricos esmoreça, deixando Portugal numa situação crítica. Com a aliança de Espanha e França começa a sentir-se uma forte pressão sobre Portugal para fechar os portos aos navios ingleses. Durante esta altura, o partido francês que apoiava as ideais liberais, e inglês que apoiava o conservadorismo, começaram a pressionar D. João VI [ver figura 3], discutindo a melhor forma de evitar que Portugal entrasse novamente em guerra.

O partido inglês, apoiado por D. Luís Pinto de Sousa, secretário de Estado do Negócios Estrangeiros de Portugal, e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ex-embaixador em Turim, entre outros, defendia que o país deveria manter-se fiel à antiga aliança, procurando a “defesa do espaço atlântico português, mantendo a integridade da metrópole e do império.”¹⁶

O partido francês, representado por D. António de Araújo Azevedo e apoiado pelo duque de Lafões e por D. Diogo de Noronha, conde de Vila Verde, defendia que se deveria fazer uma aproximação à França para evitar um possível conflito e favorecer a neutralidade.

¹⁵SOARES, Coronel Alberto Ribeiro, *ob. cit.*, p. 125.

¹⁶MATTOSO, José – *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, com a colaboração de Maria Regina Anacleto, Ana Cristina Araújo, Rui Bebiano, [et al.], vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p. 20.

Neste cenário, e vendo que Portugal não cedia aos pedidos de fechar os portos aos navios ingleses, Napoleão [ver figura 4] retomou o projecto de invadir Portugal enviando, em 1801, Luciano Bonaparte a Madrid, que “desenvolveu uma intensa actividade diplomática na corte espanhola”¹⁷, com objectivo de que Espanha fizesse um ultimato a Portugal, apelando “o abandono da aliança inglesa, com a conseqüente exclusão de navios britânicos dos portos portugueses, e livre admissão dos franceses, indemnização de guerra e liberdade de navegação no Amazonas.”¹⁸

Portugal, que até então tinha recusado, por várias vezes, os pedidos de Espanha e de França, volta a rejeitar as exigências do ultimato, levando a que a Espanha, com o apoio francês, comesse a concentrar forças na fronteira sob o comando de Manuel de Godoy [ver figura 5] e a proclamar guerra a Portugal a 2 de Março de 1801. A França concretizou assim a realização do segundo Tratado de Santo Ildefonso, assinado secretamente entre as duas potências em 1796.

A 20 de Maio de 1801 inicia-se a *Guerra das Laranjas*, na qual o exército franco-espanhol deveria invadir Portugal pelo Alentejo e pelo norte. No entanto, só se verificaram acções ofensivas no Alentejo, de onde resultaram a tomada de Olivença, Juromenha, Arronches, Portalegre, Castelo de Vide, Barbacena, Ouguela e Campo Maior. A paz entre Portugal e Espanha só foi assinada em 7 de Junho de 1801, em Badajoz, mas os termos do tratado não foram aceites por Napoleão, que manteve as suas forças em território espanhol, obrigando Portugal a aceitar os termos do Tratado de Madrid de 29 de Setembro desse ano. Em sucedâneo seriam mantidos os mesmos acordos do Tratado de Badajoz e Portugal teria que pagar adicionalmente uma indemnização a França no valor de vinte milhões de francos e a ceder-lhe uma parte do território colonial da América do Sul, nomeadamente parte da Guiana. Se por um lado este novo tratado impôs termos mais severos a Portugal, por outro impediu uma nova invasão do exército francês estacionado na fronteira.

Após o malogrado episódio da *Guerra da Laranjas*, Portugal continuava a tentar manter uma posição de neutralidade perante a Inglaterra e a França: “Entretanto aumentava em Portugal o peso do partido favorável à França”¹⁹, e com a ocorrência de algumas situações mais graves, como os motins de Campo de Ourique, em 1803, e a Batalha de Trafalgar, em 1805, leva a que a única solução capaz de impedir novamente um conflito seja adoptar uma política continental a favor dos laços com a França.

¹⁷BARATA, Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal*, com a colaboração de Carlos Bessa, António Pires Nunes, [et al.], vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004, p. 20.

¹⁸TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais dos séculos XIX e XX*, Edições Colibri, Lisboa, 1998, p. 36.

¹⁹SARAIVA, José Hermano – *ob. cit.*, p. 125.

Na consequência da Batalha de Trafalgar, Napoleão viu a sua frota ser dizimada, optando pela solução de pôr em prática o “Bloqueio Continental”, em que todos os portos da França e países aliados, ou em guerra com a Inglaterra, deveriam ser fechados à navegação inglesa dificultando o seu comércio e debilitando a sua economia.

É perante o decreto de Bloqueio Continental à Inglaterra que a neutralidade portuguesa vai ser posta novamente em causa. Portugal, recusando tal bloqueio, leva Napoleão e Espanha a concentrarem forças em Baiona e a assinarem secretamente o Tratado de Fontainebleau, a 27 de Outubro de 1807, onde dividiam o território português em três unidades políticas: a Lusitânia Setentrional destinada para a ex-rainha da Etrúria; o reino do Algarve e Alentejo para Manuel Godoy; e a Lusitânia Central, que ficaria na dependência de Espanha, sendo as possessões ultramarinas igualmente repartidas [ver figura 6].

O medo dos franceses crescia entre a população portuguesa. Em 19 de Novembro de 1807 deu-se a invasão das tropas franco-espanholas pela fronteira da Beira Baixa, sob o comando de Junot [ver figura 7], sem que houvesse qualquer tipo de resistência. Esta invasão veio contribuir para o que há muito se planeava em Portugal [desde 1580 durante regência de D. António I], ou seja, a transferência da Corte para o Brasil, processo que se concretizou a 29 de Novembro de 1807, chegando Junot a Lisboa no dia seguinte [ver figuras 8 e 9].

Antes de partir, D. João VI deixou um Conselho de Regência responsável por Portugal enquanto se encontrasse no Brasil. Inicialmente, este órgão exerceu as suas funções, sempre com a supervisão de um comissário francês. Mas os planos iniciais para Portugal modificaram-se e, por intermédio de Junot, Napoleão procurou a anexação política do país. Junot extingue o Conselho de Regência e substituiu por um Conselho de Governo, mantendo a mesma constituição que o anterior, mas que ele presidia. “Para a administração local adoptou-se um sistema fortemente centralizador”²⁰, em que os governadores de província eram cidadãos franceses. Para além destas medidas, Junot procurou isolar os grupos e símbolos que pudessem constituir resistência contra os invasores. Um dos grupos-alvo desta política foi o exército que Junot desarmou e reduziu substancialmente os seus efectivos, mandando os efectivos remanescentes para a campanha de Moscovo, designada posteriormente de Legião Portuguesa.

Sem protecção e descontentes com o saque e rapina a que estavam sujeitos, a população e o clero começaram a revoltar-se contra os franceses, solicitando o apoio inglês. A insurreição tem início na cidade do Porto, com o apoio do bispo D. António de S. José e Castro, e rapidamente se propaga para sul, verificando-se várias manifestações apelando ao retorno da Família Real e à defesa de Portugal. O descontentamento também começa a ser verificado por figuras ilustres,

²⁰ *Idem*, p. 133.

tais como o general Sepúlveda [ver figura 10], em Bragança, e o general Francisco da Silveira [ver figura 11], em Vila Real, havendo um conflito entre ambos sobre quem houvera tido a iniciativa da insurreição contra os franceses em Trás-os-Montes. Contudo, a iniciativa de revolta contra os franceses parte de Espanha, que, ao verificar a mudança de planos de Napoleão relativamente ao trono espanhol e o crescente número de tropas francesas que entravam pela fronteira franco-espanhola, quebrou-se a aliança levantando-se contra os franceses.

O apoio inglês de 10.000 homens comandados pelo general Wellesley chega a 1 de Agosto de 1808, desembarcando na praia de Lavos. Na progressão para sul e com o apoio de Bernardim Freire de Andrade, os franceses foram facilmente derrotados na Roliça, a 17 de Agosto [ver figuras 12, 13 e 14]., e no Vimeiro, a 21 de Agosto [ver figuras 15, 16, 17 e 18]. A supremacia militar anglo-lusa conduziu à rendição de Junot. Esta rendição é feita sem a presença de portugueses, sendo as tréguas acordadas em Sintra, onde, nos termos da célebre «Convenção de Sintra», o exército invasor retirava-se honrosamente, mantendo a posse do saque efectuado, sendo escoltado pelos ingleses até França [ver figura 19].

Apesar do descontentamento demonstrado por alguns portugueses em relação à Convenção de Sintra, os ingleses são aclamados pelo povo como os heróicos libertadores. Porém, após findadas as campanhas na Península, passaram a ser vistos também como forças ocupantes.

1.2. Várias perspectivas

Cansados da dominação estrangeira, a expulsão dos franceses do território nacional fora uma vitória para os portugueses. É de salientar a bravura dos populares, muitas vezes simples camponeses comandados por clérigos ou outras entidades de pequeno relevo, mal armados e indisciplinados, que se opuseram às tropas francesas bem armadas, disciplinadas e com experiência de outras campanhas.

Segundo Carlos de Azeredo, depois da saída dos franceses da Primeira Invasão, Portugal “é pois uma Nação completamente arruinada, destruída, despojada dos seus bens mais valiosos, sem meios de defesa, já que a sua Armada partira para o Brasil e o seu Exército tinha sido dissolvido, que se vai confrontar com uma nova invasão do seu território por tropas inimigas, com os inerentes esbulhos, violências e depredações.”²¹

Para Artur de Magalhães Basto, “o país saíra da primeira invasão exausto e na miséria”²², com receio de uma segunda invasão, precipitando-se na ansiedade de reorganizar o exército, intensificando o alistamento de tropas.

De um modo geral, o ambiente em Portugal após a Primeira Invasão era de revolta e de consternação, sendo atacados todos os indivíduos considerados simpatizantes dos franceses. Porém, em simultâneo com o sentimento de revolta, existia o sentimento de receio de que os franceses invadissem novamente o país, o que viria a acontecer.

Numa outra perspectiva, torna-se necessário referir o comportamento dos ingleses na situação política e social de Portugal, em prol do benefício do comércio inglês. Relembremos que Portugal se encontrava numa situação internacional complicada. Por um lado tinha a França que queria ver os portos portugueses fechados aos navios ingleses e por outro a Inglaterra, velha aliada, que devido ao facto de ser uma potência marítima poderia quebrar o comércio português proveniente das colónias, sobretudo do Brasil. Assim, devido à dependência de Portugal nas relações com a Inglaterra, esta viu em Lisboa a possibilidade de contrariar o bloqueio continental decretado por Napoleão, aproveitando para alargar as trocas comerciais com o Brasil, instalando-se em Portugal até à Revolução Liberal [24 de Agosto de 1820] sob o comando de Sir William Carr Beresford.

Segundo Victoriano J. Cesar, Portugal não foi vítima de Napoleão, mas sim da antiga aliança com os ingleses, que por várias vezes conduziu o país aos conflitos contra a França, enunciados ao longo do primeiro capítulo. Havia ainda duas razões pelas quais Portugal se

²¹AZEREDO, Carlos de – *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Museu Militar, Porto, 1984, p. 52.

²²BASTO, Artur de Magalhães – *1809. O Porto sob a Segunda Invasão Francesa*, Empresa Literária Fluminense, Lisboa, 1928, p. 5.

envolveu em conflito com a França: “a primeira porque, aliada da Inglaterra, nos deixamos arrastar na sua política; e a segunda, porque confiamos demasiado no seu auxílio, descurando a nossa defesa e vendo-nos obrigados a desempenhar um papel bem vergonhoso.”²³

²³CESAR, Victoriano J. – *Estudos de História Militar. Breve Estudo Sobre a Invasão franco-Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até à Convenção de Cintra*, Typogaphia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1903, p. 158.

Capítulo II

Organização Militar de Portugal em 1808

A necessidade de constituir um exército regular torna-se imprescindível a partir de 1640, quando a 1 de Dezembro ocorre a restauração da monarquia portuguesa. Com a queda do domínio filipino em Portugal, houve a necessidade do país defender-se contra uma nova ameaça espanhola e das classes opostas à ruptura filipina. “Por consequência, havia que modernizar e modificar o aparelho de Estado, criar e estruturar um exército que pudesse responder às novas situações.”²⁴

D. João IV cria nesse mesmo ano, o Conselho de Guerra, que “foi o órgão fulcral da Restauração. Era presidido pelo Capitão-General das Armas do Reino, sendo constituído por fidalgos experientes, em que o seu objectivo era a centralização de todos os assuntos militares.”²⁵ O Conselho de Guerra era o órgão consultivo a quem o rei recorria sobre as questões militares.

O território português fora dividido por províncias e cada uma comandada pelo seu respectivo Governador Militar provinciano. Por sua vez, as províncias eram divididas por comarcas e, subsequentemente, por companhias adstritas. O recrutamento passou a ser realizado segundo a lei sebástica, em que todos os homens considerados válidos dos 16 aos 60 anos, após selecção, eram distribuídos pelos três escalões do exército, ou seja, pelo exército de linha, pelas tropas auxiliares e pelas ordenanças.

Durante o período da Restauração, algumas campanhas infelizes contra os espanhóis tornam urgente a necessidade de Portugal receber ajuda estrangeira. Tal ajuda vem de França em 1660, sendo enviado o conde alemão Armando Frederico de Schönberg, que “[...] encontrará não só o sistema defensivo e as tropas desorganizadas, como também generais portugueses ignorantes acerca das coisas militares, indo para a guerra em ricos trajes de cerimónia, desprezando a planificação táctica e estratégica das operações, cultivando o impulso espontâneo e heróico de resultados aleatórios e quase sempre desastrosos”²⁶ [ver figura 20]. Em Portugal, o posto de «general» era um direito de nascimento e um privilégio, isto é, era transmitido hereditariamente de pai para filho e não como resultado da competência ou da vocação militar.

As preocupações principais de Schönberg passaram por adoptar um plano defensivo para Portugal, com especial atenção para o Alentejo e adaptar o exército português às novas tácticas

²⁴MARQUES, Fernando Pereira – *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo*, Alfa, Lisboa, 1989, p. 24.

²⁵LOUSADA, Abílio Pires – *História Militar de Portugal*, [versão policopiada], Pedrouços, 2007, p. 67.

²⁶MARQUES, Fernando Pereira – *ob. cit.*, p. 26.

e técnicas militares de origem francesa, em detrimento das tradições castelhanas. A introdução de novos conceitos militares e a tentativa de modificar a organização do exército não foi facilmente aceite pela alta nobreza, começando a dificultar-lhe a tarefa, sendo até incomodado pela Inquisição.

Com o Tratado de Lisboa, assinasse a paz entre Portugal e Espanha [Fevereiro de 1668], onde seria reconhecida a independência do reino. Consequentemente o conde de Schönberg deixa o país levando consigo uma parte do espírito inovador de organização e metodologia militar que havia trazido.

Nas décadas que se seguem até 1750, ganha-se sistematicamente a ideia de que a responsabilidade de manutenção do exército é uma tarefa do Estado, deixando de ser uma iniciativa de particulares. No entanto, a organização militar resultante das reformas de Schömberg vai-se deteriorando ao longo desse período, ganhando novamente importância a alta nobreza e os generais eleitos por herança, em despeito do mérito e da competência.

A partir de 1750, e devido novamente à possibilidade de Portugal entrar em conflitos europeus, o exército nacional vai ser sujeito a grandes reformas. É também por esta altura que, devido às transformações jurídicas e ideológicas emergentes e ao aparecimento dos conceitos de “soberania” e “nação”, surge a necessidade da criação de um exército permanente. O Estado, perante esta evolução e afirmação de tais conceitos, viu-se na necessidade de ter uma burocracia mais eficaz, bem como o dito exército permanente.

Sebastião José de Carvalho e Melo na função de secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros e da Guerra, “[...] promulga um decreto ordenando ao Conselho de Guerra que sejam restauradas a disciplina e a instrução, que no prazo de vinte dias os oficiais recolham aos seus corpos, que se proceda a um novo recrutamento e se completem os quadros estabelecidos.”²⁷ O marquês de Pombal procurou também a profissionalização do exército, tornando públicos os diferentes cargos burocráticos e do exército, impedindo a transmissão hereditária das funções, algo que já tinha sido posto em prática por Schönberg já no século passado. Desta forma, as funções de comando passam a ser atribuídas, novamente, pela antiguidade decorrente da competência e saber especializados, afirmando-se o exército como instituição reconhecida pela sociedade.

Pombal iniciou a sua acção determinando a proibição dos militares afastarem-se do regimento para exercer qualquer função civil, independentemente da sua patente. Criou os distintivos nos uniformes, tendo em conta os postos. Reestruturou o Estado-Maior General e obrigou à uniformidade das ordenanças de acordo com a táctica de cada Arma, melhorando a sua eficácia e reduzindo a indisciplina generalizada.

²⁷ *Idem*, p. 28.

Não obstante as reformas do marquês de Pombal, e perante a Guerra dos Sete Anos, a ajuda estrangeira era novamente necessária. É com o conde Guilherme de Schaumburg-Lippe [ver figura 21] que se vai conseguir “orientar a necessária reorganização do exército”²⁸, sendo nomeado Marechal-General do Exército e “a despeito do que já acontecera com o conde de Schönberg, no século anterior, no respeitante à má vontade e ao ciúme das tropas portuguesas, conseguiu impor-se com sucesso, alcançando a imprescindível disciplina, coesão e eficiência no exército.”²⁹

As primeiras medidas que Schaumburg-Lippe inseriu, dadas as condições em que encontrou o exército português, foram pagar os prés em atraso aos soldados, fornecer uniformes e melhorar as condições dos quartelamentos, “por achar que estas eram as condições mínimas para conseguir disciplinar os soldados, que lhe pareciam tão bons como os melhores se tivessem direito à dignidade.”³⁰

O general alemão será responsável por elaborar regulamentos de infantaria e cavalaria que se mantiveram até ao século XIX. Fomentou o ensino e a prática da artilharia e da engenharia, aconselhando as leituras e os livros que se deveriam traduzir para se leccionar sobre essas matérias. Obrigou ao uso regular do uniforme, desenvolveu um sistema de inspecção e de organização do exército que permitiu ao Estado um rigoroso controlo, criando campos de manobra e reformulando o sistema defensivo das fronteiras através de um processo de actualização. “Este exército novo foi instruído no princípio da ofensiva estratégica, da guerra em campo aberto, do movimento para destruir as forças inimigas e não as suas praças-fortes.”³¹

Em 1768, Schaumburg-Lippe regressou ao seu principado, afastando-se definitivamente das suas funções, o que não o impediu de enviar recomendações militares. Com o seu afastamento, o exército entrou novamente em declínio e “as medidas organizativas e disciplinares por ele introduzidas começam a esbater-se perante as velhas estruturas, os costumes, os vícios e privilégios tradicionais que voltam a ganhar força, como aliás acontecia nos outros níveis da sociedade.”³²

Face à Revolução Francesa de 1789 e ao conflito que se aproximava (Campanha do Rossilhão), D. Maria I procurou cativar a simpatia do exército, que se encontrava mal preparado, fomentando algumas medidas para aumentar a sua eficiência, como a criação de escolas de ensino militar, a redução do tempo de serviço dos soldados voluntários para seis anos e o aumento do soldo dos oficiais. Mobilizou ainda o Exército Auxiliar à Coroa de Espanha. “Finda a Campanha do Rossilhão, o exército português ficou completamente

²⁸SOARES, Alberto Ribeiro – *ob. cit.*, p. 123.

²⁹LOUSADA, Abílio Pires – *ob. cit.*, pp. 78-79.

³⁰*Idem*, pp. 80-81.

³¹SOARES, Alberto Ribeiro – *ob. cit.*, p. 123.

³²MARQUES, Fernando Pereira – *ob. cit.*, p. 56.

desprestigiado, atingindo o final do séc. XVIII sem qualquer eficiência e sem organização e disciplina.”³³

Apesar de terminada a Campanha do Rossilhão, a situação na Europa continuava instável e inquietante, sendo esta a razão pela qual se deveria continuar os trabalhos de organizar e disciplinar o exército. Tal situação levou à Guerra das Laranjas [1801], onde o exército português contou apenas com as suas próprias forças, por impossibilidade absoluta dos ingleses auxiliarem com tropas, justificando-se com a necessidade de as empregar na Irlanda para controlar uma revolta que eclodira.

Mais uma vez, devido aos erros cometidos, à indisciplina e falta de organização do exército português, o país saiu derrotado do confronto, continuando a deparar-se com a necessidade de uma reorganização profunda do seu exército. Procura-se de novo ajuda no estrangeiro, e desta vez proveniente da Dinamarca, que nos envia o general prussiano Goltz. Porém, a sua passagem é curta, talvez por lhe parecer uma tarefa difícil ou por lhe ter aparecido uma proposta melhor. “No início do século XIX, Portugal não tinha um aparelho militar capaz de sustentar a política de neutralidade que pretendia seguir, e as ameaças de Napoleão tornavam prioritárias as reformas a fazer.”³⁴

Devido a esta urgência, foi criado a 1 de Dezembro de 1801, pelo ministro Almeida de Melo e Castro, o Conselho Militar, constituído por nove membros, entre os quais portugueses e estrangeiros que serviam em Portugal, como o general John Forbes. O Conselho Militar era presidido pelo ministro e secretariado pelo coronel D. Miguel Pereira Forjaz [ver figura 22].

A primeira reforma que aplica [1804-1805] consistia em reduzir o número de efectivos, as praças e fortalezas terrestres e marítimas devido a dificuldades económicas, visando a redução de despesas. Esta medida teve a forte oposição do ministro António de Araújo de Azevedo, pois era incompreensível efectuar-se tal redução numa altura em que o próprio ministro pressionava o governo inglês no sentido de clarificar se defendia Portugal, em caso de conflito e em que moldes o faria.

O Conselho Militar irá estimular os militares com experiência em campanha para realizarem estudos sobre a reorganização do exército e a defesa de Portugal, dando atenção aos que foram surgindo³⁵. Tendo em conta alguns trabalhos publicados, o decreto de 19 de Maio de 1806 encetou a reorganização e reestruturação do exército, que se prolongou até à Primeira Invasão sem, contudo, estar completa. Desta forma, o exército passou a ser constituído por

³³SOARES, Alberto Ribeiro – *ob. cit.*, p. 125.

³⁴BARATA, Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano, *ob. cit.*, p. 37.

³⁵Numa fase inicial, o Conselho Militar debruçou-se sobre um estudo feito pelo general Forbes quando este auxiliou o exército português durante a campanha do Rossilhão. Posteriormente, haveria de conceder a sua atenção a um trabalho escrito pelo general Gomes Freire de Andrade intitulado de *Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o exército relativo à população, agricultura e defesa do país* [1806].

tropas de linha, milícias, ordenanças e ainda alguns corpos militares e civis, sendo definido pelo Conselho Militar um novo plano de uniformes para os três escalões.

O comando do exército era feito pelo marechal-general do exército, que dependia directamente da Coroa. Do marechal-general do exército dependia o marechal do exército, que era o governador das armas do reino, a quem respondiam os comandantes das três divisões segundo a estrutura do exército (Divisão Norte, a Divisão Centro e a Divisão Sul), articuladas em brigadas e regimentos, que passam a ser numerados, deixando de ter o nome das localidades, comandantes ou ex-comandantes, por exemplo. Cada divisão possuía quatro brigadas de infantaria, cada uma constituída por dois regimentos de infantaria, quatro regimentos de cavalaria e um regimento de artilharia, exceptuando-se a Divisão Sul, que detinha dois regimentos de artilharia. Os regimentos de infantaria e de artilharia englobavam um efectivo de 1200 homens e os de cavalaria tinham 613 homens. No total havia doze brigadas compreendidas em vinte e quatro regimentos de infantaria, doze regimentos de cavalaria e quatro regimentos de artilharia [ver figuras 23, 24 e 25].

Pouco depois, por alvará de 21 de Outubro de 1807, reorganizaram-se as milícias e as ordenanças. De acordo com esse alvará, o território nacional fora dividido em 24 brigadas de ordenanças, cada uma com dois regimentos de milícias, com estruturação semelhante aos regimentos de infantaria de linha, mas com efectivo de 800 homens. As 24 brigadas de ordenanças correspondiam aos 24 regimentos de infantaria de linha, sendo a sua missão recrutar homens para esses regimentos, designados pelo número do regimento a que correspondiam seguido pelos nomes dos seus regimentos de milicianos. As brigadas de ordenanças eram organizadas em companhias de ordenanças a 250 homens cada, fazendo parte delas homens válidos com idades compreendidas entre os 17 e os 40 anos [ver figuras 26 e 27].

Para além do exército regular, foram formados corpos especiais, tais como a Legião de Tropas Ligeiras, o Corpo de Voluntários Reais de Milícias a Cavallo e a Guarda Real de Polícia. A diferença destes corpos para o exército normal, consistia no facto de serem autónomos, ou seja, não precisavam do Estado para se sustentarem.

À data da Primeira Invasão Francesa, teoricamente, o país teria cerca de 42847 de tropas de linha, 40000 milícias e 30000 ordenanças, consumando um total de aproximadamente 113000 homens: “Todavia, estes números são ilusórios, dado que a maior parte das unidades de linha não tinha sequer metade dos seus efectivos, as milícias não haviam recebido instrução e as ordenanças constituíam mais um embaraço do que um elemento proveitoso para a defesa.”³⁶

³⁶BARATA, Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano, *ob. cit.*, p. 42.

Não obstante o esforço de reorganização do exército, e ainda durante a sua execução, as tropas francesas comandadas por Junot entram em Portugal a 19 de Novembro de 1807, chegando a Lisboa a 30 do mesmo mês, ainda a tempo de ver os navios que transportavam a Corte portuguesa para o Brasil. Pouco depois de ter assumido o poder, por decreto de 22 de Dezembro de 1807, “o Exército português era reduzido e desarticulado e foram inclusivamente dissolvidas as milícias e as ordenanças por decreto de 11 de Janeiro de 1808.”³⁷ Com o restante efectivo das tropas de linha criou-se a Legião Portuguesa, sob o comando do marquês de Alorna, com cinco regimentos de infantaria e três de cavalaria, num efectivo total de cerca de 10000 homens, que passa a servir no *Grande Exército* de Napoleão, tendo partido para Paris a 8 de Abril de 1808, com o superior intuito de participar na famigerada campanha de Moscovo. Com o descontentamento crescente começam a fazer-se apelos ao povo e, a 9 de Dezembro de 1807, proclamou-se para que os portugueses se armem contra o invasor: “Às armas portuguesas! Às armas!”³⁸ Em consequência do descontentamento e do próprio apelo, a população levantou-se em revolta dando início à formação das juntas. “Com efeito, as juntas evidenciavam uma nova relação de forças que se criara na sociedade e no seio do próprio aparelho de Estado.”³⁹ As juntas não estavam obrigadas a nenhum comando central nem a nenhuma estrutura intermédia, o que conduz a que “os corpos militares reorganizados localmente virão a constituir, assim, verdadeiros exércitos autónomos de governos também autónomos [...]”⁴⁰

Após a expulsão de Junot e com a notícia da tomada de Madrid por Napoleão, surge a necessidade de reorganizar o exército de posto no sentido de restabelecer-se a organização militar de 1806. A figura que sobressaiu nesta reorganização foi D. Miguel Pereira Forjaz, o qual tomou medidas imediatas, entre as quais ter determinado que os militares dos antigos regimes dissolvidos pelos franceses deveriam reunir-se em locais estipulados para o combate. Apesar dos apelos, mostrava-se um desinteresse geral em fazer face ao que se avizinhava e continuando os regimentos com reduzidos efectivos. “Para se opor a este estado de espírito

³⁷ BORGES, João Vieira – *A Artilharia na Guerra Peninsular*, Tribuna da História, Lisboa, 2009, p. 28.

³⁸ A 11 de Dezembro de 1808 surgiu um célebre decreto semelhante ao de 1807 referindo: “[...] que toda a Nação Portuguesa se arme pelo modo que a cada hum for possível: que todos os homens, sem excepção de pessoa, ou classe, tenham huma espingarda, ou pique, e todas as mais armas que as suas possibilidades permitirem. Que todas as cidades, villas, e povoações se fortifiquem, para que, reunindo-se aos seus habitantes todos os moradores dos lugares, aldêas, e casaes visinhos se defendão alli vigorosamente quando o inimigo se apresente. Que todas as companhias se reünam nas suas povoações todos os domingos e dias santos para se exercitarem no uso das armas que tiverem e nas evoluções militares [...]”. Cft. CHABY, Claudio de – *Synopse dos Decretos Remetidos ao Extingto Conselho de Guerra desde o estabelecimento d’este tribunal em 11 de dezembro de 1640...*, vol. VII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1889, p. 121. Citado por GERALDO, José Madaleno – *As Invasões Francesas e as Linhas de Torres: Defesa de um Património*, dissertação de mestrado em História Militar, Academia Militar/Universidade dos Açores, [versão policopiada], Lisboa, 2008, p. 76.

³⁹ MARQUES, Fernando Pereira – *ob. cit.*, p. 92.

⁴⁰ *Idem*, p. 104.

tomaram-se, inicialmente, medidas suaves: perdoaram-se as deserções, prometeu-se o aumento do pré e reduziu-se o tempo de serviço, mas não se atingiram os fins desejados⁴¹, recorrendo-se depois ao recrutamento em massa. Note-se que nesta altura o exército português era constituído maioritariamente por tropas de segunda linha, sendo necessário continuar a organização enquanto se aguardava a chegada de Beresford, por iniciativa de Inglaterra. Desta forma, tendo em conta os três eixos de invasão, segundo os quais se previa novamente a entrada dos franceses, as forças portuguesas vão-se dispor no Minho comandadas pelo general Bernardim Freire de Andrade [ver figura 28], nas Beiras sob a batuta do general Pinto Bacelar e no Alentejo sob o comando do general Paula Leite.

O tenente-general William Carr Beresford [ver figura 29] chega a Portugal em Fevereiro de 1809, pouco antes do início da segunda invasão. Perante a análise prévia ao exército, não perde tempo e faz introduzir medidas céleres com o propósito de recuperar a disciplina introduzida por Schaumburg-Lippe e perdida ao longo dos tempos. Começa a lançar decretos, aumentando o soldo dos militares em campanha e encetando esforços com vista ao recrutamento. Contudo, só em 1810 é que o exército português, fruto da organização de Beresford, estará pronto a entrar em campanha, contando nesse ano com 62000 homens de tropas de linha e 53000 milicianos, articulados em 12 brigadas segundo a organização de 1806.

⁴¹BARATA, Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano, *ob. cit.*, p. 75.

Capítulo III

A Manobra Militar dos Franceses

Ainda em 1808, Napoleão pretendia, de acordo com um plano inicial, invadir novamente Portugal, entrando no país a partir de Badajoz e seguir até Lisboa pela zona do vale do Tejo.

O facto de a Inglaterra não dar a menor importância a Portugal e verem nos espanhóis uma cooperação mais válida para derrotar os franceses, fez com que o ingleses mudassem para Espanha as suas forças, alterando a base de operações dos seus exércitos.

Desta forma, Sir John Moore, que deveria dirigir-se para o norte de Espanha com o maior número de tropas inglesas, seguiu para Salamanca saindo de Lisboa a 26 de Outubro de 1808. A marcha para Salamanca organizou-se em quatro colunas: a primeira, comandada pelo próprio John Moore, seguiu o itinerário Coimbra-Celorico da Beira-Almeida-Ciudad Rodrigo; a segunda coluna, comandada pelo tenente-general Frazer, seguiu por Abrantes-Castelo Branco-Guarda-Ciudad Rodrigo; a terceira coluna, sob as ordens do major-general Paget e concentrada em Elvas, seguiu por Valência de Alcántara-Coria-Ciudad Rodrigo; e a quarta coluna, ao comando do general Sir John Hope, seguiu de Elvas por Badajoz-Trujillo-Talavera-Ciudad Rodrigo. Este deslocamento tornou-se moroso por falta de apoio logístico dos portugueses e dos espanhóis, chegando a última coluna a Salamanca no dia 3 de Dezembro de 1808. No total, concentraram-se em Salamanca cerca de 20000 ingleses [ver figura 30].

Às tropas de John Moore deveriam juntar-se cerca de 13000 homens comandados pelo general David Baird, que chegou à Corunha a 13 de Setembro de 1808, mas só pode começar a desembarcar a 29 desse mês, pois “*Xunta*”⁴² da Galiza não permitiu o desembarque enquanto a Junta de Madrid não emitisse a ordem superior.

Quando Moore chegou a Salamanca foi informado da derrota do exército espanhol em Burgos, com os quais iria juntar as suas forças. Perante o perigo em que se encontrava, John Moore enviou ordens a David Baird para que volta-se à Corunha, de onde deveria embarcar para Portugal, e começou a tomar as providências necessárias para retroceder para território português. Mas recebendo informações falsas de que em Madrid havia 45000 homens prontos para se oporem aos franceses e pressionado pela Junta de Madrid e pelos seus generais “que achavam extraordinário retirarem sem ao menos verem as caras ao inimigo”⁴³, suspendeu a retirada e mandou Baird regressar a Astorga, iniciando o movimento para norte para se juntar a La Romana [ver figura 31] em Benavente, com o objectivo de surpreender o II Corpo do Exército francês localizado em Burgos. Entretanto, Napoleão, que ainda não tinha sido

⁴²Termo galego de Junta.

⁴³CESAR, Victoriano J. – *Invasões Francesas em Portugal. 2.ª Parte. Invasão Francesa de 1809. De Salomonde a Talavera*, Typographia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1907, pp. 37-38.

informado da concentração de forças inglesas em Salamanca, recebe a 19 de Dezembro de 1808 um comunicado de Soult informando-o da movimentação de John Moore e de Baird sobre Valladolid, e vendo a sua retaguarda e linhas de comunicação ameaçadas, fez movimentar as suas tropas para aniquilar os ingleses na região de Valladolid e León [ver figura 32].

O general *Moore*, ao constatar a frustração do seu plano e tomando conhecimento de que Soult pretendia atacar León, volta a tomar a decisão de retirar. Verificando a impossibilidade de atacar Valladolid dirigiu-se para Zamora, onde se juntou a Baird. Novamente mal informado por La Romana, decidiu atacar Soult em Carrion, devendo o ataque iniciar-se a 23 de Dezembro de 1808. Contudo, quando iniciou o movimento recebeu outro comunicado de La Romana informando-o de movimentos de um exército francês de 50000 homens comandados pelo próprio Napoleão e dirigindo-se para noroeste. Moore, reparando que já não tinha linhas de comunicação com Portugal por Salamanca e que Napoleão procurava quebrar-lhe a linha de comunicação com a Corunha através de um envolvimento, apressou-se a retirar por Astorga até à Corunha, sendo constantemente seguido pelos franceses. A retirada até à Corunha deu-se nas circunstâncias mais precárias e de forma a evitar sempre o combate próximo. Porém, ao chegarem à Corunha no dia 11 de Janeiro de 1809, os ingleses tiveram que preparar a defesa da cidade devido a um atraso nos transportes que ainda não tinham chegado de Vigo. Após alguns confrontos, o embarque dos ingleses deu-se a 17 de Janeiro de 1809, registando cerca de 4000 baixas durante o período da operação [ver figura 33].

“É neste contexto que surge a invasão de Soult, sendo no fundo uma oportunidade visto que inicialmente não estava prevista.”⁴⁴ Napoleão, que se encontrava em Valladolid preparando-se para regressar a França, aproveitando o facto de as suas tropas estarem a norte de Portugal devido à perseguição efectuada aos ingleses até Corunha, e não obstante a resistência dos povos da Península e das dificuldades logísticas, alterou o seu plano de invadir o país, deixando directivas explícitas para os seus generais: “O marechal Victor, tendo o comando do 1.º Corpo, devia aproximar-se da fronteira portuguesa do Alentejo, enviando uma coluna sobre Lisboa, para flanquear a marcha do 2.º Corpo; a divisão Lapisse, com a brigada de cavalaria do general Monpetit, devia reunir-se em Salamanca, aproximando-se da fronteira portuguesa da Beira Alta, ligando assim o 1.º Corpo ao 2.º [...]”⁴⁵ O II Corpo, constituído pelas divisões Merle, Mermet, Delaborde e Heudelet, e pelos *dragões* de Lorges e de La Houssaye e ainda pela cavalaria ligeira de Franceschi, num total de cerca de 20000 homens comandados pelo marechal Soult, deveria invadir Portugal pelo norte, seguindo a linha do litoral [ver figura 34].

⁴⁴LOUSADA, Abílio Pires – *A 2ª Invasão Francesa*, Lisboa: IESM, 3 de Junho de 2009 (Artur Pepe Fonseca, Entrevistador)

⁴⁵CESAR, Victoriano J. – *ob. cit.*, p. 59.

O II Corpo de Exército era constituído por homens de reconhecida experiência que tinham feito várias campanhas na Alemanha e na Polónia, mas encontravam-se fatigados das operações efectuadas na Galiza – o Corpo apresentava falta de médicos regimentais e de pessoal nos serviços administrativos, existiam poucos cavalos para puxar os trens e, quanto ao dinheiro, Napoleão ordenou que se fizessem contribuições de guerra pelos habitantes e que estes alimentassem as tropas. “Ora, sucedia que o território que o exército ia percorrer tinha uma grande insuficiência de recursos e os habitantes, sempre hostis, tratavam de esconder os poucos mantimentos que tinham.”⁴⁶ Segundo as directivas de Napoleão, Soult deveria chegar ao Porto a 5 de Fevereiro de 1809 e a Lisboa no dia 16 do mesmo mês, o que não se veio a verificar.

Assim sendo e recebidas as ordens de Napoleão, o marechal francês iniciou a sua campanha para invadir Portugal, tendo aguardado cinco dias em Santiago de Compostela para ser rendido pelo Corpo de Exército de Ney na Galiza, impedindo que as praças espanholas caíssem na mão de La Romana e este cortasse as linhas de comunicação e de abastecimentos, permitindo que as suas tropas descansassem da campanha da Corunha [ver figura 35].

Após ter sido rendido por Ney, Soult avançou a 8 de Fevereiro para a cidade fronteiriça de Tuy, onde chegou no dia 10 do referido mês, executando reconhecimentos ao dispositivo português, ao mesmo tempo que foi dispendo o seu exército nas cercanias da cidade espanhola para atravessar o rio Minho e entrar em Valença e Vila Nova da Cerveira. Através dos reconhecimentos de batedores, Soult deduziu que a melhor zona para atravessar o rio a vau seria junto a Vila Nova de Cerveira, pelo que a 13 de Fevereiro tentou a travessia, mas verificando que havia poucos barcos para o efeito e graças ao bombardeamento do forte de Lovelhe, o avanço das tropas francesas estancou, decidindo no mesmo dia seguir ao longo da margem direita até La Guardia e aí tentar atravessar o rio Minho a vau.

Chegado à zona de La Guardia, Soult constatou que os portugueses, dispostos ao longo da margem esquerda do rio Minho, tinham recolhido os seus barcos para a margem que ocupavam, deixando apenas os barcos dos pescadores de La Guardia. Os franceses tentaram atravessar o rio e atacar Caminha mas, devido à forte corrente e aos ataques de artilharia do forte de Ínsua, só conseguiram desembarcar alguns homens no pinhal do Camarido, sendo logo aprisionados pelos portugueses. Frustrada a tentativa de atravessar o rio em La Guardia, Soult tentou atravessar novamente o rio junto a Vila Nova da Cerveira a 16 de Fevereiro, sendo mais uma vez impedido pelos portugueses [ver figuras 36 e 37].

Regressando a Tuy e “[...] perante o impasse que o rio e as tropas do general Bernardim Freire impuseram ao avanço dos franceses pela linha de invasão do Minho, o Duque da Dalmácia

⁴⁶ *Idem*, p. 61.

decidiu-se a tornear o rio Minho por Orense e fazer a sua entrada em Portugal pela linha Verim-Chaves.”⁴⁷

Durante mais de nove dias as tropas francesas estiveram acantonadas em Orense até que Soult reunisse novamente condições para arrancar com destino a Chaves. A 4 de Março de 1809, o marechal decidiu avançar para Portugal pela linha do vale do Tâmega, em despeito da linha do vale do Lima, devido às suas condições de praticabilidade e ao facto de pretender eliminar o comandante espanhol La Romana, que, caso Soult escolhesse outro itinerário poderia ameaçá-lo de flanco e cortar-lhe as linhas de comunicação [ver figura 38].

No seu caminho para Portugal, a cavalaria de Franceschi avistou a retaguarda das forças de La Romana, avisando de imediato a divisão de Heudelet, que o perseguiu. Ao serem atacados de frente e de flanco, os espanhóis foram derrotados, tendo cerca de 1200 mortos e 400 prisioneiros. O duque da Dalmácia chegou a Montereí a 7 de Março, onde aguardou durante três dias para reunir meios logísticos e esperar que a cavalaria de Franceschi, que tinha seguido La Romana até La Gudina, se lhe juntasse. No dia 10 de Março, o II Corpo de Soult avançou e entrou em Portugal, conquistando a cidade de Chaves no dia 12 de Março de 1809, capturando cerca de 500 soldados de linha, 2000 milícias e 1200 ordenanças prisioneiros dos franceses.

Nesse mesmo dia, Soult tentou um duplo envolvimento à posição de Santa Bárbara com a divisão Delaborde pela margem direita do rio Tâmega e a divisão de La Houssaye pela margem esquerda, não sendo bem sucedido [ver figura 39].

No dia 14 de Março, Soult decidiu continuar a sua marcha em direcção ao Porto. Para tal, escolheu o itinerário de Chaves-Venda Nova-Ruivães-Braga-Porto, em detrimento do itinerário Chaves-Vila Pouca de Aguiar-Vila Real-Amarante-Porto, porque, para além de ser um itinerário mais curto, permitia uma melhor ligação à praça espanhola de Tuy, sendo mais praticável pela artilharia, esperando encontrar mais recursos em Braga do que em Vila Real. No entanto, ao adoptar este percurso teve que enfrentar as forças do general Bernardim Freire de Andrade. As forças avançadas de Soult progrediram em direcção a Braga, sendo constituídas pela brigada Foy da divisão Delaborde e pela cavalaria ligeira de Franceschi. No dia 15, seguiu a divisão de La Houssaye e a 16 de Março saiu de Chaves a divisão Heudelet, juntamente com o quartel-general de Soult [ver figura 40].

A 15 de Março, a brigada Foy e a cavalaria ligeira de Franceschi foram alvo de resistência em Ruivães, onde a força comandada por Bernardim Freire de Andrade era constituída sobretudo por populares, milícias e ordenanças. Para além de Ruivães, os franceses encontraram

⁴⁷AZEREDO, Carlos de – *Invasão do Norte de 1809. A Campanha do General Silveira Contra o Marechal Soult*, p. 21.

resistência em Salamonde e em Carvalho d'Este, sendo a última posição ocupada pelo Barão d'Eben e por homens da Leal Legião Lusitânia.

No dia 18 de Março, após terem passado as posições de Ruivães e Salamonde sem grande resistência, os franceses chegaram à posição de Carvalho d'Este, que estava melhor organizada, detendo-os durante três dias. O marechal francês, vendo o dispositivo português, mandou as suas forças manobrar: enviou na direcção de Ponte de Lima a divisão de Heudelet; ao longo da margem sul do rio Cávado marcharam os *dragões de Lorges*; os *dragões de La Houssaye* e a divisão Delaborde deslocaram-se ao longo da estrada em direcção a Braga; e a divisão de Mermet e a cavalaria ligeira de Franceschi caminharam ao longo da serra do Monte Valongo até Falperra. Soult e a divisão Merle encontravam-se à retaguarda das divisões no centro do dispositivo e constituíam a reserva [ver figura 41].

Perante o ataque francês, a cidade de Braga capitulou no dia 20 de Março, ficando nela até ao dia 25, retomando a marcha em direcção ao Porto.

No dia 25 de Março, prosseguindo a marcha, os *dragões de Lorges* passaram por Barcelos, sendo travados por populares em Ponte do Ave no dia 26. Por sua vez, a divisão Mermet e a cavalaria de Franceschi, chegando a Guimarães, garantiram a travessia do rio Ave para oeste, onde, após alguns combates com portugueses, conseguiram atravessar o rio junto à Ponte do Ave, Barca da Trofa e Negrelos [ver figuras 42 e 43].

A 27 de Março, Soult propôs a rendição do Porto em S. Mamede de Infesta. A resposta fora negativa e as baterias da cidade abriram fogo desordenadamente contra os franceses fora do alcance das peças. A 28 deu-se o primeiro ataque dos franceses à cidade, atacando em todo o dispositivo de defesa desde Campanhã até ao Forte da Foz, sendo repellido pelos portugueses. No dia seguinte, por volta das seis da manhã, os franceses voltaram a atacar, tentando isolar e envolver o sector central do dispositivo português. Duas horas depois, o sector central cedeu antes de ter sido envolvido pela divisão Merle e Delaborde. Aproveitando a rotura do centro do dispositivo os *dragões de La Houssaye* entraram pela cidade. Às dez horas caiu o sector do dispositivo junto a Campanhã, por onde entraram os *dragões de Franceschi* para explorar a brecha, colocando a população em fuga em direcção à ponte das Barcas.

Mais tarde, a divisão Mermet ocupou a ponte e assaltou o convento da Serra do Pilar calando a bateria aí colocada. Após vencidas as últimas resistências, no final da tarde de 29 de Março, o marechal Soult entrou na cidade e instalou-se no Palácio da Carrancas, condescendendo a cidade ao saque. No final do cerco ao Porto, havia cerca de 10000 mortos portugueses e cerca de 800 franceses [ver figura 44].

Durante todo o movimento até à conquista da cidade do Porto, Soult manteve a preocupação de manter as suas linhas de comunicação e de abastecimentos. Uma das bases de abastecimentos era Chaves que, após a saída dos franceses a 13 de Março, o general Silveira

procurou reconquistar, conseguindo-o fazer a 25 de Março depois de um cerco de quatro dias ao forte de S. Francisco, levando os franceses que resistiram a capitular e a ceder às suas imposições.

Capítulo IV

A Defesa Portuguesa

Como se referiu, *John Moore* levou cerca de 20000 tropas inglesas até Salamanca, mas não utilizou todas as suas forças, ficando cerca de 10000 efectivos em Portugal. Para comandar e retirar do país esses contingentes, o ministro inglês Lord Grenville ordenou tal incumbência ao general John Craddock, chegado a Lisboa a 19 de Dezembro de 1808.

Perante a situação de abandono efectivo, os portugueses intitularam os ingleses de «cobardes» e de «traidores», pese, ao invés, que a regência de Lisboa continuasse a reconhecer a necessidade de delegar o comando das tropas portuguesas a um general inglês, fazendo com que o príncipe D. João VI encetasse pedidos nesse sentido.

O governo inglês, aconselhado por Wellesley [ver figura 45], enviou o general Beresford, que chegou no início de Março, tendo encetado medidas imediatas. De facto, essas iniciativas ajudaram na expulsão dos franceses do Porto.

A regência apercebeu-se tarde das intenções de Sault, pelo que só a 21 de Janeiro de 1809 é que nomeará Bernardim Freire de Andrade como comandante de Armas do Partido do Porto e do Governo de Armas da Província do Minho, com o intuito de defender Portugal nessa região algo desprotegida.

O general Freire de Andrade seguiu para Braga no dia 30 de Janeiro, onde, preocupado com a movimentação das tropas francesas após o embarque dos ingleses na Corunha, providenciou a defesa do Minho. No dia 5 de Fevereiro deslocou-se a Ponte de Lima e a Viana do Castelo para inspeccionar as defesas do território; no dia 10 desse mês, já em Caminha, ordenou que fossem transpostos os barcos disponíveis para a margem portuguesa do rio Minho e que fossem destruídas as embarcações de pouca utilidade. Ordenou também que o forte de Valença e de Lovelhe fossem guarnecidos com artilharia para fazer fogo cruzado sobre o rio. As forças portuguesas estavam, assim, dispostas de Valença até Caminha e o quartel-general estava sediado em Ganfei, perto de Valença [ver figura 37]. Estas medidas defensivas tomadas por Bernardim Freire de Andrade foram totalmente proveitosas, de facto, refutaram com sucesso a tentativa francesa de atravessar o rio Minho em Vila Nova de Cerveira, obrigando a que Sault tentasse atravessar o rio em Caminha. Tal tentativa, ocorrida a 16 de Fevereiro, fora impedida pelo fogo de artilharia do forte da Ínsua e da zona de Areia Grossa, em Caminha, e pelas rajadas dos poucos milicianos portugueses, sendo também agravada pelo forte caudal do rio Minho. De 25 barcos que tentaram atravessar, apenas 3 botes chegaram a território português, contudo, os seus ocupantes foram capturados no pinhal do Camarido pela população e pela soldadesca, sendo feito reféns cerca de 30 soldados franceses, 4 sargentos e

um capitão. As tropas portuguesas foram comandadas pelo tenente-coronel Champalimaud, responsável por fazer gorar os planos inimigos da travessia do rio. Ainda nesse dia, os franceses voltaram a tentar atravessar o rio em Vila Nova de Cerveira, mas as forças portuguesas conseguiram contrariar essa investida através da artilharia colocada no forte do Gião, já em território galego [ver figura 36].

Detidas as forças francesas na zona do Minho pelas tropas de Bernardim Freire de Andrade, o marechal Soult, contrariando as instruções de Napoleão, decidiu dar ordem de marcha ao II Corpo do Exército. Com destino a Orense e rumando para as serranias de Trás-os-Montes, entraria em Portugal por Chaves. Com esta decisão e à medida que foram subindo o rio, os franceses iam sendo alvo de múltiplas acções de guerrilhas cada vez mais intensivas, mantendo-os sempre vigiados e flagelados, garantindo ao mesmo tempo que Bernardim Freire de Andrade fosse informado de tais movimentações: “As colunas de abastecimentos que partiam de Astorga para apoio dos I e II Corpos eram especialmente atacadas e por vezes a circunstância de serem alvejados os cavalos dos trens em locais apertados e difíceis de tornear [...] causava atrasos infundáveis ou paragens críticas debaixo da acção dos fogos das guerrilhas [...]”.⁴⁸

O Governo de Armas da Província de Trás-os-Montes era comandado pelo general Francisco Silveira que, durante as marchas de Soult até Chaves, ordenou ao tenente-coronel Pizarro um ataque em solo galego, provocando-lhe algumas baixas, mas dado o elevado efectivo francês, as forças de Pizarro retiraram até à fronteira. O general Francisco Silveira dispunha de cerca de 5000 homens para a defesa de Trás-os-Montes, tratando, no entanto, de guarnecer a margem do rio Tâmega e estabelecer contacto com La Romana, efectuando operações conjuntas [ver figura 38]. No entanto, La Romana perante o dispositivo das forças francesas retirou-se para as Astúrias, sem avisar Francisco Silveira.

Com a entrada francesa em Portugal [10 de Março de 1809] e sem meios para defender Chaves, Silveira procurou “convencer os ocupantes da praça e habitantes da cidade da inutilidade de uma defesa [...]”⁴⁹, continuando a retirar as suas forças para a posição de Santa Bárbara, situada a sul da cidade.

Em Chaves manteve-se a força comandada pelo tenente-coronel Pizarro, englobando cerca de 500 soldados de linha, 2000 milícias e 1200 ordenanças, que, juntamente com a população, decidiram resistir ao invasor. Nesse local, apesar da capacidade defensiva dos fortes de S. Neutel e de S. Francisco ser deplorável, onde se salientava a péssima condição da artilharia aí

⁴⁸ AZEREDO, Carlos de – *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, p. 73.

⁴⁹ AZEREDO, Carlos de – *Invasão do Norte de 1809. A Campanha do General Silveira Contra o Marechal Soult*, pp. 25-26.

existente, a qual apresentava mais perigo para a sua guarnição do que para os franceses, as guarnições decidiram resistir.

A 12 de Março, sem o auxílio do general Francisco Silveira, o tenente-coronel Pizarro entregaria a cidade de Chaves aos franceses, tendo sido aprisionado juntamente com as suas forças. Após ter sido conquistada, a cidade seria aproveitada pelos franceses para hospitais de campanha, recebendo os feridos e doentes provenientes dos confrontos antes da sua entrada em Portugal.

Após a rápida conquista de Chaves, o general Francisco Silveira, conhecedor das intenções de Soult, viu-se ainda obrigado a recuar sucessivamente para Oura e Vila Pouca de Aguiar, onde a defesa era fácil, devido à tentativa do envolvimento francês em torno de Santa Bárbara [ver figura 39]. Conseguiu cobrir o caminho para Vila Real aos movimentos franceses, deixando, porém, o itinerário descoberto até Braga. Deste modo, os portugueses combateram as tropas francesas durante 4 exíguos dias, pelo que, a 14 de Março, estes iniciariam a sua marcha sobre Braga.

À medida que se aproximavam da “cidade dos arcebispos”, os franceses iam enfrentando uma resistência cada vez maior por parte da população, a qual aderira aos apelos dos poderes municipais e clericais, após a forte exaltação oriunda dos púlpitos. Esta resistência populacional constituiu um dos principais factores inibidores do movimento francês em direcção a Braga e desta cidade rumo ao Porto.

O general Silveira, ao retroceder para Vila Pouca de Aguiar, deixara o general Bernardim Freire de Andrade numa posição crítica, mas, no entanto, este conseguirá estabelecer várias posições defensivas, aproveitando devidamente a primazia sobre o terreno. De facto, a defesa de Braga constituiu o maior atraso ao avanço francês desde que entraram em Portugal, permitindo ganhar algum tempo para a preparação da defesa do Porto [ver figura 40].

Perante o atraso provocado aos franceses, há que referir os avisos de Bernardim Freire de Andrade à população de Braga, apontando a inutilidade da defesa da cidade, muito devido à fraca operacionalidade do equipamento defensivo e ao elevado efectivo francês em oposição, procurando retirar a sua força para o Porto. No seguimento deste aviso à cidade, seria acusado de “jacobinismo” e brutalmente linchado pela população enraivecida [17 de Março de 1809], ficando a defesa da cidade a cargo do prussiano Barão d’Eben.

Ainda assim, e antes daquele nefasto acontecimento, a primeira posição defensiva tomada por Freire de Andrade seria executada em Ruivães, onde, a 15 de Março, teve lugar um combate em que as forças portuguesas, constituídas unicamente por populares, milícias e ordenanças, entraram em demandada, resistindo apenas um dia nessa posição. Continuando a sua progressão até Braga, os franceses iam sendo alvo de inúmeros ataques de “insurrectos”, sendo atacados ao seu flanco esquerdo pelo Caçadores do Monte.

A segunda posição defensiva localizava-se em Salamonde, onde, a 16 de Março, embateram os franceses. Tal como sucedera em Ruivães, esta posição era também constituída por uma turba popular, contando com milícias e ordenanças, mantendo-se apenas num único dia.

A terceira e última posição antes de Braga ser conquistada seria estabelecida em Carvalho d'Este. Nesta posição foram dispostas, entre outras unidades, as forças da Leal Legião Lusitana, comandadas pelo Barão d'Eben. Tal posição era guarnecida por várias serras de elevado valor defensivo – as forças portuguesas foram, então, distribuídas pelos montes de Carvalho d'Este, Adaúfe, Bom Jesus, Sameiro, Santo António e na serra da Falperra. Nesta posição de Carvalho d'Este, os portugueses resistiram 3 dias, não conseguindo impedir a tomada de Braga a 20 de Março de 1809 [ver figura 41]. Quando entraram na cidade, ao contrário do que esperariam, encontraram as ruas e as casas desertas, permanecendo aí até 25 de Março, retomando novamente a marcha sobre o Porto.

Exactamente no mesmo dia em que os franceses retomaram a marcha sobre o Porto, o general Silveira reconquistou Chaves e planeou ir em auxílio de Braga. Com as suas forças em estado de prontidão para um ataque surpresa a Braga, a efectuar a 2 de Abril de 1809, desistiu dos seus intentos ao ter conhecimento da tomada do Porto [30 de Março], retirando as suas tropas para Vila Real, a mando de Beresford.

Desde que Bernardim Freire de Andrade saíra da cidade do Porto, a sua defesa estava entregue ao general Parreira mas o comando era exercido pelo bispo do Porto, D. António S. José e Castro, nitidamente desprovido de competências militares.

Os dias que se seguiram foram marcados por confrontos entre portugueses e franceses em Negrelos, Santo Tirso, Trofa e Ponte do Rio Ave. Nestes combates, os portugueses procuraram travar o avanço dos franceses sobre o Porto, impedindo-os de atravessar o rio Ave mas, a 27 de Março, as guardas avançadas francesas entraram em contacto com a defesa portuguesa do Porto.

A defesa do Porto era guarnecida por 35 batarias colocadas desde a zona de Campanhã até à Foz do Douro, estando a linha de defesa da cidade dividida em três sectores principais. O brigadeiro Lima Barreto era o responsável pelo sector esquerdo desde a Foz do Douro até Ramalde; o brigadeiro Parreira estava responsável pelo sector central desde as alturas de Ramalde até ao Bonfim; e o brigadeiro Vitória comandava o sector direito desde o Bonfim até aos arrabaldes do Freixo [ver figura 44]. Das 35 batarias em uso, 3 batarias estavam colocadas em Gaia para defender a passagem sobre o rio Douro.

No dia 27 de Março de 1809, após ter sido proposta uma rendição honrosa aos portugueses pelo marechal Soult, abriu-se fogo contra os cercadores franceses, os quais, estando fora do alcance das peças portuguesas, não sofreram quaisquer baixas. Nesse mesmo dia, um

reconhecimento formado por uma força de 150 franceses foi atacada por uma bateria no sector central, fazendo 89 mortos.

No dia seguinte, os franceses iniciaram um ataque ao longo de toda a linha defensiva, sendo repelidos pelas baterias portuguesas, tendo, no entanto, o sector central da linha quase cedido.

No dia 29 de Março, após os fogos de preparação franceses, o ataque ao sector central foi altamente decisivo, induzindo à queda da cidade. A população e as tropas portuguesas entraram em fuga, precipitando-se para a Ponte das Barcas, onde o brigadeiro Parreira havia mandado tirar as pranchas para impedir a passagem do inimigo. Paralelamente, a bateria colocada na serra do Pilar em Gaia abriu fogo sobre a multidão que se concentrou junto à ponte, sendo eliminada posteriormente pelos franceses. Fosse pelo pânico ou por confundir a população com o inimigo o incidente causou centenas ou mesmo milhares de vítimas. Este desaire ficaria conhecido como o «Desastre da Ponte das Barcas» [ver figura 46].

Os contingentes do sector direito, após a queda do sector central e não resistindo à pressão francesa, refugiaram-se no Castelo da Foz, onde foram prontamente cercados. O brigadeiro Barreto, vendo que não tinha condições para sustentar a defesa do castelo assumiu como hipótese a rendição, mas seria abatido por um atirador português descontente com tal postura.

Dentro da malha urbana do Porto, a população local resistiria com os meios ao seu alcance, atirando pedras e objectos das janelas sobre os franceses. Depois de vencerem a última resistência formada por 200 elementos da Companhia Eclesiástica do Porto, os franceses saquearam completamente a cidade durante dois dias.

Capítulo V

A recuperação do Porto e a retirada dos franceses

Conquistado o Porto, o marechal Soult entendeu estar na posse e controlo de uma área economicamente capaz de sustentar o seu exército e de relançá-lo na conquista de Lisboa. No entanto, recebeu relatórios em que se “declarava que na cidade e em Vila Nova apenas havia fornos para fabricar 18 a 20000 rações diárias [...]”⁵⁰, tendo constatado que se tinha enganado redondamente nas suas previsões.

Uma vez estacionados na cidade, os franceses não poderiam avançar para Lisboa sem acabar com a resistência das forças do general Botelho, no norte do país, e do general Silveira, na região de Amarante. Neste âmbito, para não ficar isolado no Porto, o marechal Soult ordenou avançar a divisão de Franceschy pelo caminho de Coimbra, devendo fazer reconhecimentos até ao rio Vouga, seguida pela divisão Mermet, que a deveria apoiar, estacionando na Vila da Feira. A 1.ª brigada da divisão Haussaye, comandada por Caulaincourt, fora enviada para Penafiel para explorar a região entre o rio Sousa e o rio Tâmega e a 2.ª brigada ficaria estacionada a norte do Porto. A divisão Lorges ocupou Vila do Conde, permanecendo na cidade do Porto a divisão Merle e a brigada Arnaut, da divisão Delaborde. O general Heudelet, sito em Braga, transferiu os doentes para o Porto e seguiu com a sua brigada para Barcelos [5 de Abril de 1809], reunindo-se-lhe o general Lorges, seguindo ambos para Ponte de Lima no dia 7 de Abril, opondo-se vivamente aos franceses o general Botelho, que capitularia no dia seguinte [ver figura 47].

Visando manter o contacto com as bases em Espanha, a brigada Heudelet conquistou, a 10 de Abril, a vila de Valença, que cederia sem resistência, garantindo assim a manutenção das linhas de comunicação com a retaguarda. De Valença, Heudelet tomou Vila Nova de Cerveira, Caminha e Viana do Castelo [13 de Abril], localidade onde se esperavam fortes combates, mas que cairia sem oferecer luta.

Previamente, a 4 de Abril, La Houssaye, com a sua brigada Marisy de *dragões* e a brigada Sarrut de infantaria da divisão Merle, fora incumbido de seguir para norte e vigiar a região entre o Lima e o Cávado, combatendo a oposição feita por Botelho. Porém, o general português seguiu para Braga, que havia sido abandonada por Heudelet no dia 5 de Abril, obrigando La Houssaye atacá-lo a 10 de Abril, levando-o a retirar para Guimarães.

No caminho para Penafiel, o general Caulaincourt não sentiu dificuldades de maior nem sequer para entrar nessa cidade. No dia 1 de Abril, mandou avançar uma força de 500 cavaleiros sobre Marco de Canaveses, comandados pelo major Montigny. Aí deparou-se inesperadamente com

⁵⁰CESAR, Victoriano J. – *ob. cit.*, p. 129.

uma população determinada juntamente com o apoio de cerca de 2000 ordenanças bastante empenhadas na defesa da vila. Ao fim de duas horas de combate, quando tinham perdido cerca de 80 homens, os franceses retiraram sobre Penafiel. Devido ao sucesso da vitória sobre os franceses, os portugueses retomaram a Penafiel, mas foram também repelidos, embora mantivessem essa localidade sob forte vigilância, atacando qualquer força francesa que se movimentasse [ver figura 47].

Vendo-se confrontado com o facto de não conseguir avançar para além de Penafiel e de ser constantemente atacado, Caulaincourt pediu reforços urgentes. O reforço seria constituído por duas brigadas comandadas pelo general Loison, que fora encarregue de perseguir as forças de Silveira, que, por ordem deste, começaram a dispor-se ao longo do rio Tâmega defendendo as passagens principais, nomeadamente, em Amarante, Marco de Canaveses, Celorico de Basto, Entre-os-Rios e Cavez. Deste modo, tendo a maioria das suas forças empenhadas, o marechal Soult reteve-se no Porto para garantir uma reserva de forças disponível, englobando a divisão La Haussaye, a divisão Merle (apenas com a brigada Reynault) e a divisão Merle em Vila Nova de Gaia.

A 9 de Abril, Loison enviou dois reconhecimentos sobre Marco de Canavezes e Amarante, encontrando na primeira localidade cerca de 4000 homens armados e por Amarante os postos avançados de Silveira, que tiveram de recuar perante a força francesa. No entanto, no dia 12 de Abril, Silveira irá atacar as forças francesas, obrigando-as a abandonar Penafiel e a recuar até ao rio Sousa.

Perante o recuo das suas forças no vale do Tâmega, Soult mandou avançar sobre Silveira, o general Delaborde com a brigada Arnaut, que se encontrava no Porto, e de Guimarães, o general La Haussaye com a sua divisão. Silveira, ao ser informado do reforço dos franceses, abandonou Penafiel e recuou até Manhufe, deixando a vanguarda da sua força em Vila Meã [ver figura 48]. No dia 18 de Abril, diante do ataque francês às suas tropas avançadas, o general Silveira voltou a recuar na direcção de Amarante, onde havia já montado o seu quartel-general e começado a preparação da defesa da vila, protegido pelas forças do Infantaria 12 comandadas pelo tenente-coronel Patrick [ver figura 49]. Durante este dia deu-se um grande confronto entre os portugueses e os franceses. A resistência da vila foi tal que se fazia fogo das janelas das casas, dos quintais e de onde pudesse ser causado dano aos franceses. Só ao final de quatro horas e devido à sua superioridade numérica, e apesar das perdas sofridas, os franceses conseguiram conquistar a Rua da Ordem, possibilitando que os portugueses, em retirada, atravessassem o rio de forma ordeira e sem destruir as defesas montadas.

Na noite de 18 e durante o dia de 19 de Abril, o general Silveira, com receio que a defesa na ponte de Amarante cedesse rapidamente, reconheceu o itinerário por Mesão Frio até à Régua e ao longo do rio Carneiro, de modo a permitir uma defesa contínua dessa faixa de território, com

vista a impedir que Soult estabelecesse contacto com Lapisse. Ainda no dia 19, o general Silveira transferiria o seu quartel-general para Pedronelo.

A ponte de Amarante no seu acesso oeste era guarnecida pelo rústico Convento de S. Gonçalo, que fora ocupado pelos portugueses que se opuseram tenazmente aos franceses. No dia 20 de Abril, após um intenso duelo de artilharia, os franceses tentaram passar a ponte. No entanto, apenas se apoderaram da barricada que defendia a passagem oeste da ponte, mas que tiveram que abandonar ao fim de algumas horas devido ao fogo certo da artilharia portuguesa sobre o local. A 21 de Abril os franceses conquistaram o Convento de S. Gonçalo, o que lhes facilitou a entrada na ponte [ver figura 50]. Os dias que se seguiram foram marcados, sobretudo, pelo fogo incessante da artilharia de ambas as partes. No entanto, os franceses tentaram por várias vezes tomar e passar a ponte, seriamente defendida pelas forças portuguesas. Só a 2 de Maio de 1809, após a elaboração de um excelente plano de engenharia, que consistiu em inactivar a mina de destruição da ponte montada pelos portugueses, os franceses conseguiram atravessá-la, fazendo os defensores retirar, tendo durado a sua defesa 14 dias. Essa retirada foi executada em três colunas distintas: uma em direcção a Vila Real, outra em direcção a Mesão Frio e a última em direcção a Entre-os-Rios. Durante a defesa da ponte de Amarante morreram cerca de 211 portugueses e ficaram feridos cerca de 114 soldados [ver figuras 51 e 52].

Depois de conquistada a vila de Amarante, Soult mandou recolher ao Porto a divisão Delaborde. A Loison⁵¹ ordenou que, com as brigadas Graindorges e Morasin da divisão Heudelet, chegadas a Amarante em apoio da divisão Delaborde, assim como a brigada Sarrut da divisão Merle e a divisão de La Houssaye [3 de Maio], reconhecesse Vila Real e Régua, esclarecendo a situação de Chaves e Bragança [ver figura 52].

Silveira, que havia retirado com a coluna que passou por Entre-os-Rios, deixou nessa localidade uma guarnição para defender a passagem do rio Tâmega, seguindo para Pala, onde enviou mensagens para as outras duas colunas para que se lhe juntassem na Régua. Quando chegou à Régua, seguiu em direcção a Vila Real suspeitando que a cidade não estivesse guarnecida, deixando essa vila ao comando do general Bacelar, que se tinha movimentado para essa região.

Relativamente a Loison e das ordens que tinha recebido, havia apenas lançado alguns reconhecimentos, mantendo o grosso da sua força em Amarante, não tendo explorado o sucesso da conquista da sua ponte, pelo facto das forças de Silveira terem sido dispersadas. Porém, Loison no dia 9 de Maio, devido à escassez de recursos e à resistência oferecida pelas populações, fez marchar a sua força para a Régua, encontrando ao longo do itinerário e na própria cidade a oposição de Bacelar, instalando-se em Fontelas no dia 10. Nesse mesmo dia,

⁵¹General francês que participara na 1ª Invasão Francesa sob o comando de Junot, ficando conhecido por ser autor de várias pilhagens e actos violentos e que lhe valeu a alcunha de *Maneta*.

o general Loison fora informado de que o general Silveira tinha entrado em Vila Real [8 de Maio] e que tinha expulso a brigada de Caulaincourt, levando-o a temer que Silveira o envolvesse, cortando-lhe a sua linha de comunicações com Amarante – nesse momento, abandonou a ideia de atacar a Régua e iniciou a retirada para Amarante [ver figura 53].

Ainda Loison iniciava a sua retirada e já as forças avançadas de Silveira, que tinham tomado as alturas do Marão, começavam a bater os franceses. A 11 de Maio, o general francês acampou em Moure, a três quilómetros de Amarante, onde se lhe juntaram as forças francesas que tinham retirado de Vila Real. No dia 12, o general Francisco da Silveira lançou uma ofensiva sobre os franceses, segundo três eixos: um pela esquerda, a sul, seguindo a direcção Anciães a Palmazões para tornear a posição francesa; um eixo, pelo centro, que seguia a direcção Ovelha a Forno da Telha; o outro eixo, pela direita, a norte, seguindo a direcção geral de Gavião para Lufrei. Será na coluna que seguia o eixo da direita que Silveira encontrou maior resistência mas, com receio de ser envolvido pelas forças de Bacelar ou de Beresford, Loison abandonou definitivamente Amarante [ver figura 54]. A 13 de Maio, Silveira recupera Amarante e encetou a perseguição aos franceses, chegando a entrar em contacto com a retaguarda de Soult, que retirara do Porto em debandada.

Durante todo este período, Beresford tinha engendrado um plano de atacar frontalmente e de flanco os franceses, com o apoio do general Trant, situado em Coimbra. O plano de acção consistia na vigilância do general Bacelar sobre Lapisse e impedir que este entrasse em contacto com Victor, enquanto as tropas comandadas por Beresford seguiriam pelo itinerário Viseu-Lamego-Régua-Amarante e atacariam os franceses no Porto – uma vez expulsos do Porto, de seguida, iriam atacar Victor. Ao invés, este plano não seria aprovado por Craddock, sendo aplicado mais tarde quando este foi substituído por Arthur Wellesley.

No dia 27 de Abril de 1809, aquando da substituição de Craddock, Wellesley, que tinha elaborado um plano ainda em Inglaterra para atacar os franceses, semelhante ao de Beresford, fez movimentar as tropas portuguesas e inglesas para Coimbra. A 5 de Maio de 1809 estavam já reunidos em Coimbra 13000 ingleses, 6000 portugueses e 3000 alemães ao serviço de Inglaterra.

O plano de Wellesley consistia numa força comandada pelo próprio, seguindo a direcção de Aveiro-Porto e atacar os franceses de frente. Beresford, com uma força portuguesa, seguiria a direcção Viseu-Lamego-Régua e atacaria de flanco os franceses, cortando-lhes o eixo de retirada por Trás-os-Montes ou envolvendo-os, caso permanecessem no Porto.

No dia 10 de Maio ocorreu um confronto em Albergaria-a-Velha, com a vitória a sorrir aos ingleses e a conseqüente retirada dos franceses. No dia 11 de Maio, em Grijó, Soult ordenou às suas guardas avançadas que mantivessem a posição apenas enquanto os ingleses fizessem

reconhecimentos e que retirassem, caso procurassem o combate. Não o conseguindo, os ingleses voltaram a confrontar-se com os franceses, saindo novamente vitoriosos.

Os franceses continuaram a retirar para norte, sendo repelidos de Santo Ovídio no dia 12, atravessando o rio Douro pela Ponte das Barcas, a qual destruíram definitivamente e impossibilitando os ingleses de atravessarem o rio. Os franceses procuraram ainda manter sob vigilância todos os possíveis locais de travessia desde a foz do Douro até ao rio Tâmega. Ainda no dia 12, Arthur Wellesley atravessou o rio Douro com grande audácia. Depois de ter observado o rio do alto da serra do Pilar e verificado que a vigilância dos franceses era pouco cuidada e sem patrulhas de ligação entre si, decidiu avançar para a travessia. Primeiro, dispôs a sua artilharia na serra do Pilar, fazendo um ataque simulado, enquanto lançou uns batalhões no seminário do outro lado da margem, em frente à serra. Ao mesmo tempo ocorreu um ataque em Avintes comandado pelo general Murray, que não encontrou resistência. Após a conquista do Porto, Wellesley não seguiu os franceses enquanto retiravam devido ao facto de não ter reunido toda a sua força do lado do Porto, perdendo um dia a reparar a Ponte das Barcas de modo a reunir a totalidade da sua força [ver figura 55].

Por sua vez, Soult, que andava a preparar a retirada, viu-se apanhado de surpresa e a ter que abandonar de imediato a cidade. Assim, do dia 12 de Maio, Soult acampou em Baltar, perto do Porto, para decidir que itinerário seguir na retirada do país. Aí confrontou-se numa posição crítica, pois tinha a oeste, no Porto, as tropas anglo-lusas de Wellesley; a sul, o rio Douro sem locais de passagem; a este, as tropas de Beresford e de Silveira e a norte, a serra do Marão entre o rio Ave e o rio Douro. Perante a situação definiu três opções para retirar. A primeira era seguir para Amarante, confrontar-se com as forças de Beresford e de Silveira e seguir de Vila Real para Chaves; a segunda opção consistia em ir para Amarante e daí para Guimarães, Braga e Chaves, voltar para trás e enfrentar Wellesley; e a terceira opção consistia em seguir aquela cadeia montanhosa por caminhos sinuosos e deixar para trás a artilharia e viaturas de transporte de cargas.

Optou rápida e friamente pela terceira opção, tendo destruído a sua artilharia junto à ponte do rio Sousa, seguindo pela margem até Pombeiro, onde se juntou a Loison, fugido de Amarante. No dia 14 de Maio, o II Corpo francês estava completamente reunido em Guimarães. Daqui, Soult pretendia avançar para Braga, mas julgando que Wellesley lá chegaria primeiro, mandou avançar directamente para a Póvoa do Lanhoso. Entretanto, Beresford, presumindo que Soult retiraria atravessando o rio Tâmega, ordenou ao general Silveira que barrasse a estrada de Chaves a Montalegre.

Continuando a sua retirada e perseguido de perto por Arthur Wellesley, seguiu no dia 15 de Maio de Póvoa do Lanhoso para Salamonde, onde presumindo também que encontrariam as

forças de Silveira no caminho para Chaves. De facto, essas forças esperavam-nos em Boticas, tendo mudado para Montalegre e daí rumou para Orense [ver figura 56].

Ao final de quatro meses de campanha, os franceses foram expulsos de Portugal, não permitindo que Napoleão atingisse os seus objectivos graças à acção tumultuosa do povo português e das milícias comandadas por militares que, num rasgo de patriotismo, se levantaram contra os franceses infligindo-lhes bastantes perdas e dificuldades, sobretudo logísticas, ao longo dos seus deslocamentos. Também o auxílio inglês, através do envio de tropas e equipamento para Portugal, mas mais importante, o envio de dois brilhantes militares contribuiu para a derrota francesa e consequente expulsão.

“Um outro factor importante que levou à derrota dos franceses, traduziu-se na passividade de Lapisse e Victor, em que o primeiro seria a força de ligação com Victor e também serviria como força de apoio, e o segundo seria o ataque secundário.”⁵² Estes deveriam apoiar a campanha de Soult, mas mantiveram-se inactivos em Espanha, devido sobretudo ao corte das linhas de comunicação, efectuados pelo general Pinto Bacelar na Beira Alta e pelo general Paula Leite no Alentejo que por inúmeras vezes, auxiliados pela população, capturaram os mensageiros enviados por Soult com destino a Lapisse e a Victor.

⁵²LOUSADA, Abílio Pires – *A 2ª Invasão Francesa*, Lisboa: IESM, 3 de Junho de 2009 (Artur Pepe Fonseca, Entrevistador)

Considerações Finais

O propósito desta reflexão foi tentar estabelecer as várias correlações possíveis de proximidade, assim como de afinidade e de concordância, entre dois grandes campos do Saber: a História Militar e a Tática. Embora as nossas considerações finais possam revestir-se de um traço sinóptico simplista, o presente espaço apenas se presta a reafirmar algumas das alocações aqui defendidas.

A nossa apresentação intitulada “A Defesa de Portugal durante a 2.^a Invasão Francesa – Estudo da Acção Retardadora” pretendeu esboçar as relações intrínsecas entre os estudos históricos e a análise tática portuguesa em uso no início do século XIX, nomeadamente nos teatros de operações decorrentes da Segunda Invasão Francesa [1809]. Algo que habitualmente se esconde à metodologia histórica será a componente especificamente tática dos acontecimentos, mormente de natureza militar. Defendemos que a utilidade dos saberes militares terá de ser novamente redescoberta para a utilidade do saber histórico. Daí que procuremos justificar este trabalho com um tom de evocação, visto estarem em foco acontecimentos detentores de extrema importância na História de Portugal.

Ao longo do trabalho procurou-se analisar as manobras luso-inglesas que, numa primeira fase, permitiram a defesa temporária do Porto e, numa segunda fase, a recuperação e expulsão dos franceses da mesma. Deste modo, ao conjunto de tais manobras, que denominamos de «acção retardadora», encetamos uma comparação com a actual doutrina de operação de retardamento. Actualmente, uma operação de retardamento consiste numa operação “pela qual uma unidade, sob pressão, do inimigo, troca espaço por tempo, retardando-o e infligindo-lhe o máximo de danos, em princípio, sem se deixar empenhar decisivamente”⁵³. Normalmente, esta operação faz-se integrada noutra operação distinta. Assim sendo, procura-se desgastar o inimigo, não o deixando empenhar-se decisivamente através da cedência de terreno até que sejam criadas condições para se passar à defesa ou ao ataque, obtendo-se, por esta via, uma nova capacidade de iniciativa.

A operação de retardamento poderá fazer-se em posições alternadas ou sucessivas [ver figuras 57, 58 e 59], e obedece a um conjunto de 10 princípios, dos quais salientamos, pela sua existência, ou não, na manobra dos portugueses na Segunda Invasão Francesa, uma Integração do Fogo e Movimento (permite desgastar o inimigo a longas distâncias sem se empenhar e, no caso de acontecer o empenhamento, permite que a força retire com a cobertura de fogos); o Terreno (que deve ser aproveitado da melhor forma, obrigando o inimigo a consumir recursos e tempo); o Tempo (existindo dois períodos: o período de reconhecimento e

⁵³*Regulamento de Campanha*, Lisboa, 2005

preparação da posição e o prazo de retardamento imposto pelo comandante); o Espaço (área atribuída para se executar a operação de retardamento, directamente adstrito ao prazo de retardamento específico); e a Acção Agressiva (aproveitamento de todas as oportunidades para tomar a iniciativa e efectuar acções agressivas). É de salientar que esta operação pode ser executada até ao escalão do Corpo de Exército, sendo o seu planeamento centralizado e a sua execução descentralizada, devendo dar-se o máximo de liberdade de acção às subunidades.

A manobra luso-inglesa da Segunda Invasão Francesa, apesar de em muitos aspectos se assemelhar a uma operação de retardamento, não poderá ser considerada como tal na sua globalidade, embora tenha tido efeitos de retardamento proveitosos para preparar a defesa do Porto e, mais tarde, a sua recuperação e consequente expulsão dos franceses.

É necessário ter-se em conta que na época da Segunda Invasão Francesa, o exército regular português era quase inexistente devido à desmobilização efectuada por Junot. As manobras militares eram executadas maioritariamente por milícias e ordenanças mal treinadas e indisciplinadas, porque foram aquelas, que em tempo, se puderam operacionalizar, organizando-se à medida das necessidades e de acordo com os avanços do exército invasor, sendo inúmeras vezes auxiliados pela população apetrechada de objectos agrícolas. A própria divisão do país em Governos de Armas Provinciais contribuiu para que a acção como um todo fosse uma operação de contingência, província a província, à medida das necessidades, de acordo com os recursos disponíveis e com a ideia de operação de cada um dos comandantes das províncias. Tais factos vão em desencontro com o actual conceito de operação retardadora, contribuindo para que a acção dos portugueses não seja considerada na sua globalidade como uma “acção retardadora”. Na verdade, a coerência da resistência organizada a nível nacional contra a França Napoleónica só acontece a partir de Março de 1809, quando o general britânico Beresford assume o comando em Chefe do Exército Português e, no mês seguinte, o general Wellesley o comando operacional dos exércitos luso-ingleses.

Identificamos, contudo, casos particulares que se identificam com o conceito geral de operação retardadora da actual doutrina. São exemplos as retiradas sucessivas de Chaves, executadas pelo general Silveira [10 a 14 de Março de 1809], para a posição de Santa Bárbara, e daí para Oura e Vila Pouca de Aguiar, bloqueando o caminho para Vila Real, mas deixando em aberto o itinerário para Braga.

Outro caso pontual de semelhança com uma “acção retardadora” foi a preparação da defesa de Braga pelo general Bernardim Freire de Andrade. Este montou três posições sucessivas de defesa da cidade – uma primeira em Ruivães, que fora preparada à pressa e resistindo pouco ao avanço francês, pelo que os portugueses entraram em demandada descontrolada, atrasando um dia as tropas francesas; uma segunda em Salamonde, onde aconteceu o mesmo que em Ruivães, aguentando-se apenas um dia; a terceira e última posição em Carvalho d’Este, onde,

após ter executado reconhecimentos, dispôs as forças para que o terreno fosse favorável à defesa portuguesa em detrimento do ataque francês, resistindo três dias. A defesa de Amarante constitui outro caso particular de semelhança com uma “acção retardadora”, quando o general Silveira, após o reforço enviado por Soult a Loison retira de Penafiel para Manhufe e deste para Amarante, mantendo sempre o contacto com as forças francesas.

Nos três casos anteriormente referidos, podemos observar algumas semelhanças com o actual conceito de operação de retardamento. No entanto, foi devido à inexistência de outros aspectos funcionais que não podemos considerar, mais uma vez, tais manobras como uma “acção retardadora”. Como exemplo, temos os princípios supracitados do actual conceito de operação de retardamento, em que nos diferentes casos referidos não se verificam na sua totalidade. A Acção Agressiva, tirando a acção das turbas populares durante os deslocamentos dos franceses, raramente ou nunca fora utilizada pelos comandantes portugueses, ou seja, quando tinham posições defensivas estabelecidas, nunca aproveitaram as oportunidades para causar o máximo de danos aos franceses através de acções deste tipo. O mesmo se verifica com o princípio da Integração de Fogo e Movimento, que também não fora utilizado pelos portugueses, uma vez que estes entravam em demandada, muitas vezes descontrolada, não respeitando o segundo período do princípio do Tempo, ou seja, o prazo de retardamento. O princípio do Espaço é outro que, a nosso ver, não se verificou, pois dada a época, o intuito principal consistia em aniquilar ou atrasar os franceses não havendo a preocupação de verificar se o terreno tinha ou não profundidade para efectuar uma operação de retardamento. É, porém, no princípio do Terreno que se verifica a maior semelhança com o actual conceito, verificando-se ter havido uma preocupação por parte do general Silveira e do general Bernardim Freire de Andrade em escolher e preparar o terreno que melhor pudesse infligir baixas ao inimigo.

Uma outra importante diferença denota-se ao nível do comando e controlo, uma vez que na época, ao contrário do que sucede com o actual conceito, o planeamento e a execução eram centralizadas, sendo os generais responsáveis pelo planeamento e execução das manobras. Não obstante as semelhanças e diferenças entre a acção levada a cabo pelos portugueses durante a Segunda Invasão Francesa e o actual conceito de operação de retardamento, a primeira verificou-se eficaz, pois a acção de 1809, oferecendo resistência activa (actuar militarmente quer de forma regular, quer irregular) e resistência passiva (não colaborando com o exército invasor, dificultando-lhe a progressão e a obtenção de recursos), atrasou as tropas, assim como os planos franceses. Tal atraso possibilitou a Beresford organizar um exército, que conjuntamente com as forças inglesas comandadas por Wellesley, ajudaram na retomada do Porto e conseqüente expulsão dos franceses de Portugal.

Nesta acção foi de extrema importância o papel do povo, estando sempre presente, sobretudo, no âmbito da resistência passiva. Muitas vezes armado como podia, opôs-se com elevado

patriotismo aos franceses através de escaramuças, tentando-lhes negar os recursos para a sua subsistência, atrasando-os na sua movimentação, mostrando lealdade ao príncipe regente e um verdadeiro sentido de apego à sua terra. Na verdade, a realidade militar portuguesa ao longo de 900 anos de História assenta sobretudo na operacionalização de forças irregulares, onde a mística popular é incontornável. Esta mentalização perdurou durante séculos: descoordenação, inação e ignorância em tempo de paz; urgência em colocar no terreno uma força militar credível quando soam as campainhas da guerra. As Invasões Francesas e a resistência efectuada são um dos mais sintomáticos episódios desta realidade militar do nosso país.

Poderá mesmo dizer-se que a acção do povo português se conotou com a tipologia de uma guerra subversiva (entenda-se guerra subversiva por “luta conduzida no interior de um dado território, por uma parte dos seus habitantes, ajudados ou reforçados ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas, com a finalidade de lhes retirar o controle desse território ou, pelo menos, de paralisar a situação”⁵⁴), apesar de na altura não ser considerada pelos chefes militares como uma forma digna de conduzir a guerra, dado que as manobras dos exércitos assentavam na acção de grandes efectivos em terreno aberto. No entanto, existiram duas razões fundamentais pela qual se considera a acção da população como guerra subversiva. A primeira razão era constituída pela forma como Napoleão conduzia as batalhas, ou seja, ao introduzir movimento nas suas manobras, este dispersava as suas forças que se apoiavam em fortes linhas logísticas e de comunicações, facilitando a acção tumultuosa da população. A segunda razão, resultante da desmobilização do exército regular feita por Junot, consistiu na nomeação de novos capitães e subalternos que, estando muitos deles ligados à nobreza rural e ao clero, facilmente exaltavam o povo contra o invasor, apelando a ameaça à liberdade nacional e às atitudes pouco dignas dos franceses contra a Igreja.

Destaca-se na acção, numa perspectiva positiva, a mobilização espontânea da população, dotada de uma capacidade de movimentação superior, fazendo face ao invasor. O facto de os portugueses acreditarem que conseguiam expulsar os franceses, levou a que os segundos não concretizassem os seus intentos, relativamente ao corte do comércio inglês para a Europa e do comércio português proveniente do Brasil pela anulação da aliança entre Portugal e Inglaterra. A capacidade do país para se interligar com o exército inglês, contribuiu decisivamente para a expulsão do invasor, sendo este um facto inédito no processo de invasão desenvolvido por Napoleão quer na Europa, quer nos países do norte de África em torno do mar mediterrâneo, uma vez que não se verificou uma ocupação no território nacional por um período prolongado de tempo. É ainda de salientar, a capacidade e facilidade que a população detinha em cortar as

⁵⁴ *Operações do Exército na Guerra Subversiva: Volume I - Generalidades*, Lisboa, 1963

linhas logísticas aos franceses, contribuindo para tal, o apelo do clero à resistência. Outra visão positiva, que contribuiu para a expulsão dos franceses, consistiu na negociação diplomática arrastada ao longo do tempo, no sentido de atenuar a motivação do invasor.

Numa perspectiva negativa, evidencia-se a existência de um exército português desorganizado em termos de disciplina, estrutura orgânica, acção de comando e de hierarquização, bem como, a ausência de um plano de defesa, que previsse a possibilidade de invasão desde o século XVI, recorrendo em última alternativa ao apoio britânico em troca de cedências. Contribui ainda para esta perspectiva o rompimento de Portugal com a Corte de Espanha, permitindo que se concretizasse a aliança entre os espanhóis e os franceses, fruto da qual resulta a invasão de Portugal e a fuga irreflectida da Corte para o Brasil, deixando o “Império à Deriva”.

Concluimos assim, que não se tratou apenas de uma “acção retardadora”, embora defendamos que se tratou de um conjunto de acções de flagelação e de subversão, cujas consequências permitiram criar condições semelhantes às operações de retardamento.

A História Militar constitui um campo de estudo ainda insuficientemente aprofundado, analisado ou divulgado. São essas as principais dificuldades que podemos ainda constatar. Este campo histórico nunca perderá o seu carácter simultaneamente fragmentário e generalista, pois ao existirem diversos conceitos de «exército» ou de «guerra» com naturezas orgânicas diferentes, todas estas ópticas exigirão uma prospecção histórica-analítica diferenciadas. A História Militar, assim como a disciplina da Tática, revelam-se vastas e sem limites funcionais para o seu estudo e nem sequer possuem um campo de acção perfeitamente definido. Não se lhe podem aplicar as regras da historiografia tradicional, embora o estudo das opções tácticas presentes, inclusive em fontes históricas, tendam a ser cada vez mais consideradas pela investigação histórica actual.

A História é vital para o exercício das funções militares e, no sentido em que norteamos a presente reflexão, tal relação torna-se simultânea e recíproca. Reiteramos que o universo militar português é extenso e tem acompanhado desde os seus primórdios as tendências gerais da actividade bélica europeia e mundial. No entanto, levanta-se a impossibilidade de encetarmos um estudo profundo a todos os níveis, mesmo que especificamente no contexto da Segunda Invasão Francesa [1809], dado que comportaria custos elevados, equipas especializadas disponíveis e extremamente bem preparadas e que soubessem seguir uma linha de orientação para trabalhos de grande envergadura. Veja-se que até o uso das terminologias de uso militar actuais são de difícil adaptação aos contextos históricos, mas, por tentativa de aproximação, será possível uma interpretação próxima da realidade histórica. Mas tal ensejo é cada vez mais um pensamento possível.

A tendência actual da historiografia militar portuguesa, a nosso ver, passa pela definição de trabalhos históricos dedicados a áreas muito específicas e com limites

cronológicos/metodológicos extremamente bem definidos e aplicáveis no âmbito de teses de doutoramento ou dissertações de mestrado, como é caso presente. O nosso trabalho pretende, ainda que humildemente, apresentar outras formas de compreender a Segunda Invasão Francesa [1809], apresentando diversos pontos de vista defendidos por vários historiadores, mas aplicando a esse contexto preciso os ditames da «acção retardadora», em voga na nossa análise. As Invasões Francesas [1807-1811] são acontecimentos-chave insertos numa época de transição e compreendem o espírito e os progressos da liberdade, da democracia e da ciência num século tão profícuo como foi o século XIX português.

Bibliografia

1. Livros

AZEREDO, Carlos de – *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Museu Militar, Porto, 1984

AZEREDO, Carlos de – *Invasão do Norte de 1809, A Campanha do General Silveira Contra o Marechal Soult*, Tribuna da História, Lisboa, 2004

BARATA, Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Nova História Militar de Portugal*, com a colaboração de Carlos Bessa, António Pires Nunes, [et al.], vol. III, Círculo de Leitores, Lisboa, 2004

BASTO, Artur de Magalhães – *1809. O Porto sob a Segunda Invasão Francesa*, Empresa Literária Fluminense, Lisboa, 1926

BESSA-LUÍS, Augustina – *Santo António*, Guimarães Editores, Guimarães, 1993

BORGES, João Vieira – *A Artilharia na Guerra Peninsular*, Tribuna da História, Lisboa, 2009

CESAR, Victoriano J. – *Estudos de História Militar. Breve Estudo Sobre a Invasão franco-Hespanhola de 1807 em Portugal e Operações Realizadas até à Convenção de Cintra*, Typographia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1903

CESAR, Victoriano J. – *Invasões Francesas em Portugal, 3.ª Parte, Invasão Francesa de 1810, De Almeida às Linhas de Torres e das Linhas de Torres a Fuentes d'Oñoro (1810-1811)*, Typographia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1910

CESAR, Victoriano J. – *Invasões Francesas em Portugal. 2.ª Parte. Invasão Francesa de 1809. De Salomonde a Talavera*, Typographia da Cooperativa Militar, Lisboa, 1907

CHABY, Claudio de – *Synopse dos Decretos Remetidos ao Extincto Conselho de Guerra desde o estabelecimento d'este tribunal em 11 de dezembro de 1640, até á sua extinção em o 1.º de agosto de 1884 archivados no archivo geral do ministério da guerra e mandados recolher no real archivo da Torre do Tombo em 22 de junho de 1865*, vol. VII, Imprensa Nacional, Lisboa, 1889

EGGENBERGER, David – *An Encyclopedia Of Battles*, Dover Publications, Nova Iorque, 1985

- GOMES, Laurentino – *1808, Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, Dom Quixote, Lisboa, 2008
- Guerra Peninsular – *Novas Interpretações. Da Europa Dividida à União Europeia*, Tribuna da História/IDN, Lisboa, 2002
- História da Guerra*, Times Books/Esfera dos Livros, Londres/Lisboa, 2003
- KOHN, George – *Dictionary of Wars*, edição revista, Checkmark Books, Nova Iorque, 1999
- MARQUES, Fernando Pereira – *Exército e Sociedade em Portugal no declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo*, Alfa, Lisboa, 1989
- MATTOSO, José – *História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890)*, com a colaboração de Maria Regina Anacleto, Ana Cristina Araújo, Rui Bebiano, [et al.], vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993
- MEDINA, João – *História de Portugal. Portugal Liberal (I)*, com a colaboração de José Brissos, Armando Castro, Amadeu Carvalho Homem, [et al.], vol. X, Ediclube, Amadora, 2004
- PEDREIRA, Jorge & COSTA, Fernando Dores – *D. João VI*, colecção «Reis de Portugal», Círculo de Leitores, Lisboa, 2006
- ROBERTS, Andrew – *Napoleão e Wellington*, Editorial Verbo, Lisboa, 2002
- SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1993
- SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal*, vol. V, Alfa, Lisboa, 1983
- SARAIVA, José Hermano – *História de Portugal. A monarquia absolutista – Da afirmação do poder às invasões francesas*, com a colaboração de Ângelo Ribeiro e Hernâni Cidade, vol. VI, QuidNovi, Porto, 2004
- SERRÃO, Joel – *Dicionário de História de Portugal*, vol. V, Livraria Figueirinhas, Porto, 1965
- SOARES, Coronel Alberto Ribeiro – *Os Generais do Exército Português. Da Restauração às Invasões Francesas*, vol. I, Biblioteca do Exército, Lisboa, 2003
- SOUZA, Duarte Pacheco & POMBO, Nuno Gonzalez – *A Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão*, Plus Ultra, Lisboa, 2001
-

TEIXEIRA, Nuno Severiano – *Portugal e a Guerra. História das intervenções militares portuguesas nos grandes conflitos mundiais dos séculos XIX e XX*, Edições Colibri, Lisboa, 1998

TERENAS, Gabriela Gândara – *O Portugal da Guerra Peninsular*, Colibri, Lisboa, 2000

VENTURA, António – *Planos Espanhóis para a Invasão de Portugal (1797-1801)*, Livros Horizonte, Lisboa, 2006

VICENTE, António Pedro – *Batalhas da História de Portugal, Guerra Peninsular 1801-1814*, vol. XIII, Quidnovi, Porto, 2004

WILCKEN, Patrick – *Império à Deriva*, Livraria Civilização, Porto, 2005

2. Manuais

EME – *Regulamento de Campanha Operações*, Lisboa, Setembro de 2005

EME – *Operações do Exército na Guerra Subversiva: Volume I - Generalidades*, Lisboa, Fevereiro de 1963

3. Publicações periódicas

GERALDO, Coronel José. *Episódios da Guerra Peninsular, A Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão Bonaparte*, in *Jornal do Exército*, N.º 574 – Junho de 2008, pp. 46 – 52.

4. Outros Documentos

GERALDO, José Madaleno – *As Invasões Francesas e as Linhas de Torres: Defesa de um Património*, dissertação de mestrado em História Militar, Academia Militar/Universidade dos Açores, [versão policopiada], Lisboa, 2008

LOUSADA, Abílio Pires – *História Militar de Portugal*, [versão policopiada], Pedrouços, 2007

5. Entrevistas

LOUSADA, Abílio Pires – *A 2ª Invasão Francesa*, Lisboa: IESM, 3 de Junho de 2009 (Artur Pepe Fonseca, Entrevistador)

Anexos

Anexo A – Índice Geral de Periódicos Portugueses de 1808-1811

Índice Geral de Periódicos Portugueses – 1808-1811								
Nº	Título dos Periódicos	Redactores	Início	Fim	Editor[es]	Local de Edição	Periodicidade	Notas Editoriais
I PARTE								
1	<i>Minerva Lusitana</i>	José Bernardo de Vasconcelos Corte Real, Joaquim Navarro de Andrade e Luís do Coração de Maria	1808	1811	Real Imprensa da Universidade	Coimbra	Irregular	Publicado entre 11 de Julho de 1808 [n.º 1] e 6 de Julho de 1811 [n.º 173]; teve tão grande procura que alguns números foram reimpressos diversas vezes; ver suplemento n.º 1 [2 de Setembro de 1809] a suplemento n.º 9 [2 de Janeiro de 1809]; interrompeu a publicação entre 29 de Dezembro de 1809 [n.º 162] e 15 de Maio de 1811 [n.º 163].
2	<i>Correio Braziliense ou Armazem Literario</i>	Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça	1808	1822	W. Lewis [et. al.]	Londres	Mensal	Publicado entre 1 de Junho de 1808 [n.º 1] e Dezembro de 1822 [n.º 175]; referir a versão fac-similada do mesmo periódico, em 32 volumes, editada pela Imprensa Oficial do Estado, São Paulo, 2001; considerado o primeiro periódico brasileiro, ainda que pertencente ao universo da imprensa periódica portuguesa.
3	<i>Colecção das Célebres Gazetas do Rocio, que para seu desenfa-do compôz certo Patusca; o qual andava á pesca de todas as impôsturas, que o intruso Ministério Francez fazia imprimir no Diario Portuguez</i>	António Maria do Couto	1808	1809	Typographia Lacerdina	Lisboa	Irregular	Periódico satírico; 21 números de 2 páginas, compondo-se numa colecção em 3 partes.
4	<i>O Lagarde Portuguez, ou Gazeta para depois de jantar</i>	Luís de Sequeira Oliva e Sousa Cabral	1808	1808	Impressão Régia	Lisboa	Bissem-anal	Publicado entre 21 de Novembro e 19 de Dezembro de 1808 com o intuito de ridicularizar Napoleão e o Intendente da Polícia em Lisboa, Pierre Lagarde; continuado por <i>O Telegrafo Portuguez, ou Gazeta para depois de jantar</i> , 8 números?

Anexo A

5	O <i>Telegrafo Portu-guez, ou Gazeta para depois de jantar</i>	Luís de Sequeira Oliva e Sousa Cabral	1808	1814	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Ao n.º 24 anunciou que mudaria do tom irónico do seu discurso para uma postura séria; os n.ºs 26 a 48 saíram com o título <i>Telegrafo Portuguez, ou Gazeta Anti-Franceza</i> ; foram publicados 105 números entre Dezembro 1808 e 31 Dezembro 1814.
6	<i>Correio do Outro Mundo. Dialogo entre hum druida, e hum moderno francez</i>	«Filopolo» [?]	1808	1808	Imprensa Regia; Nova Officina de João Rodrigues Neves; Officina de João Evangelista Garcez;	Lisboa	Irregular	Vários títulos diferenciados, conforme a casa impressora.
7	<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	Tibúrcio José da Rocha, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, Francisco Vieira Goulart, [et. al.]	1808	1822	Impressão Régia	Rio de Janeiro	Bissemanal	Publicado entre 10 de Setembro de 1808 [n.º 1] e 31 de Dezembro de 1822; continuado por <i>Diário do Governo Brasileiro</i> .
8	<i>Semario Patriotico, traduzido do Hespa-nhol</i>	[?]	1808	1808	Impressão Régia	Lisboa	Semanal	Traduzido do castelhano; segundo Alfredo da Cunha, o tradutor teria sido Tomás Ferreira de Castro; 12 números.
9	<i>O Leal Portu-guez</i>	José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda	1808	1810	Officina de Simão Thaddeo Ferreira	Lisboa	Semanal	Publicado após a saída dos contingentes franceses do Porto, a 27 de Julho de 1808; a entrada do marechal Soult no Porto, em Março de 1809, obrigou à sua suspensão, tendo reaparecido após a retirada dos invasores, em 24 de Junho, prolongando-se até ao ano seguinte; apesar de se referir ao Porto e ser considerado um periódico portuense, foi editado em Lisboa; 14 números, com suplementos.
10	<i>Gazeta do Porto. O Leal Portu-guez que contem a historia dos succes-sos politicos e militares desde a feliz Restaura-ção...</i>	José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda	1808	1810	Typogra-phia de António Alvarez Ribeiro	Porto	Irregular	Publicado entre 6 de Julho de 1808 [n.º 1] e 30 de Junho de 1810 [n.º 26]; junto inclui <i>Índice Alfabético dos Sucessos Políticos e Militares</i> .
11	O <i>Philarmo-nico Portu-guez</i>	[?]	1808	1808	[s. n.]	Figueira da Foz	Quinzenal	Publicou músicas originais para orquestras; não se conhece nenhum exemplar.

Anexo A

12	<i>Calendri- -er de Lisbonne pour L'An 1808. Avec un grand nombre de curiosités utiles et nécessair es tant aux natio- -naux qu'aux étrangers</i>	[?]	1808	1808	Rolland	Lisboa	Irregular	Edição bilingue em português e francês; número único [?].
13	<i>Relação dos Folhetos e Papeis que se vendem na Casa da Gazeta em prosa e em verso relativos à Feliz Res- -tauração deste Reino com os preços por que se vendem</i>	[?]	1808	1808	[s. n.]	Lisboa	Irregular	Existem apenas 2 números; não é um verdadeiro "periódico".
14	<i>Observa- -dor Portu- -guez, Histórico, e Politico de Lisboa, desde o dia 27 de Novem- -bro do anno de 1807, em que embar- -cou para o Brazil o Principe Regente Nosso Senhor e toda a Real Familia, por motivo da invasão dos France- -zes</i>	Benevenuto António Caetano de Campos	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Também se aponta a sua autoria a Estêvão Brocard; segundo A. X. da Silva Pereira e Inocêncio da Silva Pereira, esta publicação não é um órgão periódico; existe uma 2.ª edição em 1824.

Anexo A

	<i> neste Reino, etc.</i>							
15	<i>Collecção de Trajes que usam todas as Nações do Mundo</i>	[?]	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Dedicado a um público feminino? Terão existido 5 números? Não existe nos acervos públicos nenhum exemplar que comprove a sua existência, a não ser em indicações bibliográficas.
16	<i>Mentor da Moda, ou Educação á Franceza em forma de Cathecismo, para conhecimento do desorienta do systema da França nestes ultimos dias</i>	António Manuel Policarpo da Silva ou «M. V. M.» [?]	1809	1809	Impressão de Alcobia; Nova Officina de João Rodrigues Neves;	Lisboa	Irregular	Apenas existem 2 números.
17	<i>Gazeta d'Almada ou Telescópio Portuguez</i>	José Anastácio Falcão	1809	1810	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Publicado semanalmente entre 7 de Julho de 1809 e 16 de Fevereiro de 1810; a partir de 31 de Outubro de 1809 foi bissemanal e a partir do n.º 42 será conhecido apenas como <i>Telescópio Portuguez</i> , de modo a caracterizar o tom mais sério da sua redacção; 54 números.
18	<i>Almanak Militar: Parte I...</i>	[?]	1809	1809	Officina de Joaquim Thomaz de Aquino Bulhões	Lisboa	Irregular	Único exemplar conhecido; os lucros da venda deste periódico destinar-se-iam à Caixa Militar do Exército.
19	<i>Abelha do Meio-Dia</i>	[?]	1809	1810	Impressão Régia	Lisboa	Trissemanal	Publicou-se entre 31 de Julho de 1809 e 29 de Março de 1810, num total de 102 números; ao findar de cada ano reinicia a numeração dos seus exemplares.
20	<i>Argus Lusitano: ou Cartas Analíticas</i>	José Anselmo Corrêa Henriques	1809	1810	Officina de Cox Son and Baylis	Londres	Irregular	Publicados apenas 4 números; ver <i>Correio Brasiliense</i> .
21	<i>Correio de Londres</i>	[?]	1809	1810	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Tradução do jornal com o mesmo título editado em Londres; publicado entre 15 de Julho de 1809 [n.º 1] e 4 de Dezembro de 1810 [n.º 45]; com ligeiras variações nos títulos.
22	<i>Correio da Tarde</i>	Luis Caetano Altina de Campos	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Publicado desde 4 de Junho de 1809, tendo sido semanal e trissemanal e depois diário até ser proibido a 1 de Setembro de 1809; também redigiu a <i>Bibliotheca Universal</i> [1803-1805]; total de 86 números conhecidos.

Anexo A

23	<i>Novo Diário de Lisboa</i>	[?]	1809	1809	Imprensa Regia	Lisboa	Diário	Dos primeiros periódicos diários em Portugal. Fundado a 1 de Setembro de 1809, do qual aparenta ter existido apenas um número.
24	<i>Diário Lisbonense</i>	Estêvão Brocard	1809	1813	Impressão Régia	Lisboa	Diário	Foi o primeiro periódico português rigorosamente diário, cujo primeiro número apareceu a 1 de Maio de 1809 e o último número a 31 de Maio de 1813; só existem exemplares até Dezembro de 1812, num total de 1198 números conhecidos.
25	<i>Diário do Porto</i>	António Soares de Azevedo	1809	1809	Typografia de Antonio Alvarez Ribeiro	Porto	Irregular	Publicado entre 5 de Abril de 1809 [n.º 1] e 6 de Maio de 1809 [n.º 5]; junto com: <i>Boletim Extraordinário sobre os acontecimentos de 10 de Abril de 1809 na praça de Valença</i> e outros suplementos.
26	<i>Journal de Lisboa, ou Folha Diária</i>	[?]	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Diário	Dos primeiros periódicos diários em Portugal; aparenta só ter existido um número.
27	<i>Lanterna Mágica cuja relação contém o seguinte: extraída de diversas folhas, notícia da declaração da Rússia...</i>	[?]	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Com ligeiras variações nos títulos dos exemplares.
28	<i>Mappa Política que consta de notícias interessantes</i>	[?]	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Diário	Dos primeiros periódicos diários em Portugal; publicado entre 1 de Setembro de 1809 e 9 de Outubro de 1809; com ligeiras variações nos títulos, também conhecido por <i>Mappa Política, ou Admoestador Sincero</i> .
29	<i>O Mensageiro</i>	[?]	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Diário	Dos primeiros periódicos diários em Portugal, do qual só saíram dois números.
30	<i>Noticias Officiaes transcritas das Folhas Inglezas</i>	[?]	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Apenas existe um número, datado de 7 de Agosto de 1809.
31	<i>Resumo Histórico dos Successos Memora-veis da Restauração do Porto</i>	José Luís Coelho Monteiro	1809	1809	Typografia Lacerdina	Lisboa	Irregular	Redigido clandestinamente, as iniciais do autor aparecem na publicação, mas apenas se conhecem 2 números.
32	<i>Semanario Lusitano</i>	Teodoro José Biancardi	1809	1812	Impressão Régia	Lisboa	Semanal	Iniciado a 3 de Maio e terminado a 28 de Dezembro de 1809; foi substituído ou continuado pelo <i>Mercurio Lusitano</i> ; 36 números.

Anexo A

33	<i>Correio da Península ou Novo Telegrafo</i>	João Bernardo da Rocha Loureiro e Nuno Álvares Pereira Pato Moniz	1809	1810	Impressão Régia	Lisboa	Bissemanal	Publicado entre 3 de Julho de 1809 e 2 de Agosto de 1810; não é uma continuação de <i>O Telegrafo Portuguez, ou Gazeta para depois de jantar</i> [1808-1814]; composto por 136 números bissemanais, de formato «in-quarto», de 8 páginas.
34	<i>O Patriota ou o Amigo da Independência de Portugal</i>	[?]	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Não existe nos acervos públicos nenhum exemplar que comprove a sua existência, a não ser em indicações bibliográficas.
35	<i>Boletim Extraordinário que traz a Capitulação da Praça de Valença</i>	Custódio César de Faria, [et. al.]	1809	1809	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	A sua inclusão no universo periódico português continua altamente discutível.
36	<i>Diário de Badajoz</i>	[?]	1809	1809	[s. n.]	Lisboa	Irregular	Publicado a 8 de Julho de 1809 e era uma tradução da folha espanhola com o mesmo título; apenas existe um exemplar.
37	<i>Postilhão de Lisboa</i>	[?]	1809	1809	[s. n.]	Lisboa	Irregular	Não existe nos acervos públicos nenhum exemplar que comprove a sua existência, a não ser em indicações bibliográficas.
38	<i>Tradução Fiel do Diário do Governo da Corunha</i>	[?]	1809	1809	[s. n.]	Lisboa	Irregular	Com alguns suplementos anexos e com variações no seu título.
39	<i>Collecção das Ordens do Dia do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Guilherme Carr Beresford, Comandante em Chefe dos Exercitos de S. A. R. o Principe Regente Nosso Senhor</i>	Joaquim José Annaya [et. al.]	1809	1835	António Nunes dos Santos [et. al.];	Lisboa	Diário	Também conhecido pelo título <i>Ordem do Dia</i> ; publicado entre Março de 1809 e Março de 1835 e com diversos títulos alternativos; de 9 de Setembro a 15 de Outubro de 1820, as publicações são da responsabilidade da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino; não se publicaram entre 18 de Junho e 12 de Agosto de 1814; continuado por <i>Ordem do Exército</i> e outros.
40	<i>Reflexões sobre o Correio Braziliense</i>	Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão	1809	1809	Impressão Régia; Oficina de Simão Thaddeo Ferreira;	Lisboa	Irregular	6 números; outros títulos relacionados: <i>Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense</i> , Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1810.
41	<i>Micros-</i>	Bernardino	1810	1810	Impressão	Lisboa	Irregular	Apenas saiu um número ou terá

Anexo A

	-copio <i>Patriotico</i> offereci- do aos M. N. e M. L. <i>Portu- guezes</i> e <i>Hespa- -nhoes</i>	Xavier de Quadros			Régia			existido uma continuidade editorial?
42	<i>Noticias</i> <i>Officiaes</i> dos <i>Comba- -tes da</i> <i>Hespa- -nha</i>	[?]	1810	1810	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Outros títulos e números: <i>Relação das noticias officiaes comunicadas pelo paquete; Relação das noticias officiaes de Hespanha, derrota e tomada aos francezes, e a grande victoria do Regimento de Cavalleria N.º 1; Relação de noticias officiaes de Hesopanha, a derrota dos francezes, e a sublevação de Cordova, e Reino de Granada, e outros.</i>
43	<i>Exame</i> dos <i>Artigos</i> <i>Histori- -cos, e</i> <i>Politicos,</i> que se contem na <i>Collec- -ção</i> <i>Periodica</i> <i>intitulada</i> <i>Correio</i> <i>Brazili- -ense, ou</i> <i>Armazem</i> <i>Litterario,</i> no que pertence somente ao Reino de <i>Portugal</i>	José Joaquim de Almeida e Araújo Correia de Lacerda	1810	1810	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Outros títulos similares: <i>Reflexões sobre o Correio Brasiliense, por Joaquim de Santo Agostinho Brito França Galvão, Impressão Régia, Lisboa, 1809; Apologia do Periodico, que tem por titulo, Reflexões sobre o Correio Brasiliense, Officina de Simão Thaddeo Ferreira, Lisboa, 1810; Provas da Falsidade, e Injustiça com que o Editor do Correio Brasiliense intentou desacreditar Antonio de Araujo Azevedo, Officina de João Rodrigues Neves, Lisboa, 1810; ou Aviso aos Portuguezes sobre o Correio Brasiliense, Impressão Régia, 1811.</i>
44	<i>Collec- -ção de</i> <i>Noticias</i> acerca do <i>Resgate</i> dos <i>Portu- -guezes</i> <i>captivos</i> <i>em Argel</i> <i>ajustado</i> no ano de 1810	[?]	1810	1811	Typogra- -phia da Academia Real das Ciências	Lisboa	Irregular	2 números conhecidos.
45	<i>Hum</i> <i>Portu- -guez</i> aos <i>Portu- -guezes</i>	José António de Sá	1810	1814	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Constituído por 6/7 números?

Anexo A

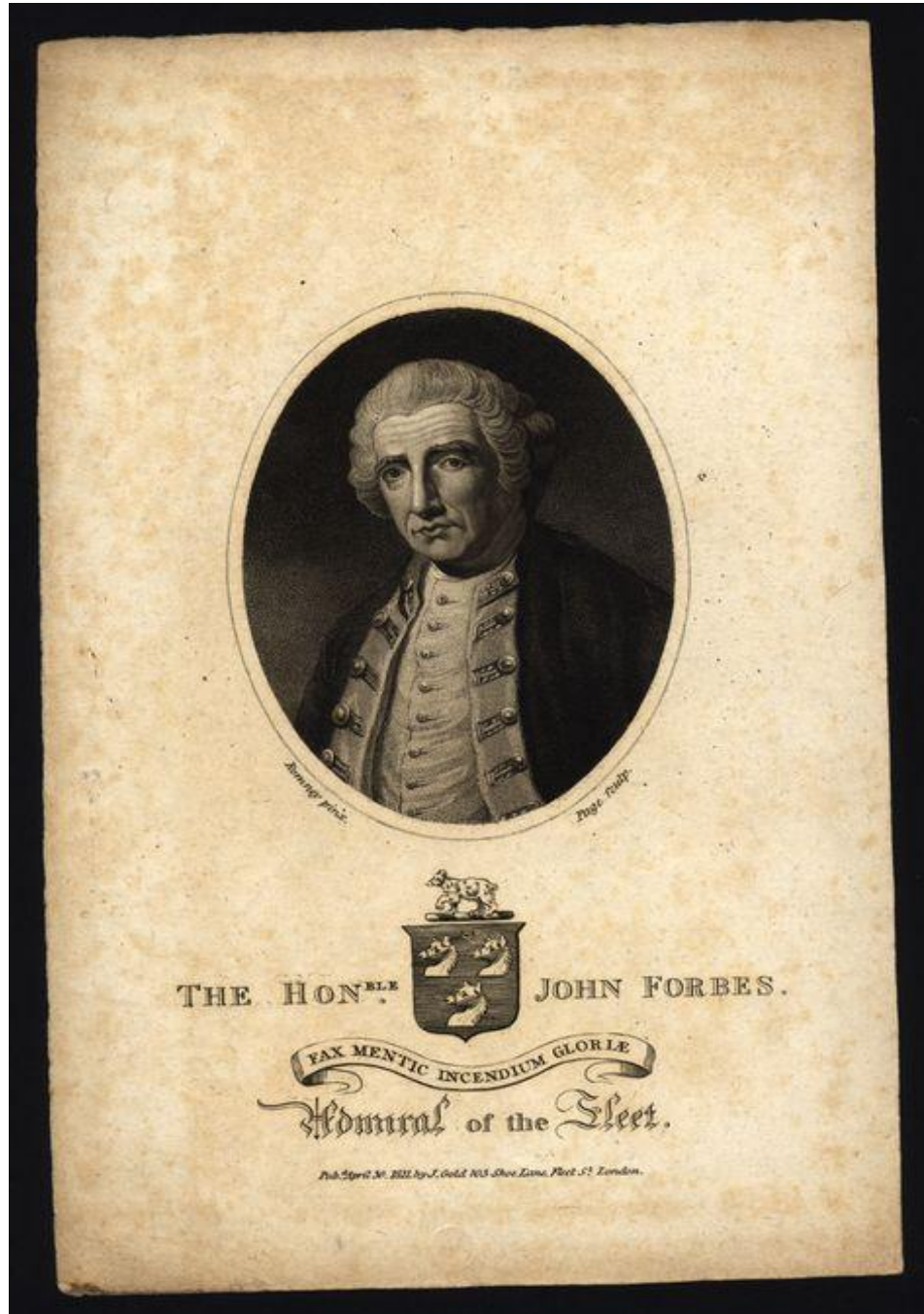
46	<i>O Investidor Português em Inglaterra, ou Jornal Literario, Politico, &c.</i>	Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Miguel Caetano de Castro e José Liberato Freire de Carvalho	1811	1819	H. Bryer; T. C. Hansard;	Londres	Mensal	Publicado entre Junho de 1811 [n.º 1] e Fevereiro de 1819 [n.º 92], agrupados em 23 volumes; todos os redactores eram médicos e, a partir de Janeiro de 1814, ficou apenas José Liberato Freire de Carvalho na sua redacção.
47	<i>Idade d'Ouro do Brazil</i>	Diogo Soares da Silva de Bivar e Inácio José de Macedo	1811	1823	Typographia de Manoel Antonio da Silva Serva	Bahia	Irregular	Pode encontrar-se um fac-símile do primeiro número deste periódico e datado de 14 de Maio de 1811 na <i>Revista do Instituto Geográfico Brasileiro</i> ; ver Alfredo de Carvalho - «Génese e Progressos da Imprensa Periódica no Brasil» [1908].
48	<i>Motim Literario em Fôrma de Soliloquios</i>	Frei José Agostinho de Macedo	1811	1811	Impressão Régia	Lisboa	Bissemanal	Constituído por 37 números e contou com 3 edições.
49	<i>Noticias Officiaes relativas á destruição dos Franceses na Batalha de Figueiro-lla e outras...</i>	[?]	1811	1811	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Único número com este título específico.
50	<i>Lista dos Officiaes do Exercito</i>	João Chrysostomo do Couto e Mello	1811	1812	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Segundo Inocêncio Francisco da Silva, continuada por <i>Lista Geral do Exercito ou Almanaque Militar de Portugal</i> .
51	<i>Lista dos Officiaes das Milicias</i>	João Chrysostomo do Couto e Mello	1811	1812	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Ver nota editorial supra.
52	<i>O Economista</i>	[?]	1811	1811	Typographia Portuguesa	Lisboa	Irregular	Não existe nos acervos públicos nenhum exemplar que comprove a sua existência, a não ser em indicações bibliográficas.
53	<i>Exame Critico do Motim Litterario de José Agostinho de Macedo</i>	António Maria do Couto	1811	1811	Impressão Régia	Lisboa	Irregular	Apenas saíram 2 números.
54	<i>O Espião Patriota</i>	José António da Silva Freire	1811	1812	[s. n.]	Lisboa	Irregular	Não existe nos acervos públicos nenhum exemplar que comprove a sua existência, a não ser em indicações bibliográficas; existem indicações bibliográficas dando conta que editou apenas 3 números.

Anexo B – Corpo de Figuras



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 1 – Alegoria ao Marquês de Pombal
Gravura de madeira a buril e água-forte, p&b,
António Fernandes Roiz, Paris, 1769



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 2 – Tenente-General John Forbes
Gravura de madeira a ponteado, p&b,
J. Gold, Londres, 1811



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 3 – D. João VI, príncipe regente de Portugal
Gravura de madeira a buril e água-forte,
João Cardini, [s.l.], 1807



Fonte: <http://lincolnmelo14.wordpress.com/2009/06>

Figura 4 – Napoleão montando no seu cavalo branco



Fonte: <http://hijosdel2demayo.iespana.es/pagina3.htm>

Figura 5 – Manuel Godoy, o «Príncipe da Paz»



Fonte: *Nova História Militar. A Revolução Francesa e as Invasões Napoleónicas*, Lisboa, 2004 (adaptado)

Figura 6 – Representação da divisão de Portugal, resultante do Tratado de Fontainebleau



Fonte: <http://napoleonbonaparte.wordpress.com/2007/09/18/les-generaux-de-napoleon-general-junot-1771-1813-duc-dabranthes/general-jean-andoche-junot-1771-1813-duc-dabranthes/>

Figura 7 – General Jean-Andoche Junot (1771-1813), duque de Abrantes

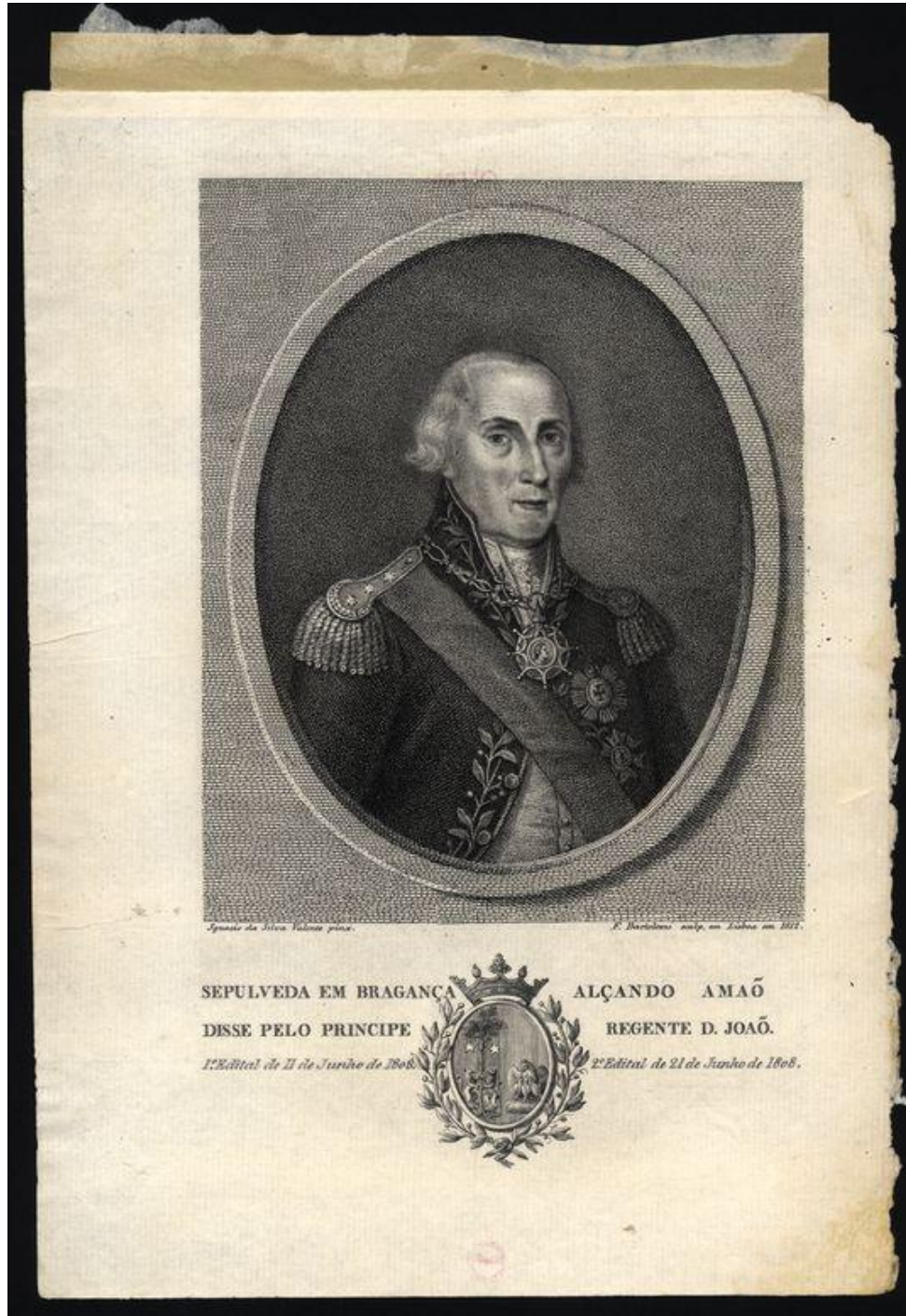


Figura 8 – Manobra franco-espanhola da Primeira Invasão Francesa



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 9 – Fuga da Família Real para o Brasil
Gravura de madeira a buril e água-forte, p&b,
Henry L'evêque, [s.l.], 1815



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 10 – General Sepúlveda

Gravura de madeira a água-forte, buril e ponteados, p&b,
Francesco Bartolozzi, Lisboa, 1812



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 11 – Marechal Francisco da Silveira, conde de Amarante
Gravura de madeira a ponteado, p&b,
João Baptista Ribeiro, [s.l.], 1811

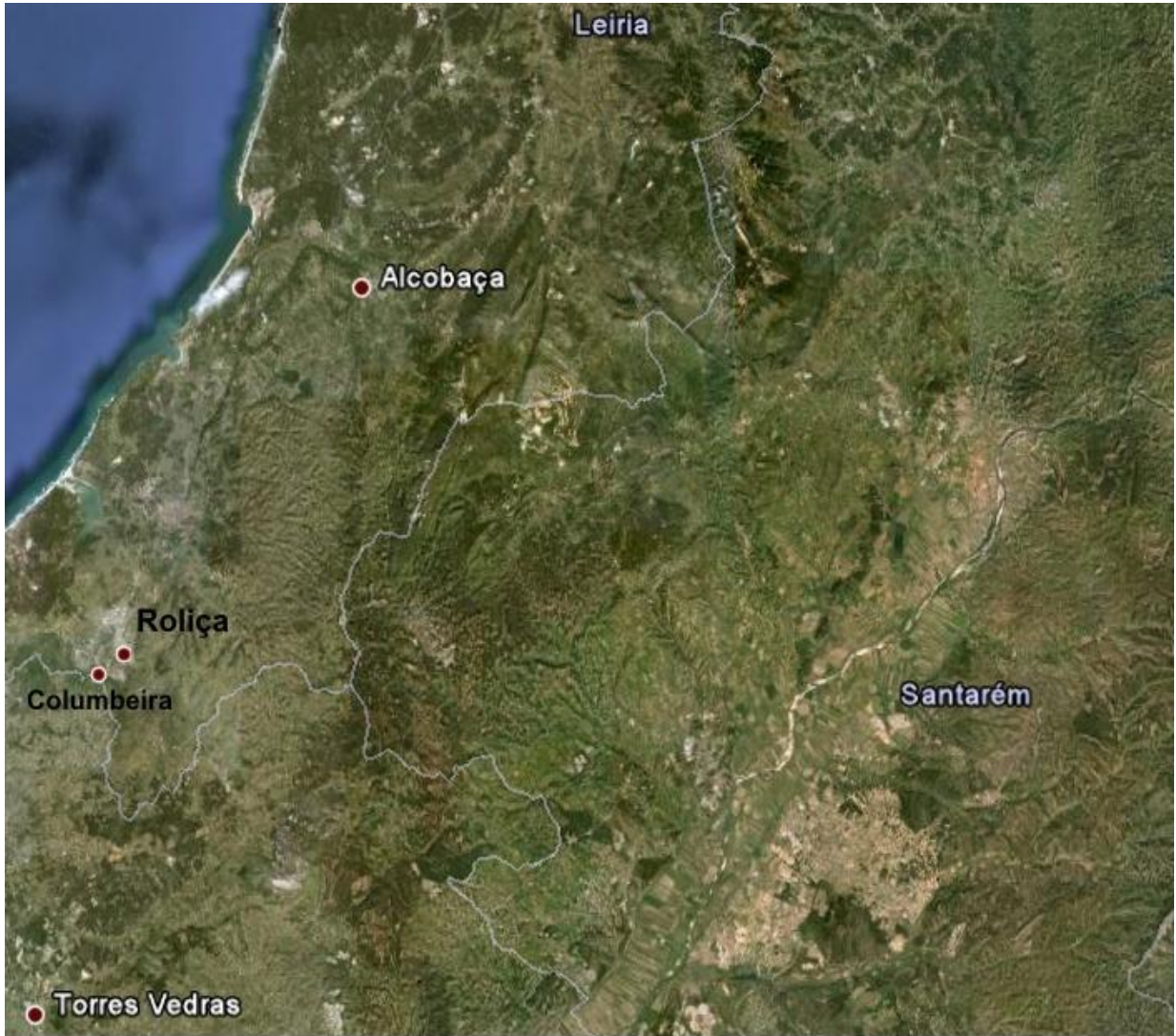
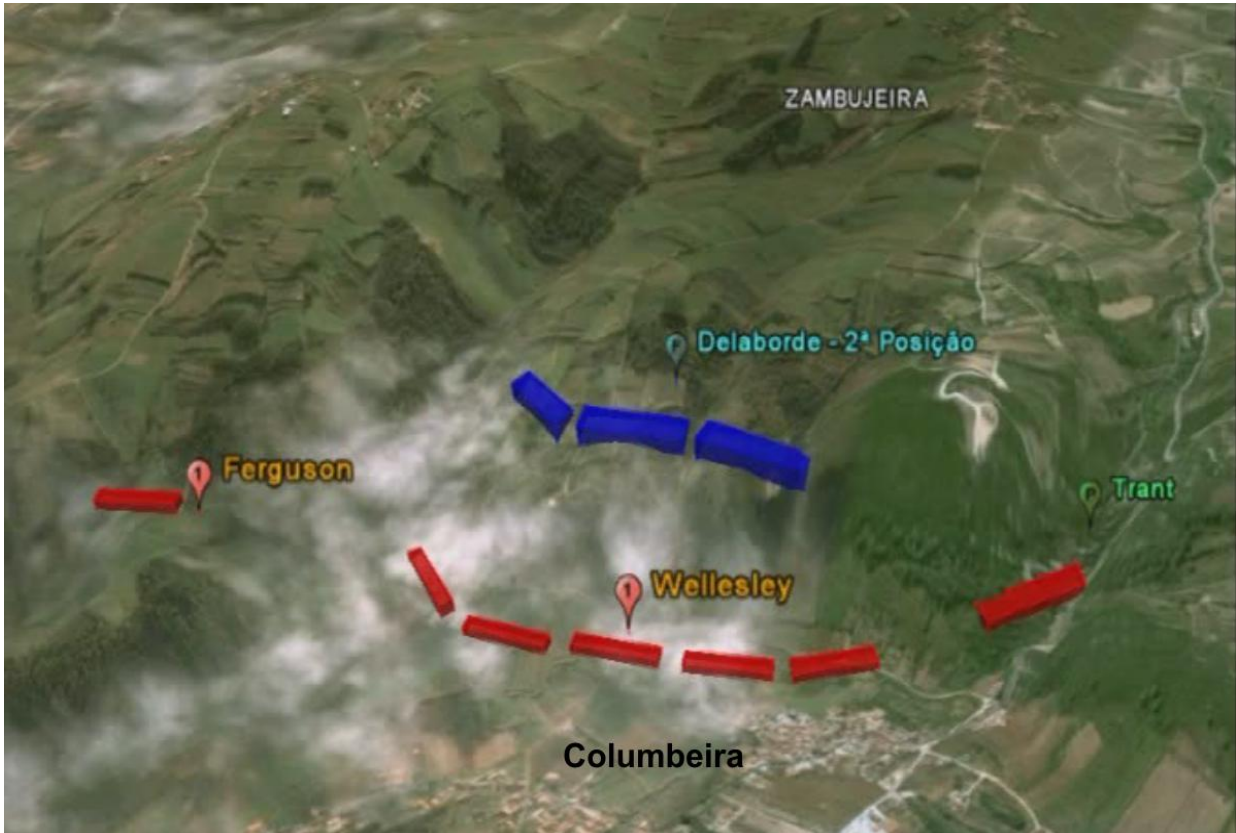


Figura 12 – Localização geral de Roliça



Fonte: Instituto Geográfico do Exército, *As batalhas da Rolica e Vimeiro*, Lisboa, 2009, 1º DVD

Figura 13 – Ataque à primeira posição defensiva francesa



Fonte: Instituto Geográfico do Exército, *As batalhas da Roliça e Vimeiro*, Lisboa, 2009, 1º DVD

Figura 14 – Ataque à segunda posição defensiva francesa

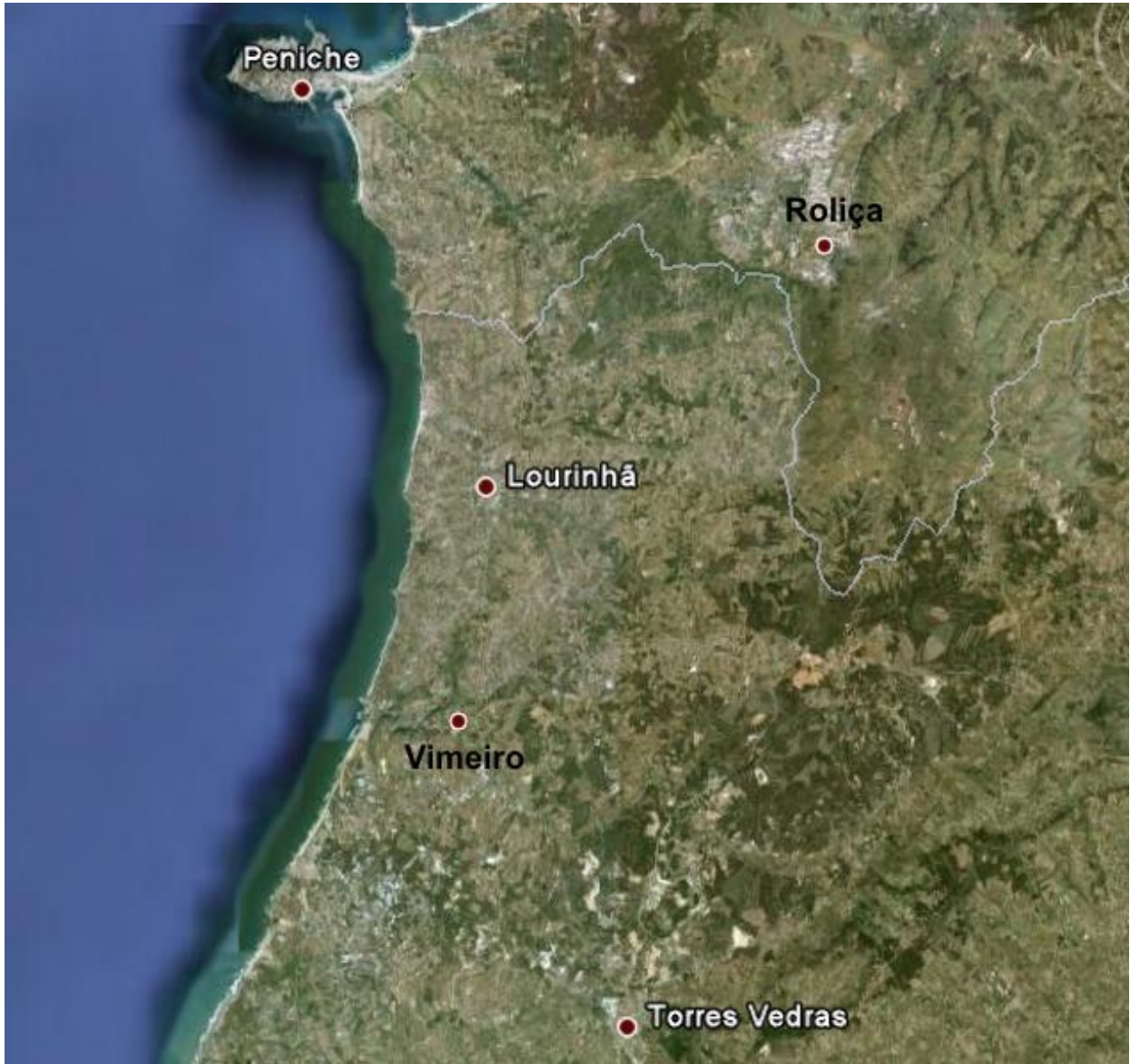
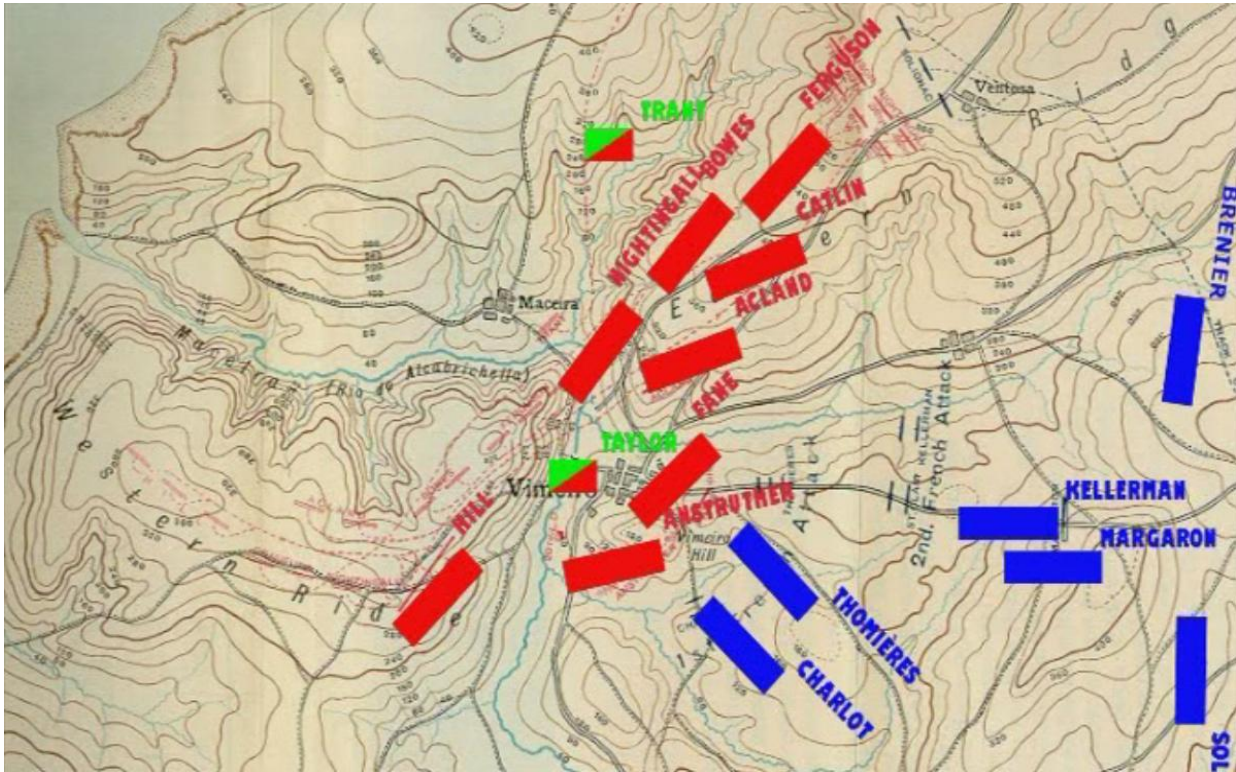


Figura 15 – Localização geral de Vimeiro

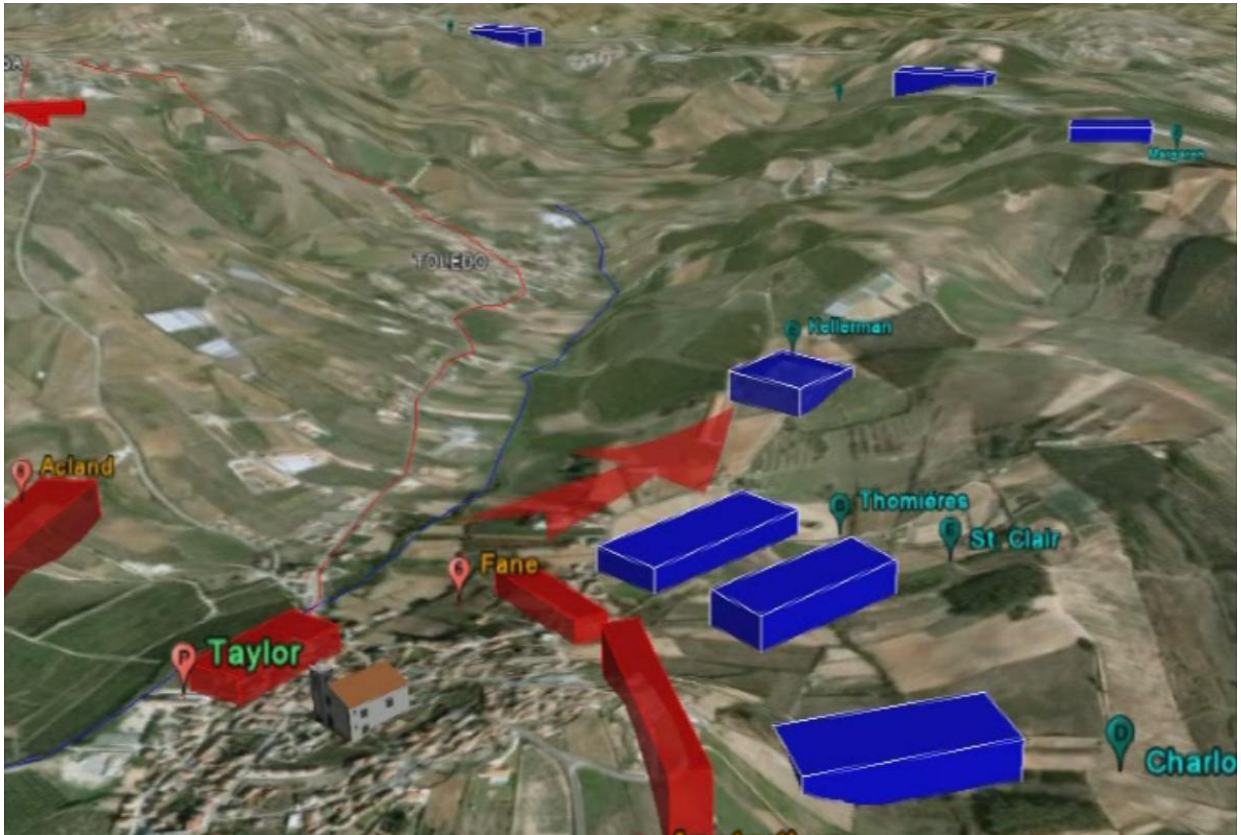


Fonte: Instituto Geográfico do Exército, *As batalhas da Roliça e Vimeiro*, Lisboa, 2009, 1º DVD
Figura 16 – Dispositivo defensivo inglês e dispositivo de ataque francês na batalha do Vimeiro



Fonte: Instituto Geográfico do Exército, *As batalhas da Roliça e Vimeiro*, Lisboa, 2009, 1º DVD

Figura 17 – Ataque dos franceses à posição inglesa no Vimeiro



Fonte: Instituto Geográfico do Exército, *As batalhas da Roliça e Vimeiro*, Lisboa, 2009, 1º DVD

Figura 18 – Contra-ataque inglês e consequente retirada francesa na batalha do Vimeiro



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 19 – Caricatura da Convenção de Sintra, assinada a 30 de Agosto de 1808

Gravura de água-forte e aquarela,
George Woodward, Londres, 180



FREDERICK DUKE OF SCHÖNBERG.
Marquis of Harwich, Earl of Bentfild, Baron of Topp, Genl. of all his Ma^{ty}s Forces, Master Genl. of his Ma^{ty}s Ordnance,
One of his Ma^{ty}s most hon^{ble} Privy Council, Knight of y^e most noble Order of the Garter Count of y^e Holy Empire, &
Marquis, Grande of Portugal, Genl. of y^e Elector of Brandenburgs Forces, Stadtholder of Prussia &c.
G. Kneller Pinx. Carolus Allard Sculp. cum Privilegio Ordin. Art. in Star. Regni.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 20 – Conde Armando Frederico de Schönberg
Gravura a madeira negra, p&b,
Carolus Allard, [s.l.], [s.d.]



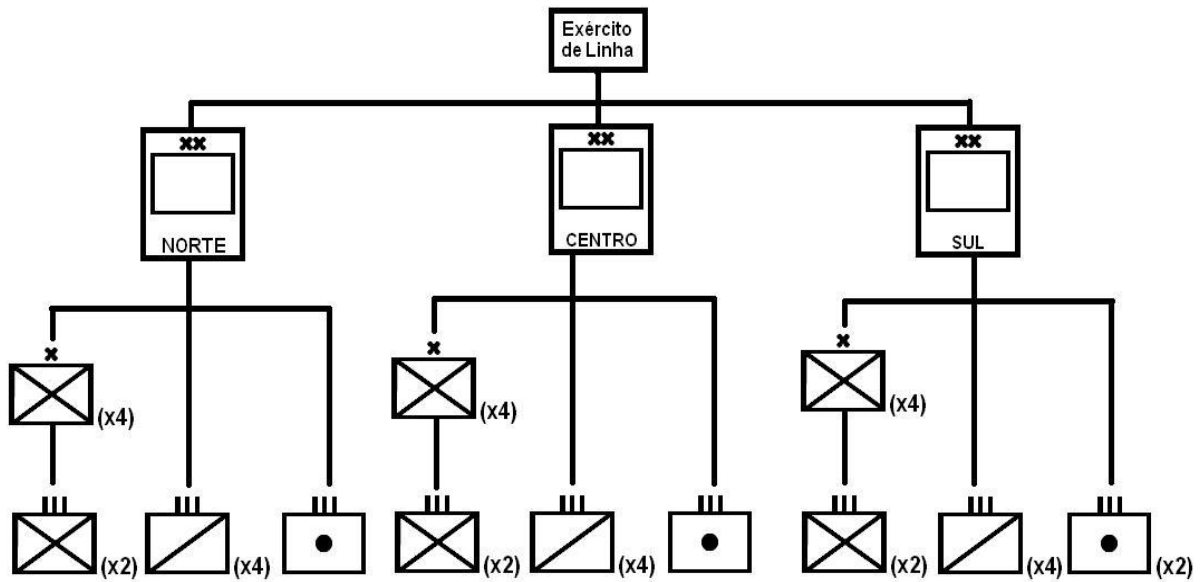
Fonte: http://a-partir-pedra.blogspot.com/2007_09_01_archive.html

Figura 21 – Conde Guilherme de Schaumburg-Lippe, responsável por uma profunda reorganização do exército entre 1762 e 1768



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

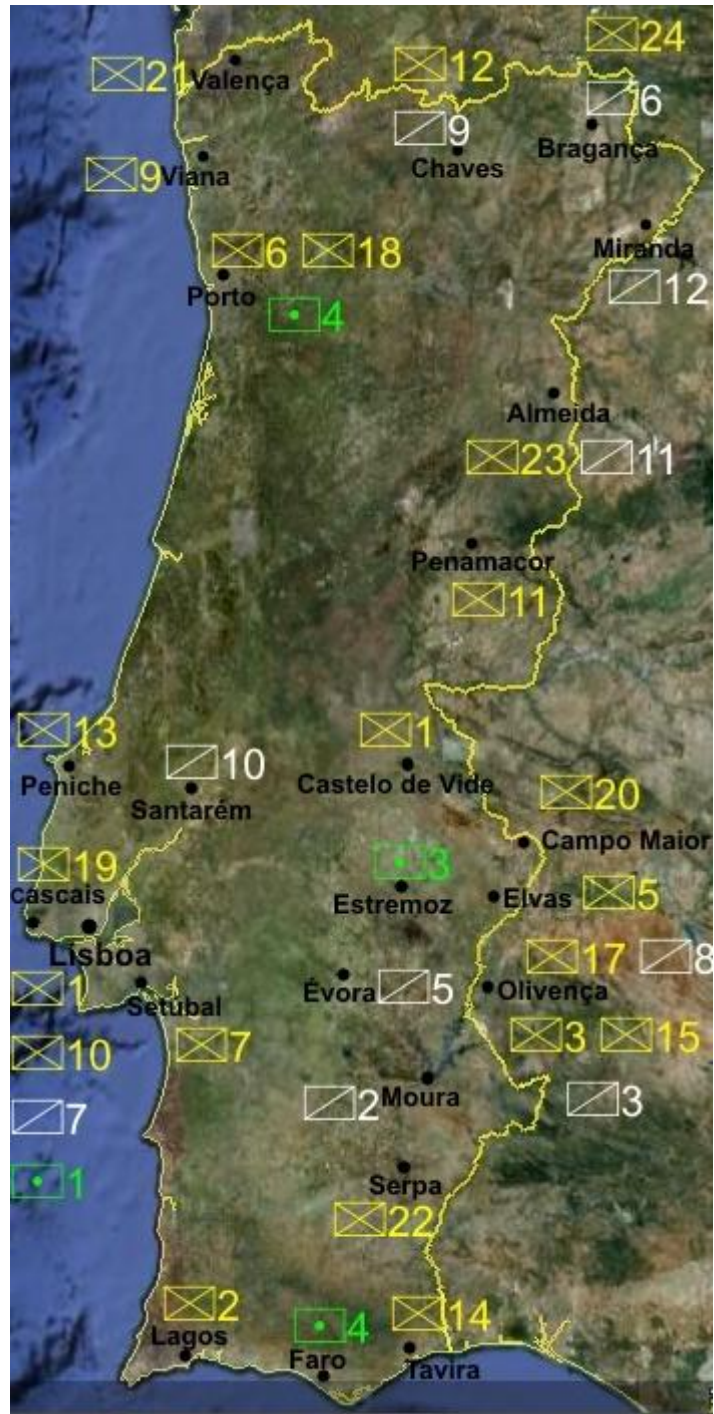
Figura 22 – D. Miguel Pereira de Forjaz, conde da Feira
Gravura de madeira a água-forte e pontado, p&b,
Francisco Tomás de Almeida, [s.l.], 1813



- | | | |
|---------------|--|------------|
| xx Divisão | | |
| x Brigada | | |
| III Regimento | | |
| | | Infantaria |
| | | Cavalaria |
| | | Artilharia |

Fonte: *Nova História Militar. A Revolução Francesa e as Invasões Napoleónicas*, Lisboa, 2004 (Adaptado)

Figura 24 – Organização do exército de linha, segundo a reforma de 1806



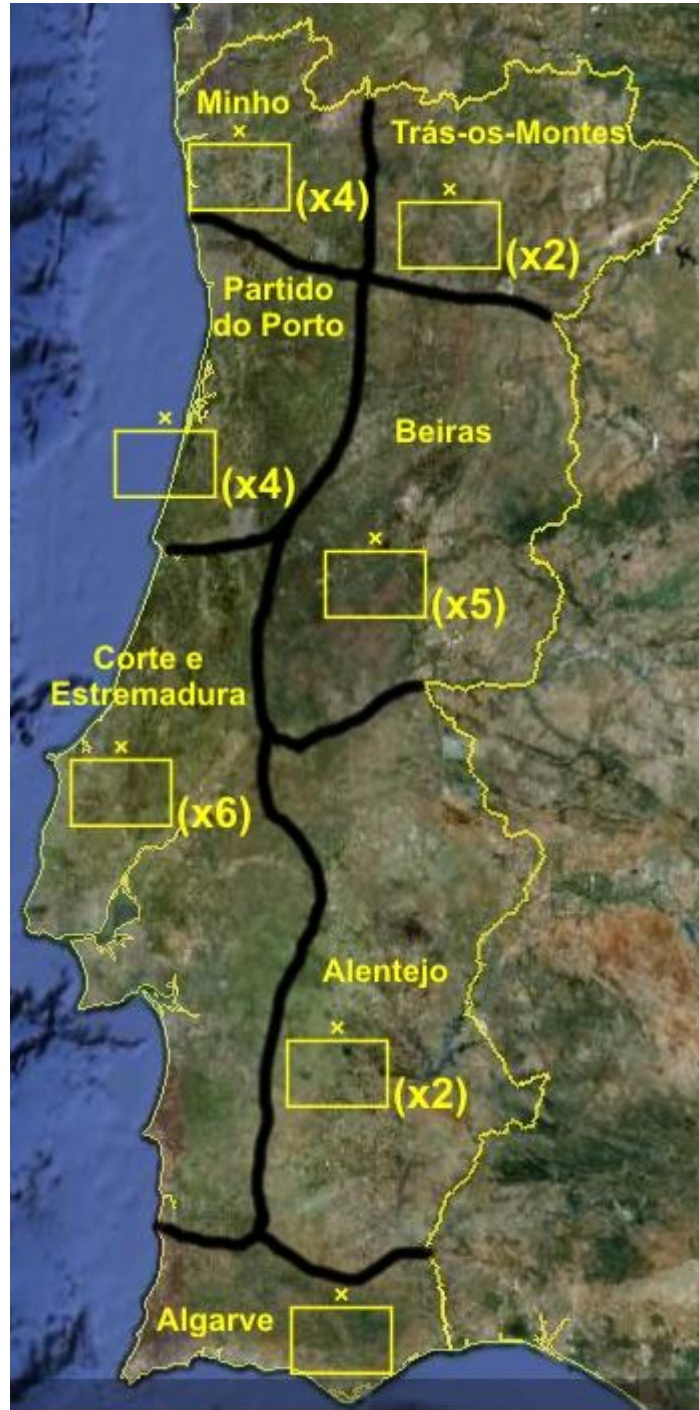
Fonte: *Nova História Militar. A Revolução Francesa e as Invasões Napoleónicas*, Lisboa, 2004 (Adaptado)

Figura 25 – Distribuição territorial dos regimentos de linha, segundo a reforma de 1806



Fonte: *Nova História Militar. A Revolução Francesa e as Invasões Napoleónicas*, Lisboa, 2004 (Adaptado)

Figura 26 – Distribuição territorial dos regimentos de milícias, segundo o alvará de 21 de Outubro de 1807



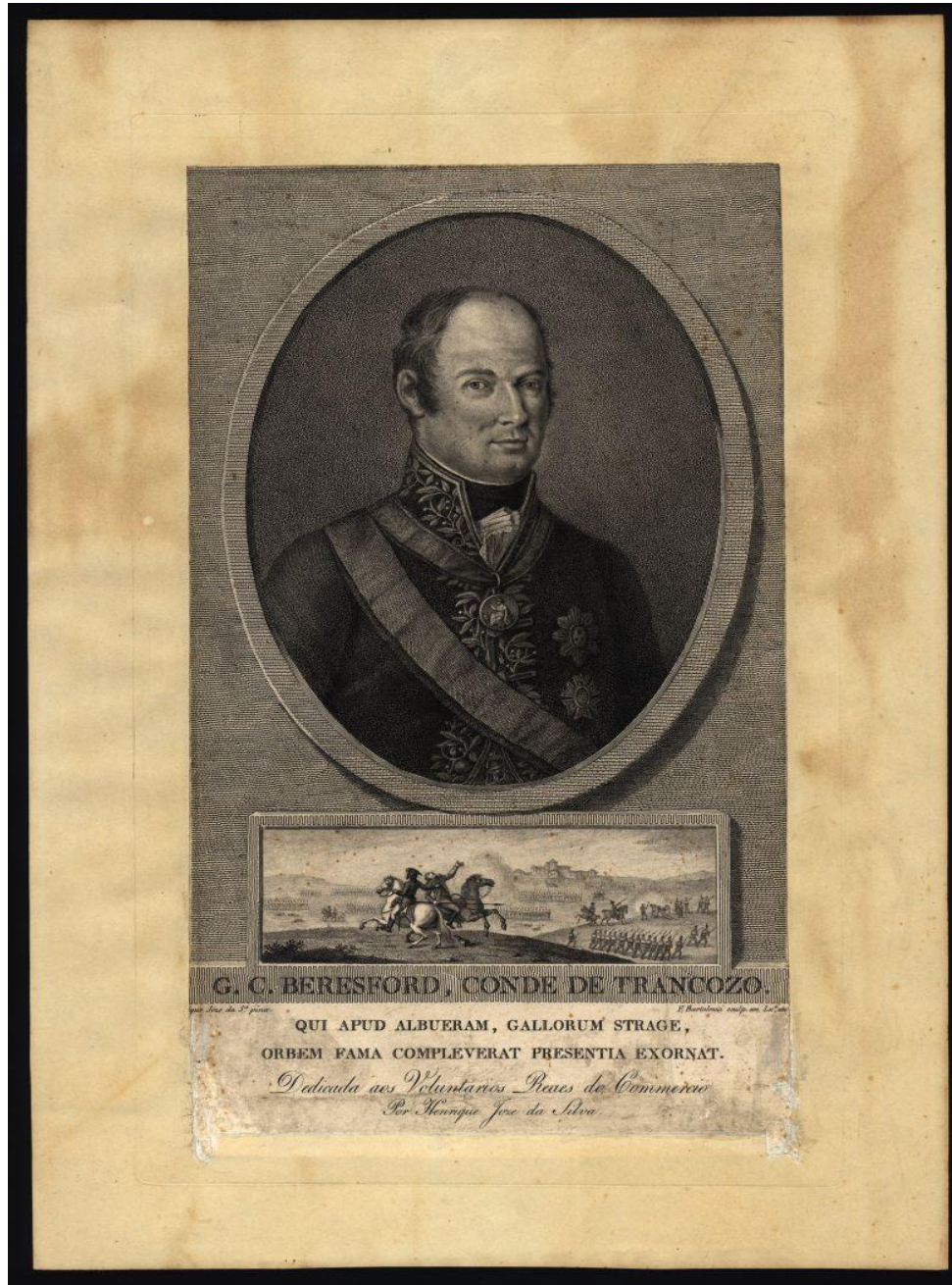
Fonte: *Nova História Militar. A Revolução Francesa e as Invasões Napoleónicas*, Lisboa, 2004 (Adaptado)

Figura 27 – Distribuição das brigadas de ordenanças pelas províncias militares, de acordo com o alvará de 21 de Outubro de 1807



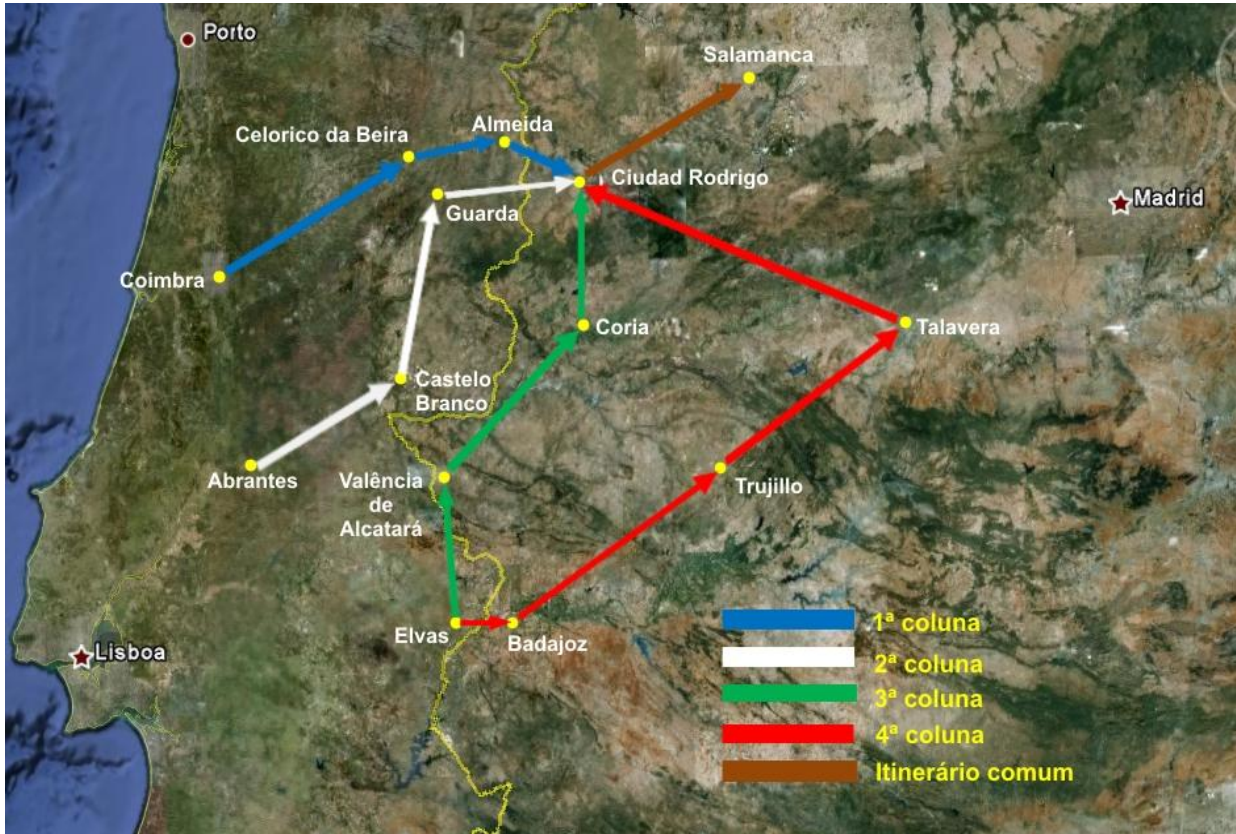
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 28 – General Bernardim Freire de Andrade, comandante do Governo de Armas da Província de Alto Douro e Minho
Gravura de madeira a ponteadado, p&b,
Gregório Francisco de Queirós, [s.l.], 1820



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 29 – Tenente-General William Carr Beresford, conde de Trancoso, sendo nomeado por decreto de 7 de Março de 1809 marechal do exército português
Gravura de madeira a água-forte e ponteadado, p&b,
Francesco Bartolozzi, Lisboa, 1812



Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 30 – Itinerários de deslocamento das colunas inglesas até à sua reunião em Salamanca



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 31 – General espanhol La Romana. Foi responsável por causar estorvos aos franceses
Gravura de madeira a água-forte e ponteadado, p&b,
Anthony Cardon, Londres, 1812



Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 32 – Movimentação de John Moore para atacar Valladolid



Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 33 – Retirada de John Moore para a Corunha



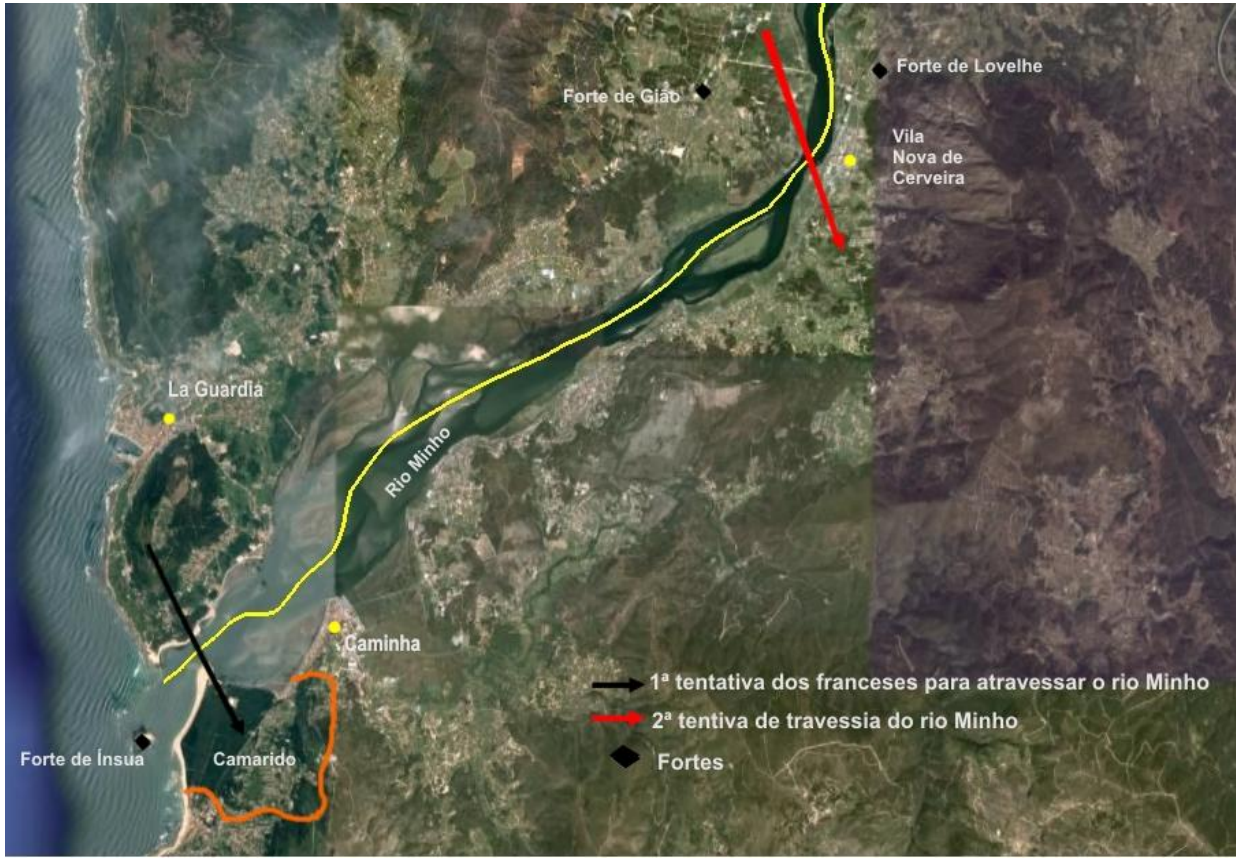
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 34 – O plano de Napoleão para a conquista de Portugal



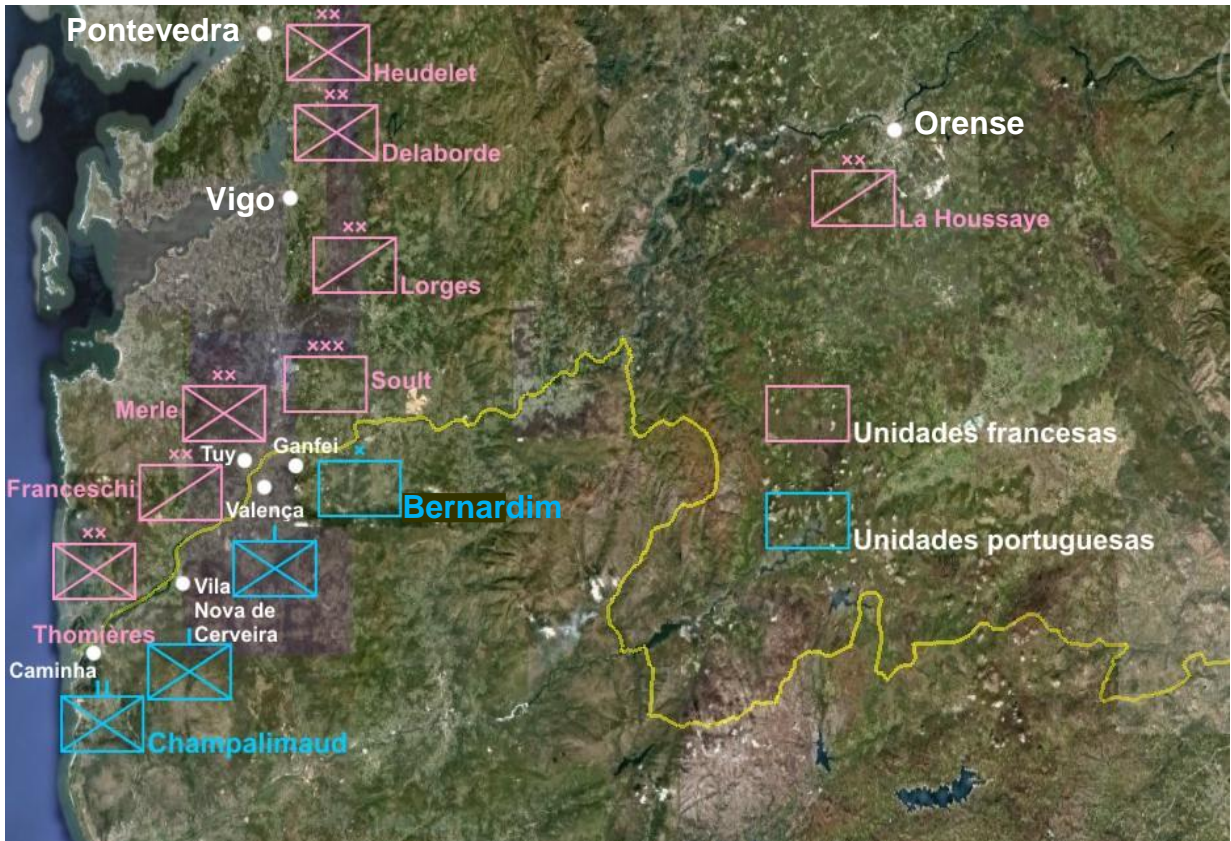
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 35 – Dispositivo de Soult na Galiza [3/8 de Fevereiro de 1809]



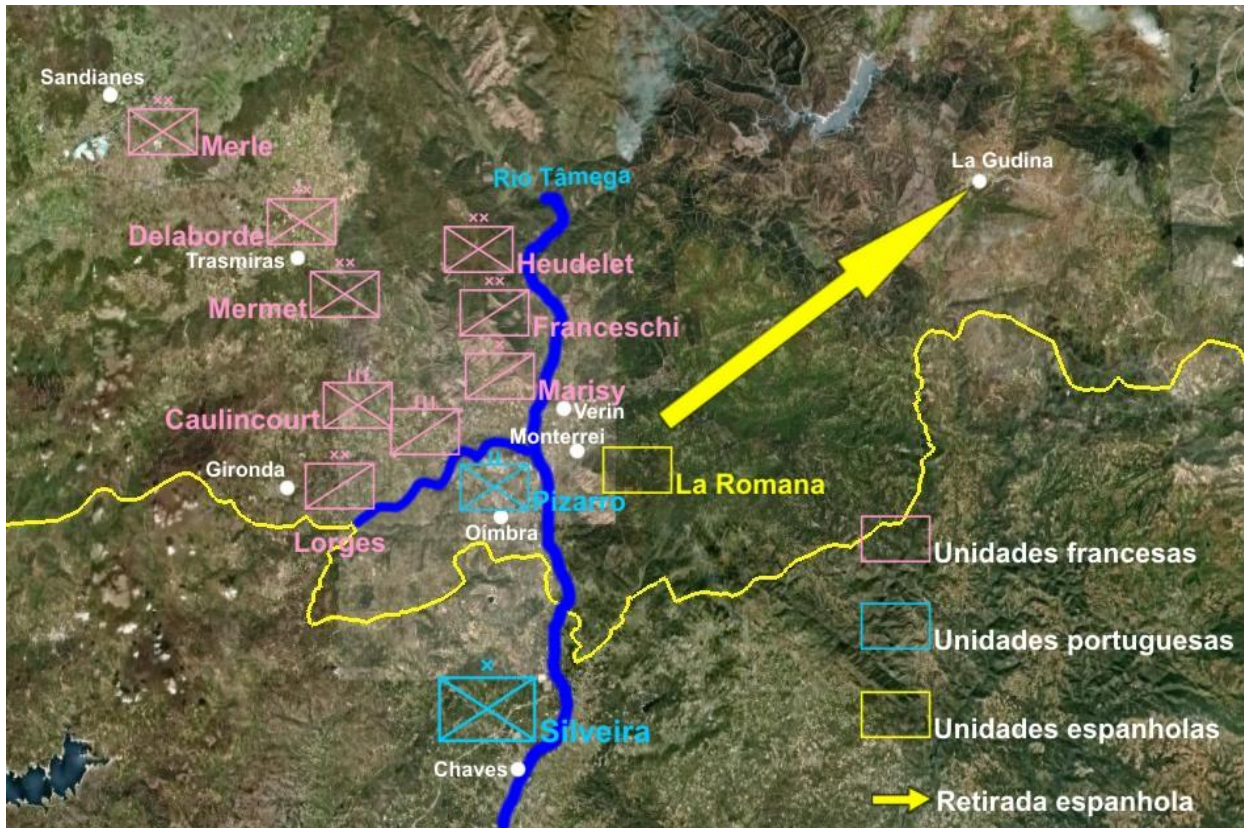
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984
(Adaptado)

Figura 36 – Tentativa de travessia do rio Minho



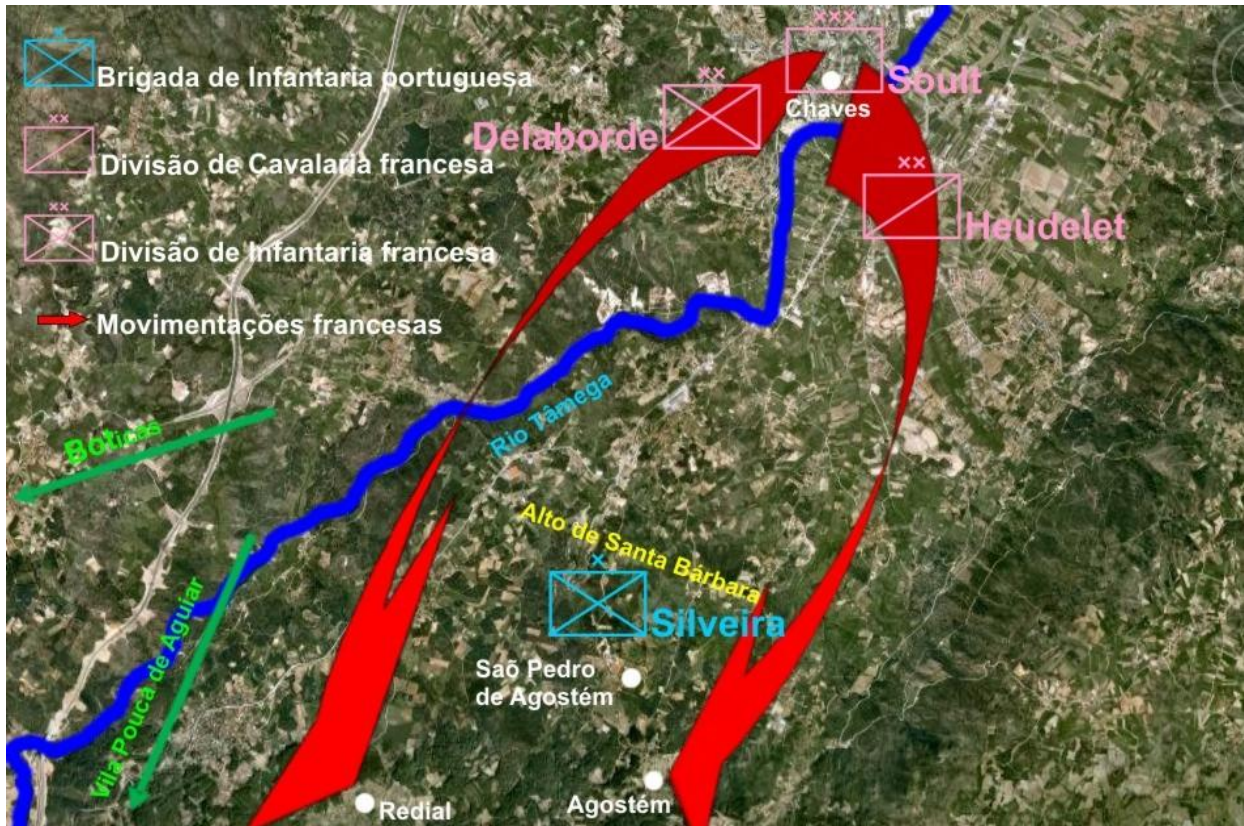
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984
(Adaptado)

Figura 37 – Dispositivo de Soult na Galiza e de Bernardim Freire de Andrade no Alto Minho
[10/16 de Fevereiro de 1809]



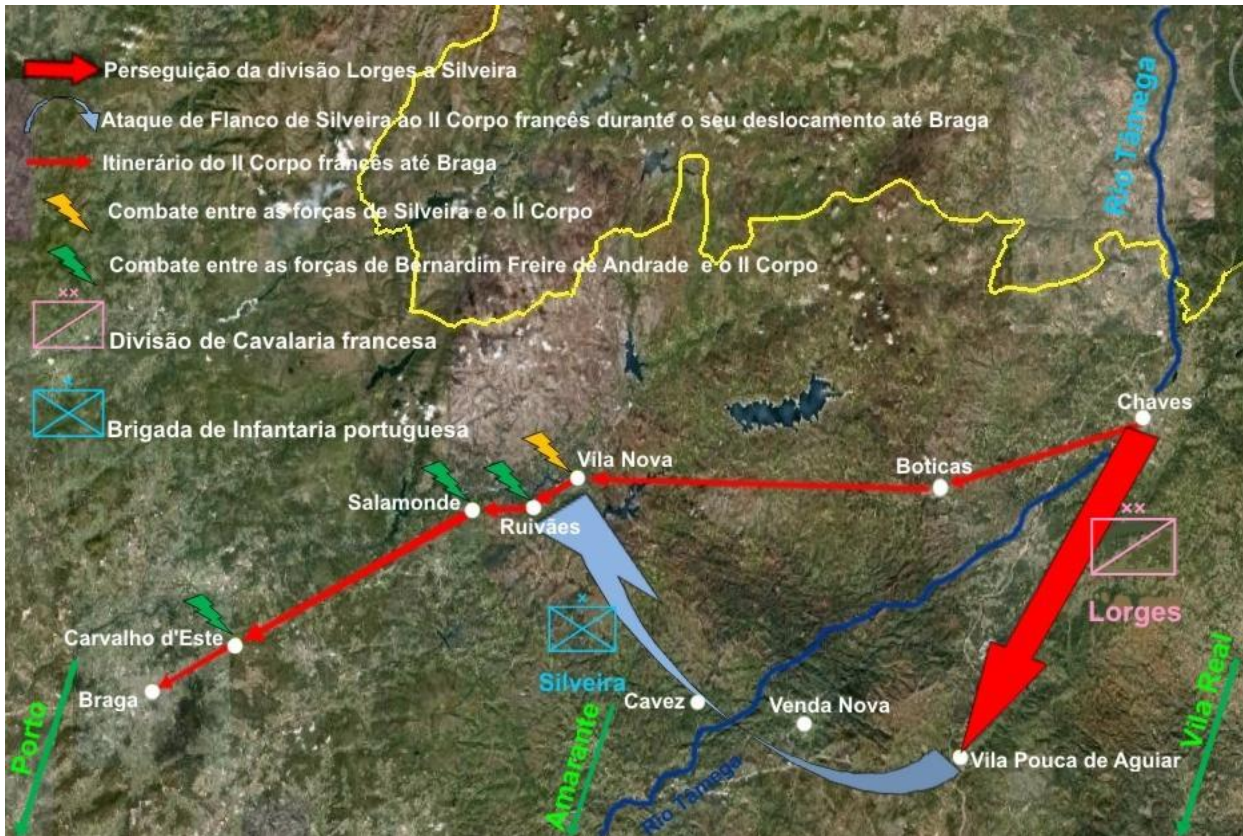
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 38 – Disposição das forças francesas e das forças portuguesas de Silveira na fronteira de Chaves [6/7 de Março de 1809]



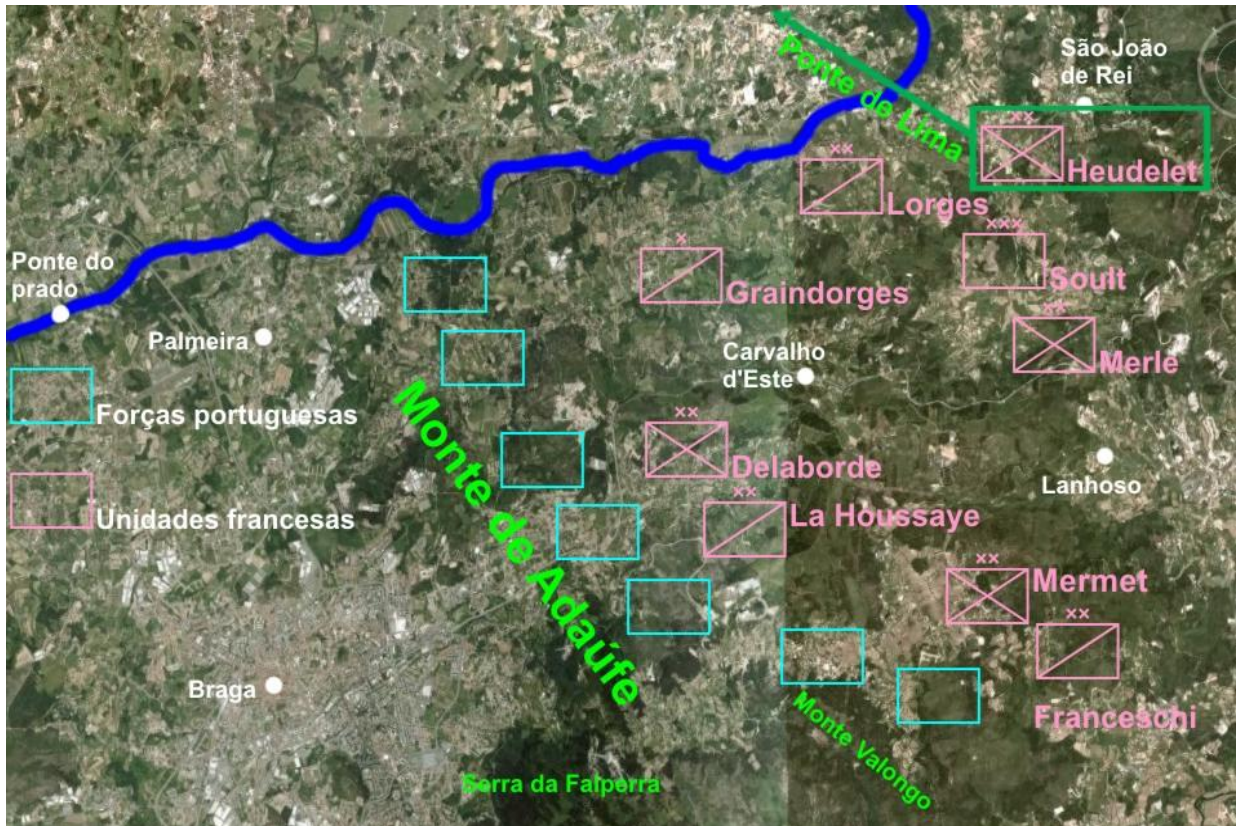
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 39 – Tentativa Soult de duplo envolvimento das posições de Silveira



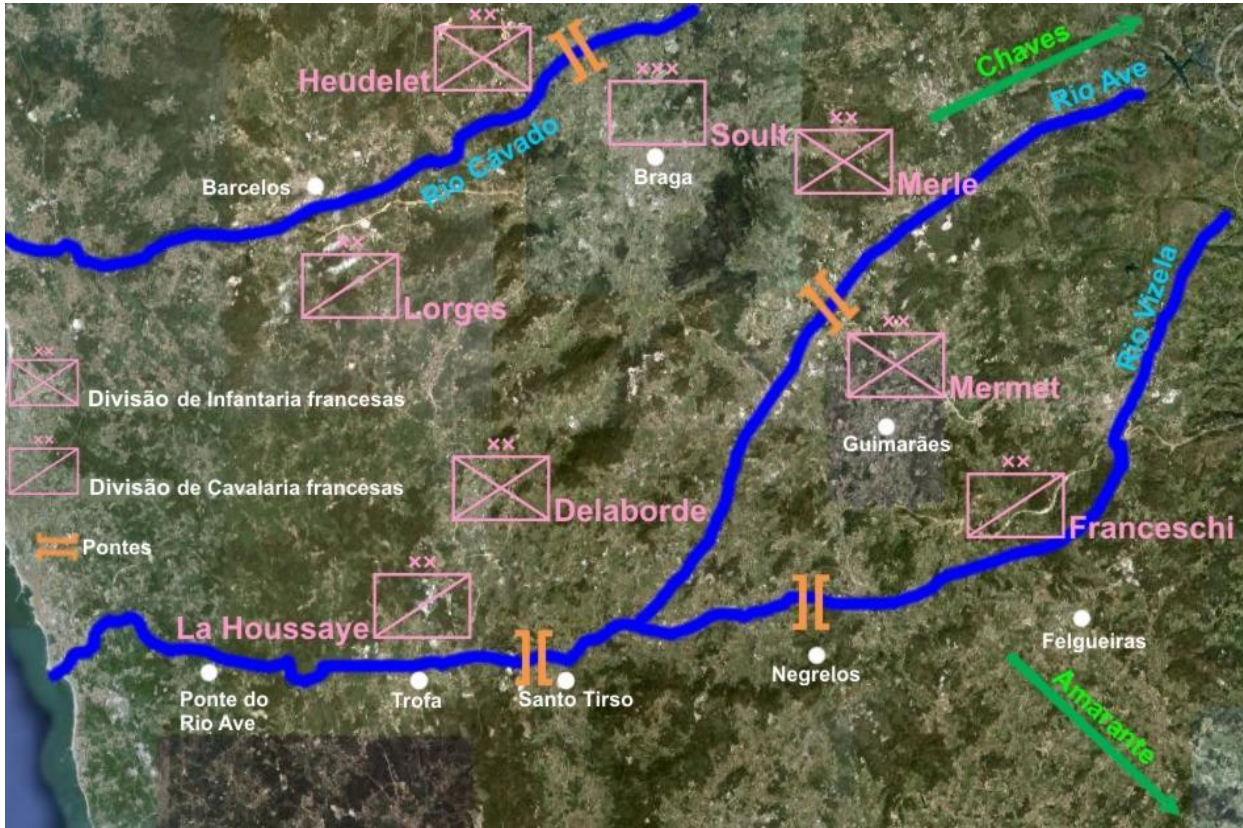
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 40 – Marcha entre Chaves e Braga [13/20 a Março de 1809]



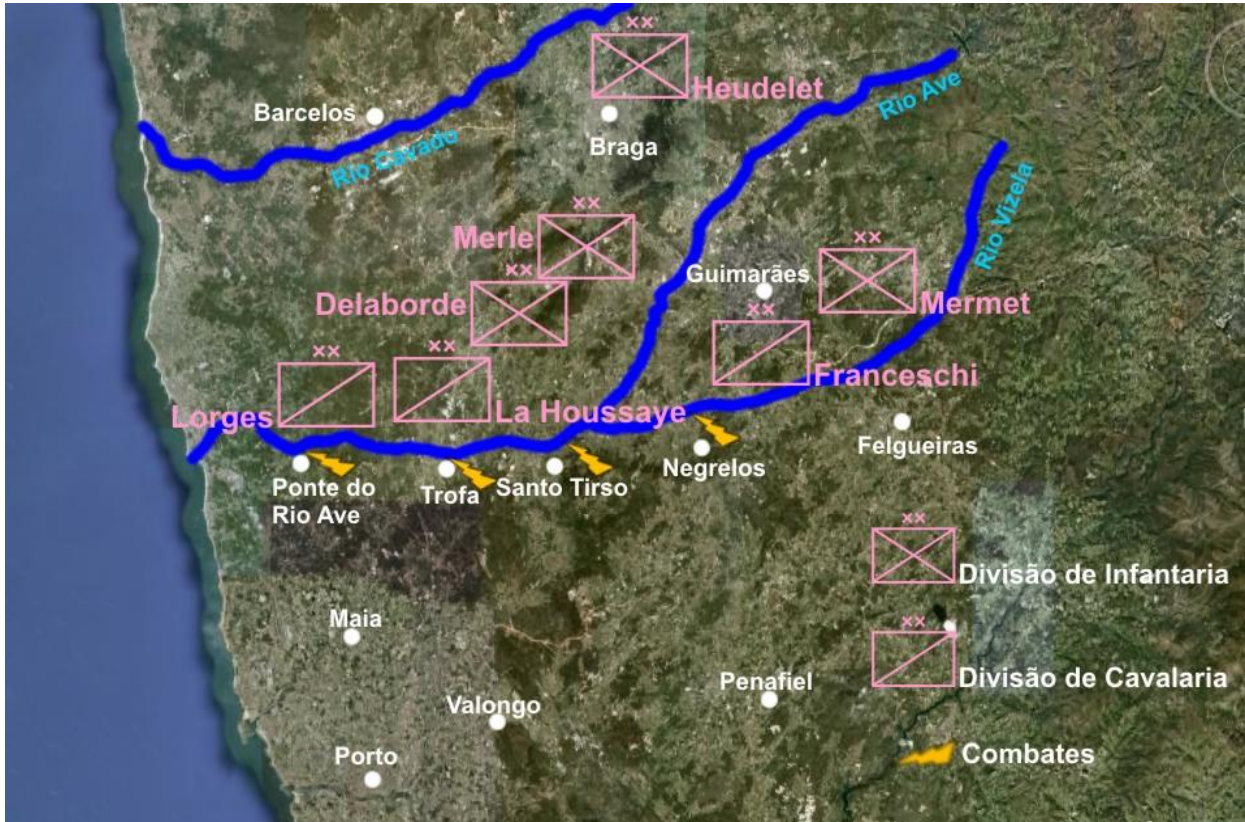
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984
(Adaptado)

Figura 41 – Esquema do dispositivo francês e português em Carvalho d'Este



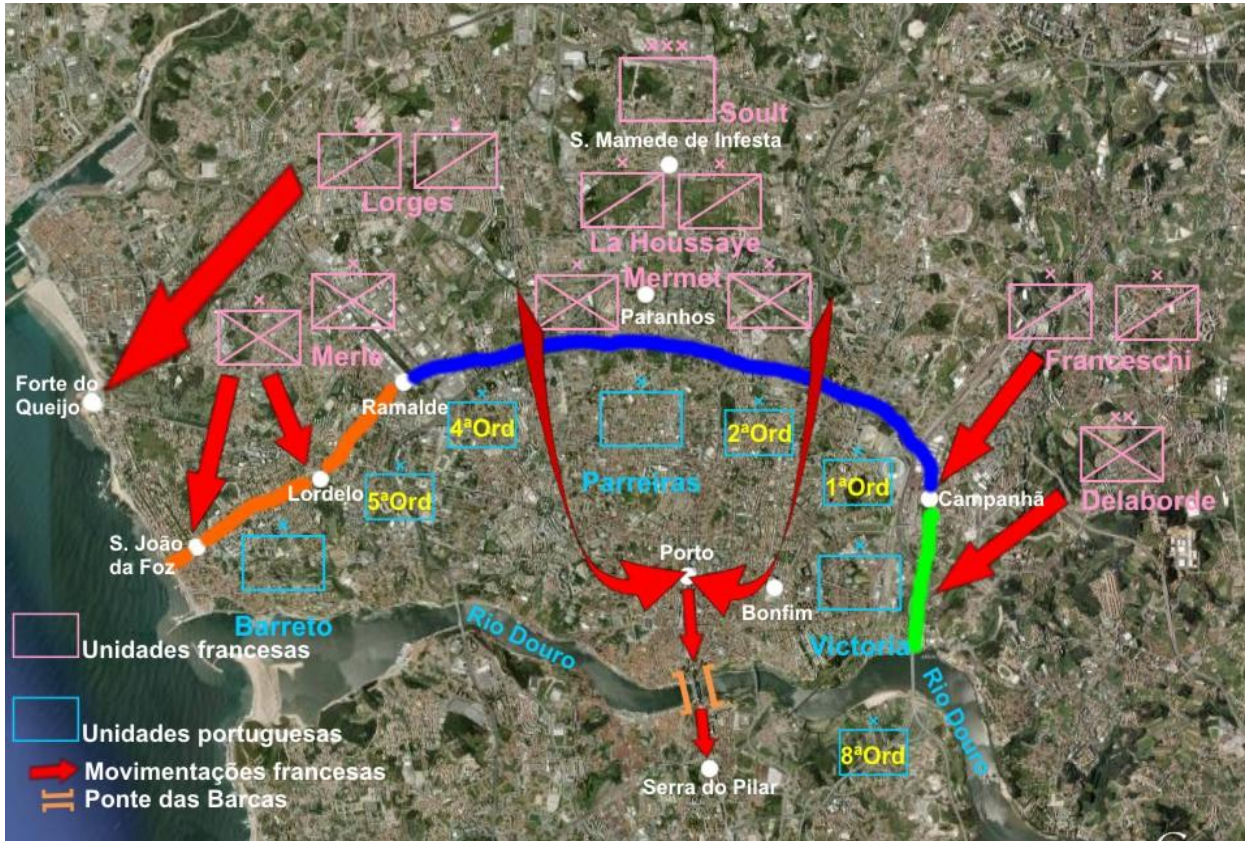
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 42 – Dispositivo de expectativa de Soult em Braga [20/25 de Março de 1809]



Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984
(Adaptado)

Figura 43 – Dispositivo francês para a passagem do rio Ave [26 de Março de 1809]



Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

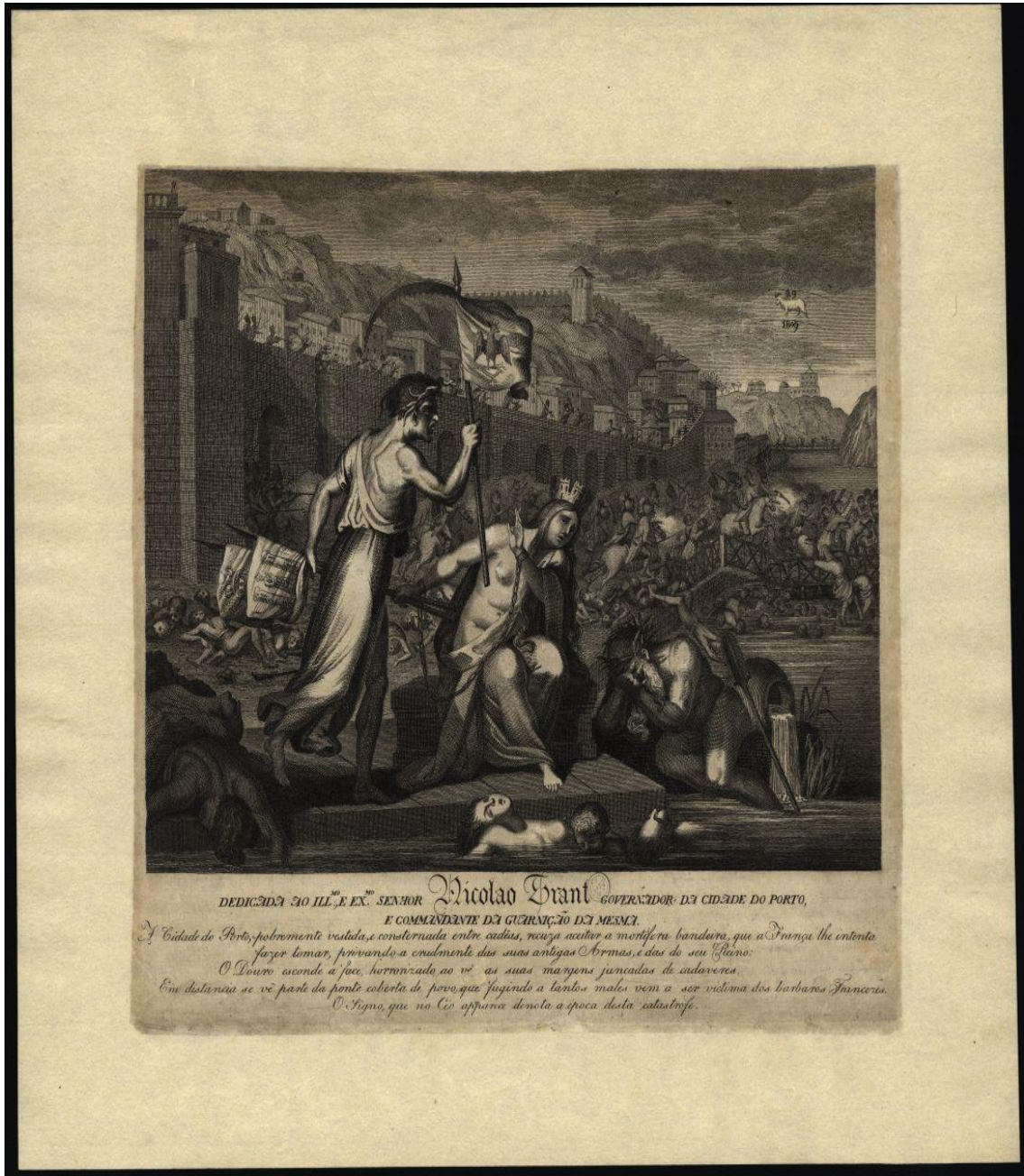
Figura 44 – Organização defensiva da cidade do Porto em três sectores principais e disposição das forças francesas



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

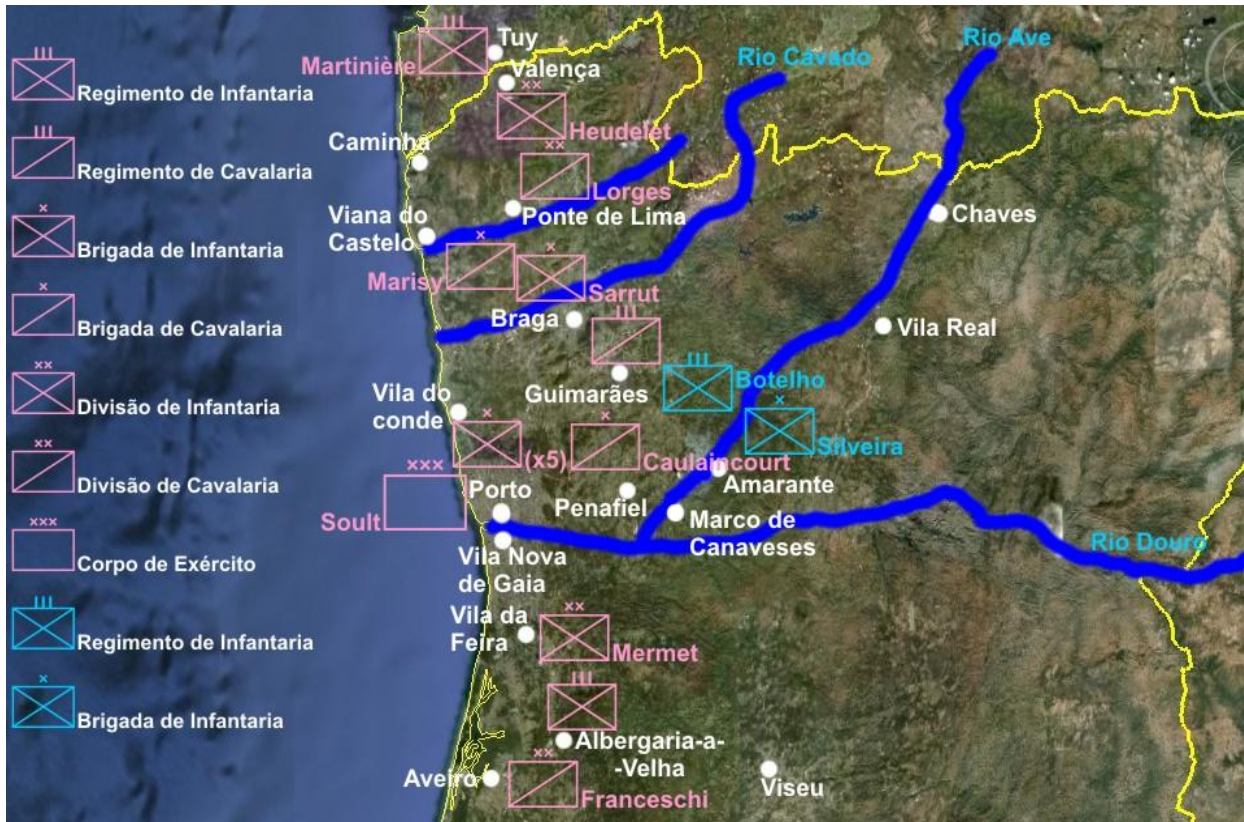
Figura 45 – General Arthur Wellesley. Mais tarde foi condecorado com o título de duque de Wellington

Gravura de madeira a água-forte e buril, p&b,
Manuel Marques de Aguiar, [s.l.], 1814



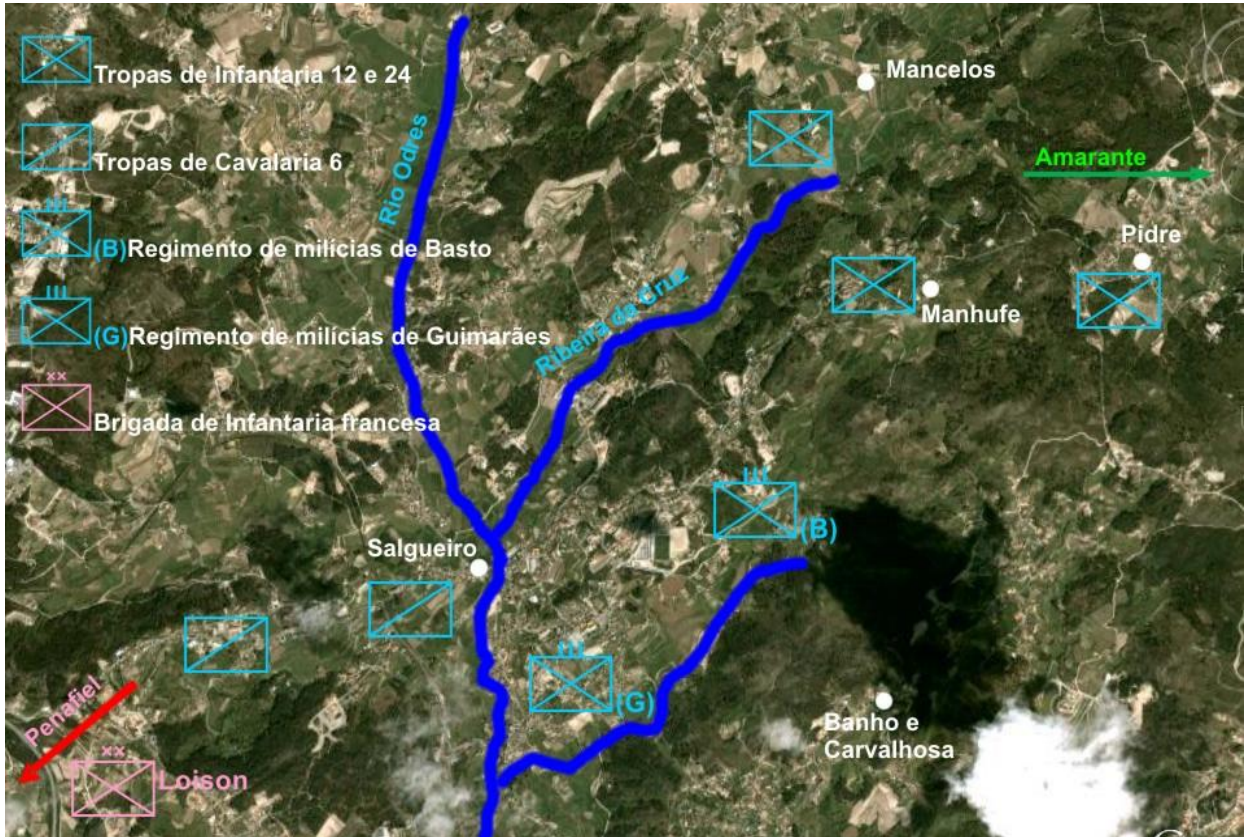
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Figura 46 – Acidente da Ponte das Barcas
Gravura de madeira a água-forte e buril, p&b,
[s.n.], [s.l.], 1810.



Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984
(Adaptado)

Figura 47 – Dispositivo do exército francês [8/10 de Abril de 1809]



Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 48 – Dispositivo das tropas do general Silveira nas posições de Manhufe/Pidre [10 de Abril de 1809]



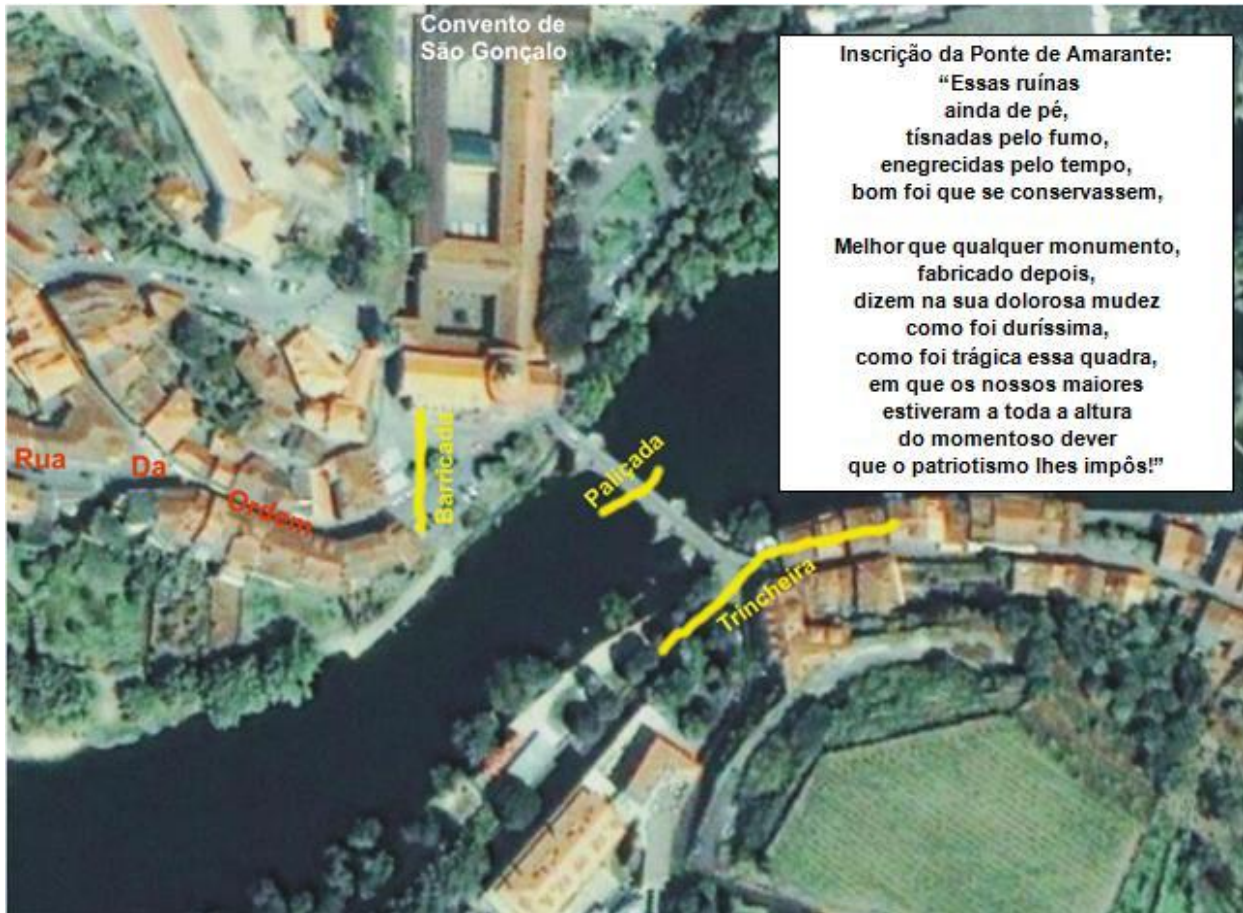
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 49 – Dispositivo do general Silveira para a defesa do rio Tâmega [18 de Abril de 1809]



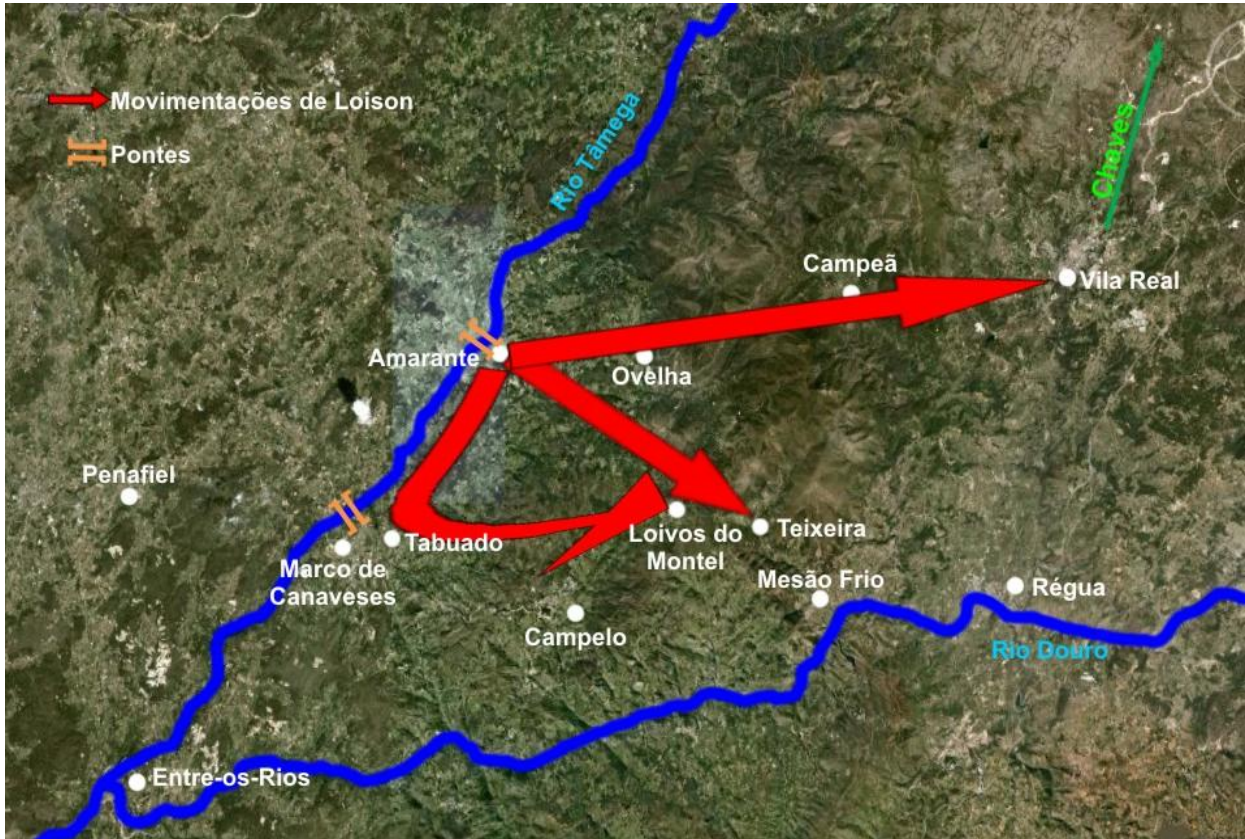
Fonte: <http://www.vinhoverde.pt/pt/recursos/imprensa/regiaoRotaVV.asp>

Figura 50 – Fotografia da ponte de Amarante e do Convento de São Gonçalo



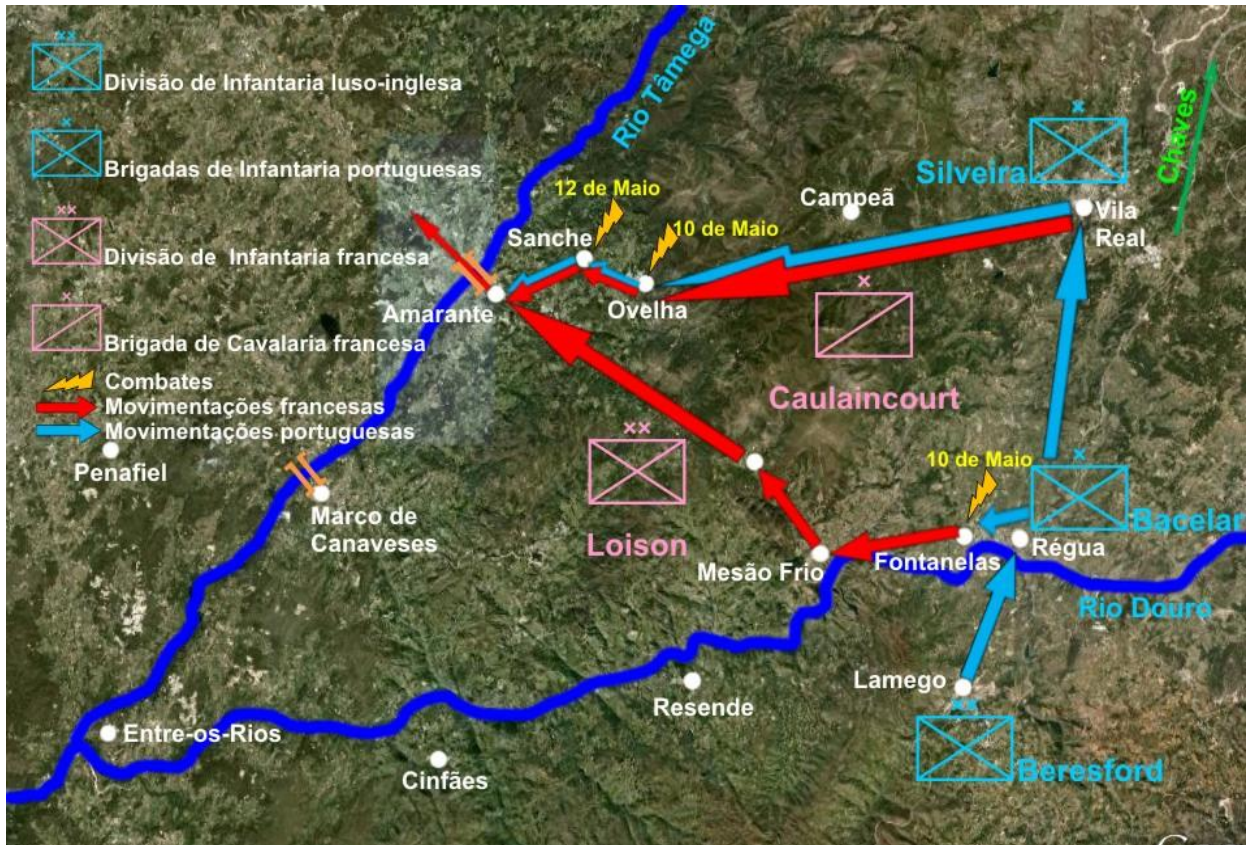
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984
(Adaptado)

Figura 52 – Construções defensivas executadas na ponte de Amarante



Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 53 – Avanço de Loison para leste de Amarante [8 de Maio de 1809]



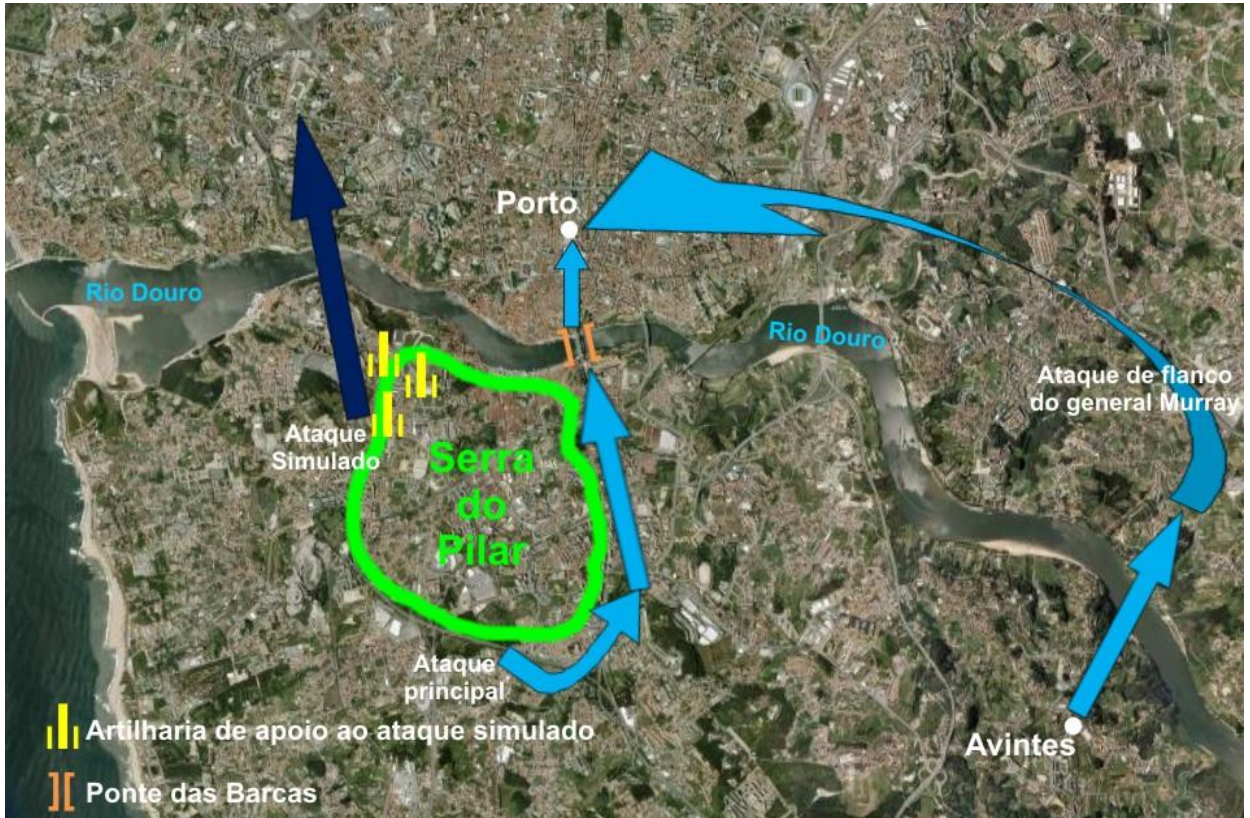
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 54 – Manobra de Silveira a leste de Amarante [8/12 de Maio de 1809]



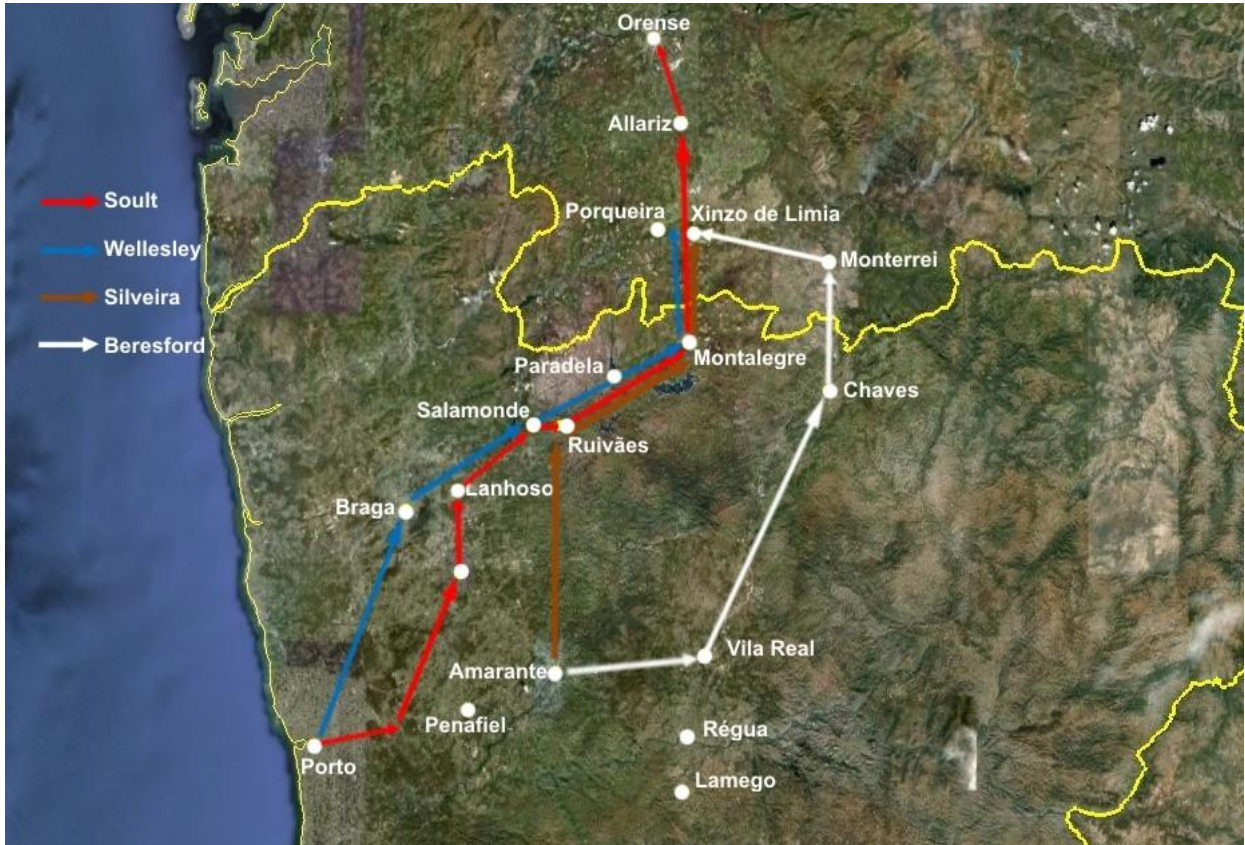
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984
(Adaptado)

Figura 55 – Retomada de Amarante por Silveira [12 de Maio de 1809]



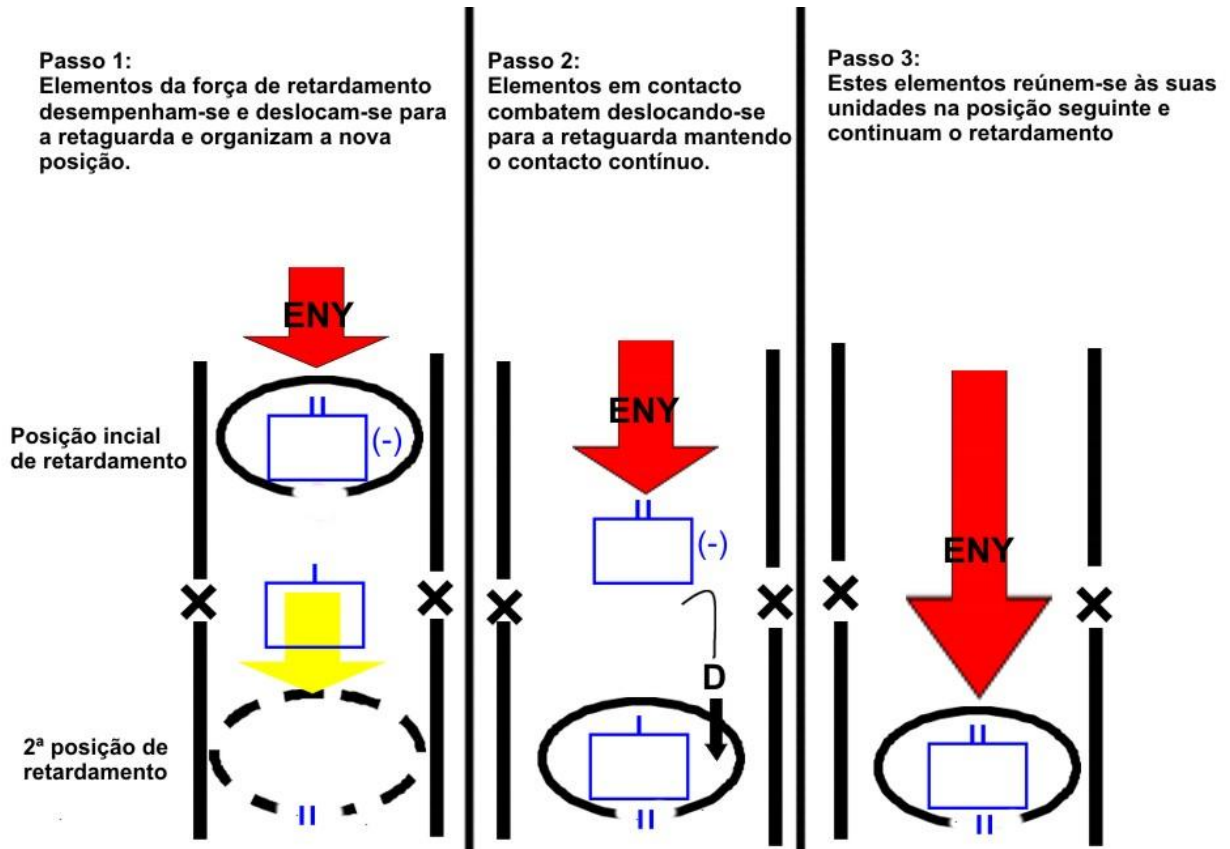
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984
(Adaptado)

Figura 56 – Passagem do rio Douro e a recuperação do Porto [12 de Maio de 1809]



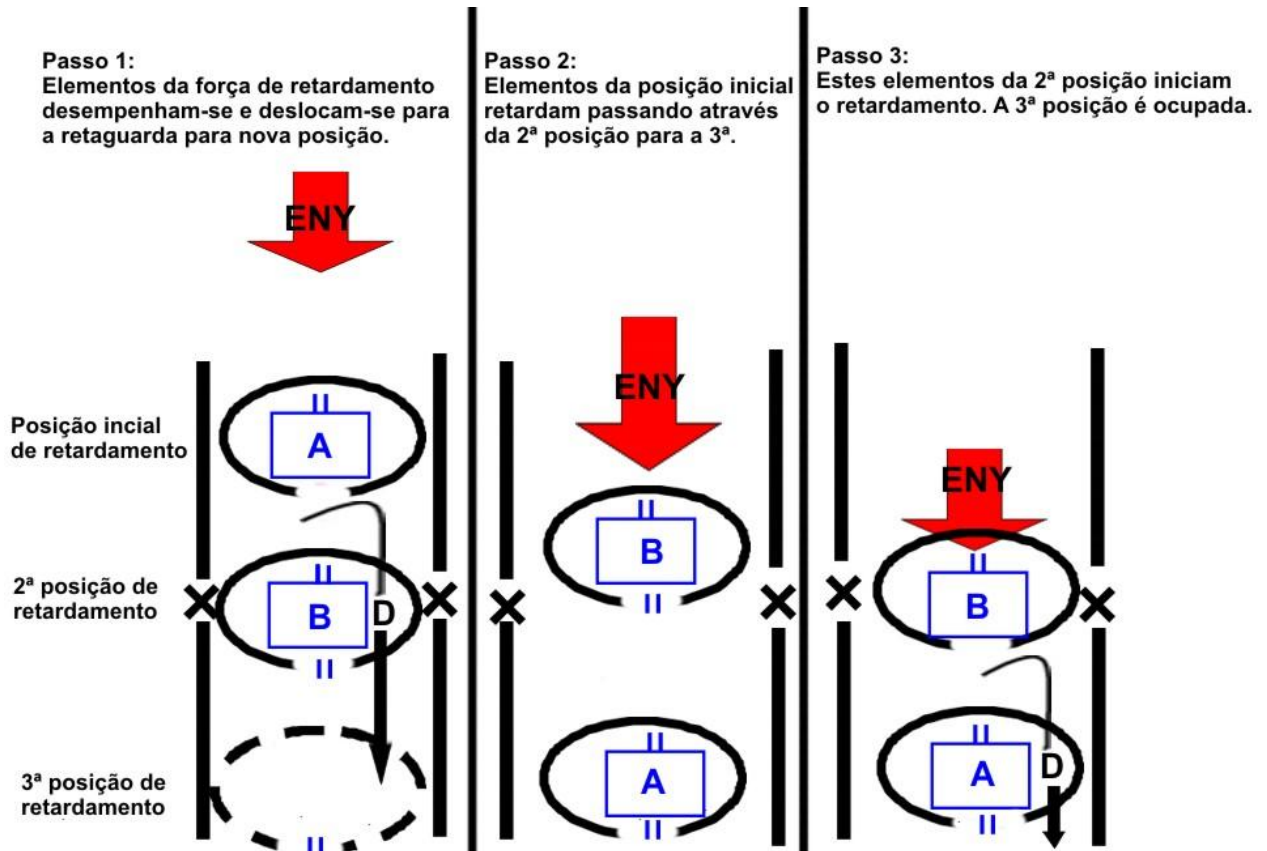
Fonte: *As Populações a Norte do Douro e os Franceses em 1808 e 1809*, Porto, 1984 (Adaptado)

Figura 57 – Retirada de Sout [12/19 de Maio de 1809]



Fonte: Regulamento de Campanha, 2005 (Adaptado)

Figura 58 – Retardamento em posições sucessivas



Fonte: Regulamento de Campanha, 2005 (Adaptado)

Figura 59 – Retardamento em posições alternadas

Anexo C – Vantagens e desvantagens dos métodos de retardamento

Método de retardamento	Quando empregar	Vantagens	Desvantagens
Posições sucessivas	<ul style="list-style-type: none"> - Sector com frente extensa - As forças disponíveis não permitem ser divididas 	<ul style="list-style-type: none"> - Permite a concentração de fogos de todos os sistemas de combate disponíveis 	<ul style="list-style-type: none"> - As posições de retardamento têm menor profundidade - Menos tempo disponível para preparação das posições - Menor flexibilidade
Posições alternadas	<ul style="list-style-type: none"> - Sector com frente estreita - As forças disponíveis permitem a ocupação simultânea de posições em profundidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Permite o posicionamento em profundidade - Mais tempo disponível para preparação das posições - Proporciona maiores períodos de repouso para o pessoal e tempo para a manutenção do equipamento -Aumenta a flexibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Requer coordenação contínua - Obriga à realização de passagens de linha - Em cada momento empenha apenas parte da força.

Fonte: Regulamento de Campanha, 2005 (Adaptado)

Tabela 1 – Vantagens e desvantagens das posições alternadas e sucessivas

Apêndices

APÊNDICE 1 – Guião da Entrevista ao Tenente-Coronel Abílio Lousada

Entrevistador:

Aspirante Aluno de Infantaria Artur Pepe Fonseca

Entrevistado:

Tenente-Coronel Abílio Lousada

Local da Entrevista:

Instituto de Estudos Superiores Militares

Apresentação:

No decorrer do âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada que visa que os alunos que frequentam o quinto ano da Academia Militar desenvolvam um trabalho de investigação sobre uma determinada matéria e que desenvolvam capacidade de investigação e realização de trabalhos usando o método científico, pretendo utilizar a esta entrevista como meio para obter algumas informações sobre a situação económica, política (interna e externa), social e militar de Portugal e em particular como decorreu a 2ª Invasão Francesa, isto é, quais eram os planos de ambos os contendores, com especial atenção para a acção do exército português.

Objectivo do trabalho:

O grande objectivo deste trabalho de investigação é analisar a acção do exército português durante a 2ª Invasão Francesa, tendo em conta a doutrina da actualidade.

Objectivo da entrevista:

Recolher dados referentes à explicação da situação da época e da acção propriamente dita.

➤ Quais os antecedentes da 2ª Invasão?

Em Espanha já lavrava a inquietação, existindo vários grupos de guerrilhas comandados por juntas provinciais e que actuavam de forma irregular contra a presença e ocupação dos franceses.

A revolta espanhola alastrou-se para Portugal a partir de Maio/Junho de 1808, começando-se a anular a presença de Junot no país, através de sublevações e revoltas

populares espalhadas por todo o país, tendo-se criado inclusivamente a Junta Suprema do Reino na cidade do Porto. Tais revoltas populares viabilizaram o desembarque dos ingleses em Lavos que, seguindo para Lisboa, derrotaram os franceses nas batalhas de Roliça e Vimeiro, em Agosto desse ano, levando Junot a assinar no dia 30 a Convenção de Sintra, pondo fim à Primeira Invasão.

Em finais de 1808 Napoleão estava no auge do poder imperial, mas tinha problemas que necessitava resolver. Um deles consistia em acabar com a insurreição hispânica verificada, sobretudo, na Galiza. Para esse efeito nomeou o marechal Soult, que foi bem sucedido, derrotando John Moore, obrigando os ingleses que se encontravam na Galiza a embarcar na Corunha. Contudo, a guerrilha manteve a actividade, apesar de ter diminuído de intensidade nessa região.

É neste contexto que surge a invasão de Soult, no fundo uma oportunidade visto que inicialmente não estava prevista.

➤ Como era organizado o Exército Português?

Após a desmobilização do exército feita por Junot e a expulsão desde do território nacional, o receio do regresso dos franceses obriga a que se pense numa nova estrutura militar, ou seja, uma nova reorganização do exército regular. Aos contingentes irregulares, milícias, ordenanças e, sobretudo, aos populares, que anularam a presença de Junot, procurou-se dar um rumo militar organizado, devidamente enquadrado e comandado para se efectuarem as acções. É então, feita a reorganização, decalcada da de 1806.

A nível do exército regular, o território nacional fora dividido em três regiões (Norte, Centro e Sul), cada uma guarnecida com uma Divisão, organizadas em brigadas e estas em regimentos. Relativamente aos regimentos de milícias e às brigadas de ordenanças, também se procedeu à sua organização, tendo em conta a organização do exército de 1ª linha. Porém, quando os franceses voltaram a invadir Portugal, pela raia do Minho, a reorganização do exército não estava concluída, de modo a fazer face à nova invasão. Assim, recorreu-se, de novo, às forças irregulares (ordenanças, milícias e população), mais facilmente operacionalizáveis e com provas dadas. Tal recurso é também justificado pelo facto de a invasão se restringir, essencialmente, à região de Entre o Douro e Minho e a resistência assenta, na totalidade, em forças nacionais.

➤ Como foi a manobra militar francesa?

A disposição das forças francesas, que obrigava a uma divisão e dispersão do esforço defensivo dos portugueses, permitia uma convergência da ofensiva sobre Lisboa. Lاپsse, nas Beiras, funcionaria como apoio, ligando o II Corpo de Sout, no Minho, ao general Victor, no Alentejo, e evitava uma possível ligação entre portugueses e espanhóis.

Sout tentou entrar pela região do Minho, mas a hidrografia da região, particularmente o rio Minho, apresentou-se como uma boa OAZR, dificultando a manobra francesa.

Devido à resistência das forças de Bernardim Freire de Andrade, Sout retira para Orense e daí redireccionou a invasão para a várzea de Chaves, que lhe conferia um amplo espaço, livre de obstáculos, para entrar em Portugal, facilitando os movimentar.

Após tomar Chaves, sem grande resistência, o marechal continuou a sua marcha para o Porto por Braga, tentando antes anular Silveira no alto de Santa Bárbara, mas sem sucesso.

Novamente na área de defesa de Bernardim Freire de Andrade, Sout encontrou em Ruivães, Salamonde e Carvalho d'Este posições defensivas de retardamento com alguma preparação. Contudo, Braga foi ocupada, que se revelou uma desilusão para Sout, que julgava ser uma cidade com bastantes recursos para poder sustentar o seu exército.

De Braga seguiu para o Porto, onde a sua defesa era comandada pelo Bispo D. António de S. José e Castro. A cidade do Porto capitulou, mas foi a partir da ocupação da cidade que os Problemas de Sout se agudizaram.

➤ Como foi a manobra portuguesa?

Nomeado governador de Armas da província do Minho, Bernardim Freire de Andrade, dispôs as suas forças, constituídas maioritariamente por milícias, ordenanças e paisanos, ao longo do rio Minho. Retirou as embarcações disponíveis para a sua margem, afundando os que não conseguiu passar. Esta medida juntamente com o fogo cerrado português, impediram que Sout atravessasse o rio por Caminha e Vila Nova de Cerveira.

Em Chaves, Francisco Silveira, não tendo capacidade militar para enfrentar Sout e defender a cidade, retirou para o alto de Santa Bárbara, avisando a população da cidade da inutilidade da sua defesa, sendo quase linchado por ter feito tal aviso. Foi do alto de Santa Bárbara, que posteriormente recuperou a cidade, quando os franceses continuaram a sua marcha em direcção ao Porto.

Bernardim Freire de Andrade, tomando conhecimento de que os franceses se deslocavam até Braga, preparou posições defensivas sucessivas, em Ruivães e Salamonde, que resistiram apenas um dia, e em Carvalho d'Este, que resistiu três dias. Braga fora, no entanto, tomada, e prosseguindo os franceses em direcção ao Porto. Esta cidade estava defensivamente dividida em três sectores: um comandado pelo brigadeiro Lima Barreto, outro pelo brigadeiro Parreira e o outro pelo brigadeiro Vitória. O Porto capitulou ao final de três dias após um intenso combate travado com os franceses.

➤ Como foi feita a recuperação do Porto?

Soult após tomar o Porto, começou a aperceber-se que as suas linhas de comunicação com a retaguarda estavam cortadas, levando-o a ter dificuldade de ligação com a Galiza, onde estava o Corpo de Exército de Ney, que lhe deveria garantir todo o apoio. Assim, com o objectivo de cortar a última linha de comunicação de Soult com a Galiza, o general Silveira começou a dispor forças ao longo do rio Tâmega, na região de Amarante. Aí, os portugueses ofereceram combate aos franceses, mas ao final de 14 dias foram desalojados da posição.

Soult ao dispersar as suas forças para garantir a manutenção das linhas de comunicação com a retaguarda, permitiu que as forças luso-inglesas, entretanto organizadas no centro do País, se aproximassem do Douro, encetando alguns combates, empurrando os franceses novamente para o Porto. Da Serra do Pilar, as forças luso-inglesas tomaram o Porto, obrigando os franceses a retirar penosamente por Amarante-Braga-Montalegre-Orense, sendo no entanto uma retirada brilhante de Soult, que conseguiu evitar o combate com as forças portuguesas por diversas vezes.

Um outro factor importante que levou à derrota dos franceses, traduziu-se na passividade de Lapisse, que seria a força de ligação com Victor e também serviria como força de seguimento e apoio, e na passividade de Victor, que seria o ataque secundário.